



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

CRISE NO MUNDO OCIDENTAL:
UMA INCOERÊNCIA?

George Banharo da Silva



COMISSÕES E A ALIANÇA ATLÂNTICA

CARACTERÍSTICAS GERAIS
POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

de Brandi Aleixo

STAFF COLLEGE, CAMBERLEY
Luiz Paulo Macedo Carvalho

Nº 705
JAN-FEV/83

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redacção — Prêncipes do Rio de Janeiro: BERTOLDO KLINGER, ESTEVÃO LENTÃO DE CARVALHO, JOAQUIM DE SOUZA ROIS (coordenador), FRANCISCO DE PAULA CRUZ, MARIO LEMOS, LIMA E SILVA, PAULO RODRIGUES, JORGE PINHEIRO, POMPEU CAVALCANTE, EUSTÁQUIO FIGUEIREDO, TABURDA, AMARAL VILHA NOVA, NACIEL DA COSTA.

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I.

Grupo mantenedor:

Bertoldo Klinger, Estevão Lentão de Carvalho, Joaquim de Souza Rois (coordenador), Francisco de Paula Cruz, Mario Lemos, Lima e Silva, Paulo Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompeu Cavalcante, Eustáquio Figueiredo, Taburda, Amaro Vilha Nova, Naciel da Costa.

(Fac-simile da portada do N.º 1, Anno I - 10.10.1913 de "A Defesa Nacional".)

NOSSOS ANUNCIANTES

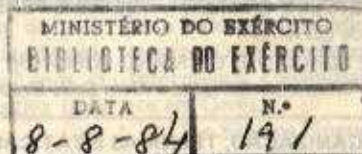
HASPA	2ª Capa
DERSA	3ª Capa
GRUPO JOÃO SANTOS	4ª Capa
BANCO SUL BRASILEIRO	4
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	31
PRODUTOS ROYAL	32
MENDES JUNIOR	40

SOUZA CRUZ	54
TELERJ	79
EMBRAER	80
HAEGLER	96
CPRM	103
ABECIP	104/105
BANERJ	106
NUCLEBRAS	140
TRANSBRASIL	162
BIBLIX	174/175



NOSSA CAPA:

Os equipamentos militares fabricados no Brasil já ocupam um lugar de destaque entre os nossos manufaturados mais exportados. De boa qualidade, a preços mais acessíveis e sem as implicações políticas que muitas vezes acompanham os negócios feitos com as grandes potências, esses parecem ser os fatores que garantem a colocação dos produtos brasileiros no exterior. Entre esses produtos mais vendidos é digno de registro o blindado sobre rodas CASCABEL EE-9, guarnecido com canhão de 90mm, fabricado pela ENGESA (Engenheiros Especializados S.A.).





A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional"

Diretor-Presidente:	Gen Bda Mario Vital Guadalupe Montezuma
Diretor-Secretário:	Cel Aldilio Sarmiento Xavier
Diretor-Administrativo:	Ten Cel Sady Nunes
Diretor-Tesoureiro:	Major Walter Soares Vieira
Conselheiros:	Cel Celso José Pires
	Cel R/1 Asdrubal Esteves
	Cel Amaury Friese Cardoso
	Ten Cel Lino Palha de Castro
Conselho Fiscal:	Ten Cel José Pordeus Maia
	Maj Hiram de Freitas Câmara

Revista "A DEFESA NACIONAL"

Redator-Chefe:	Gen Bda Mario Vital Guadalupe Montezuma
Redator-Executivo:	Cel Aldilio Sarmiento Xavier
Redator-Assistente:	José Lívio Dantas
Redatores:	Gen Bda R/1 Taunay Drummond Coelho Reis
	Cel Edson Alves Mey
	Cel Prof Celso José Pires
	Cel Agenor Francisco Homem de Carvalho
	Cel R/1 Asdrubal Esteves
	CF José Correia de Sá e Benevides
	Ten Cel Av Antonio dos Santos Seixas
	Ten Cel José Galaor Ribeiro
	Maj Hiram de Freitas Câmara
	Des Antonio de Arruda
Revisão:	Prof José Alberto de Assumpção
	Renaldo di Stasio
	Florianio Serpa
	Raimundo dos Santos Pereira
Publicidade:	
Expedição:	

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL:

Assinatura anual (6 números) — Cr\$ 2.000,00

Exterior: US\$ 50,00

Número avulso — Cr\$ 200,00

As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

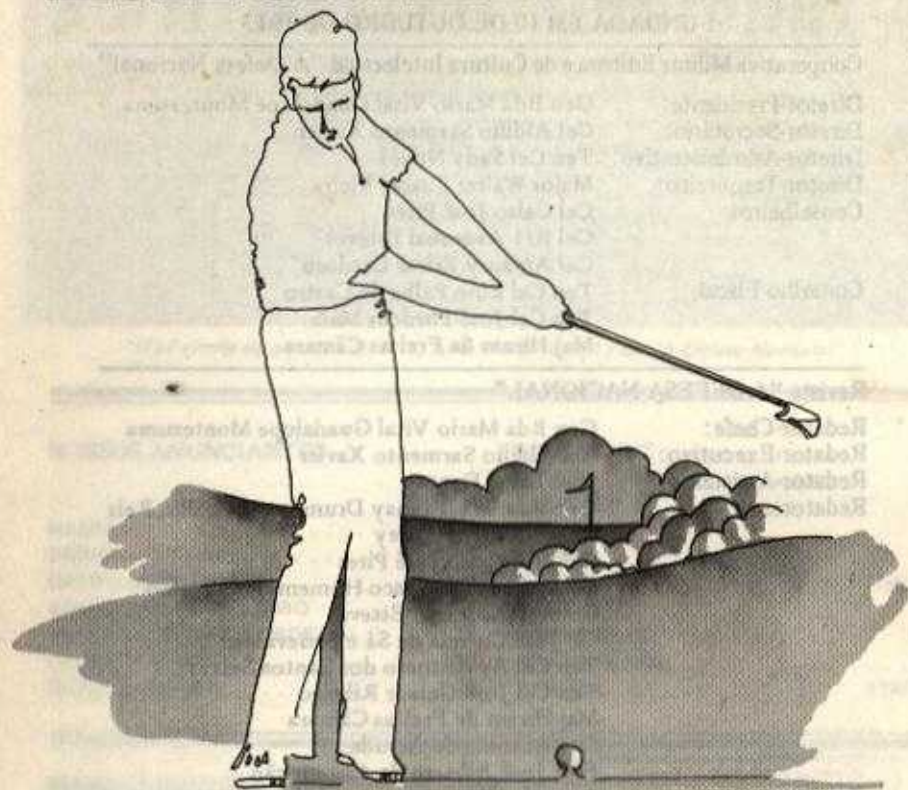
Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25
20.455 Rio de Janeiro, RJ, Brasil — Tel.: 283-3030

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais ou notas publicadas em "A Defesa Nacional", desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

SE VOCÊ QUER TER ESTE SISTEMA DE VIDA,



VAI PRECISAR ANTES DESTE OUTRO PARA O SEU DINHEIRO.

Financiamento para as suas idéias,
Poupança para os seus rendimentos,
Cartão de Crédito para as suas compras,
Seguradora para os seus bens,
Serviços bancários para você
e sua empresa,
Investimentos para o seu dinheiro.

SISTEMA FINANCEIRO
SulBRASILEIRO
uma organização MFM

Titulo: A Defesa Nacional : revista de
assuntos militares e estu



320674

290637

v.70, n.705, jan./fev. 1983 BFD

Titulo: A Defesa Nacional : revista de
assuntos militares e estu



320676

290637

v.70, n.706, mar./abr. 1983 BFD

Titulo: A Defesa Nacional : revista de
assuntos militares e estu



320678

290637

v.70, n.707, maio/jun. 1983 BFD



CARACTERÍSTICAS GERAIS DA POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL

José Carlos Brandi Aleixo

Antecedentes

Após as notícias da viagem de Cristóvão Colombo, em 1492 ao Novo Mundo, houve, sobretudo na Península Ibérica, intensa movimentação diplomática. Lisboa e Madri, pelo Tratado de Tordesilhas de 1494, alteraram os limites fixados, no ano anterior, pela Bula *Inter Coetera*, do Papa Alexandre VI. Atribuiu ele a Portugal os Territórios situados até 370 léguas das ilhas de Cabo Verde. Em 1500 Pedro Álvares Cabral chega ao Brasil. Antes e depois desta data as numerosas tribos indígenas desenvolveram, entre si e com os povos europeus, uma política externa. Está, porém, fora dos limites deste trabalho um estudo a respeito.¹ No período de 1580 e 1640 estiveram unidas as coroas ibéricas. Durante

ele ampliou-se consideravelmente o território ocupado pelos lusitanos na América do Sul. Muitas destas alterações limítrofes foram reconhecidas, em 1750, pelo Tratado de Madri em cuja introdução se lê que "cada parte há de ficar com o que atualmente possui". Outras mudanças de fronteiras foram estabelecidas pelo Tratado de Santo Ildefonso de 1777.

Em 1808 o Príncipe Regente Dom João, ante a iminência da ocupação de Portugal por tropas napoleônicas, transferiu-se, com a corte, para o Rio de Janeiro. O Brasil foi assim o único país americano a hospedar uma família real

¹ O relacionamento entre as tribos e os portugueses foi ora conflitante ora cooperativo. Atualmente os índios no Brasil não chegam a 200.000. A inalienabilidade das terras por eles habitadas está asseverada no artigo 198 da Constituição do Brasil.

européia e a ser sede de um império. Quando o Rei Dom João VI regressou, em 1821, a Lisboa, permaneceram no país seu filho Pedro, muitos nobres, numerosos funcionários vinculados ao Serviço Exterior, assim como valiosos arquivos. No período de 1808 a 1821 vários governos acreditaram representantes seus junto à monarquia portuguesa sediada no Rio de Janeiro. O mais antigo consulado dos Estados Unidos da América é o estabelecido, em 1808, na cidade baiana de Salvador. Em maio de 1822, José Bonifácio de Andrada e Silva, ministro de Dom Pedro, conhecido como Patriarca da Independência, designou o primeiro representante do Brasil no exterior, ou seja, o Consul em Buenos Aires. A independência do Brasil foi proclamada por Dom Pedro I, nascido em Portugal. Permaneceu no Trono até 1831. Apesar da grande movimentação de tropas, o processo de emancipação do Brasil foi comparativamente menos violento e menos demorado que na América de língua castelhana. Lisboa reconheceu em 1825, formalmente, a separação do Brasil.

Fatores Geográficos

A política externa de um país é grandemente influenciada pela geografia. A área de 8.511.965 km² do Brasil representa 1,6% da superfície total do globo; mais de 20% do continente americano e quase 48% da América do Sul. A União Soviética, o Canadá, a China e os Estados Unidos possuem extensão territorial superior à do Brasil. A fronteira terrestre brasi-

leira é de 15.719 km. A maior é de 3.126 km com a Bolívia e a menor é de 593 km com o Suriname. Apenas a União Soviética e a China possuem maior número de vizinhos fronteiriços. O Brasil colinda com dez países, isto é, com todos os da América do Sul, com exceção do Chile e do Equador. A multiplicidade de vizinhos de aquém e além-mares coloca o Brasil em contato com grande variedade de culturas e povos.

A forma compacta, quase triangular do Brasil, contribuiu, concomitantemente com a monarquia, para a coesão interna e a preservação da unidade nacional.

A linde marítima brasileira é duas vezes menor que a terrestre. Os 7.408 km do litoral debruçam-se sobre o Atlântico Sul e em pequena parcela, no Território do Amapá, sobre o Atlântico Norte. A costa ocidental africana abriga cerca de 20 repúblicas, vizinhos de além-mar. Há ainda seis outros países do Continente Negro, mediterrâneo, voltados para o Atlântico. Através do Oceano Atlântico, o Brasil articula-se diretamente com mais de 50 países situados nas Américas, na Europa e na África. O Oceano Atlântico se comunica com o Pacífico e o Índico. Perto de 80% da população brasileira concentra-se na faixa marítima. A colonização do país começou pela costa. O Brasil é o país americano mais próximo da África. Entre a cidade brasileira de Natal e a senegalesa de Dacar mediam uns 3.500 km. Durante a Segunda Guerra Mundial o aeroporto de Natal foi de extraordinária

ria importância estratégica. No Brasil os extremos Norte e Sul distam 4.320 km e os Leste e Oeste 4.328 km.

Por razões geográficas e outras a América Latina e África são prioridades naturais da política externa do Brasil. Comparado com o Atlântico Norte, o Atlântico Sul é área de poucas tensões. Brasília empenha-se em contribuir para a paz no Atlântico Sul e em impedir que ele se transforme em teatro de bases e confrontações militares ou região de guerra fria entre as duas superpotências ou entre países do Ocidente. Neste contexto o Itamarati se opõe à criação de uma Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS) análoga à OTAN. Rejeita-se, particularmente, qualquer parceria com o regime racista da África do Sul.

Fatores Econômicos

Para a caracterização da política externa do Brasil são relevantes alguns dados sobre sua situação econômica doméstica, o intercâmbio comercial, as dívidas, as reservas monetárias etc.

Em preços constantes o Produto Interno Bruto passou de 210.117,9 milhões de cruzeiros em 1970 para 480.959,9 em 1980.¹ O PIB em 1981, tendo em conta o valor real do dólar do ano anterior, atingiu o equivalente a 194.171.000.000. Este PIB coloca o Brasil em nono lugar no mundo.

O PIB per capita foi de 1.574 dólares.²

Em 1979 o valor da produção industrial do Brasil correspondeu à 13ª do mundo. No período de 1970 a 1976 a média anual de crescimento foi de 11,6%. Em 1976 39% do PIB originou-se da Indústria. Contudo apenas 11,0% de sua força de trabalho empregou-se na indústria neste período.³

Na indústria do aço o país ascendeu do 23º lugar mundial em 1965 para o 13º em 1979.⁴ A produção nacional de aço cresceu 62,4% entre 1974 e 1978. Em 1979 a produção foi de 13,9 milhões de toneladas. Neste ano o Brasil tornou-se auto-suficiente em produtos de aço, embora não em equipamento de fábricas de aço. Há para 1984 previsão de 22 milhões de toneladas, igual à produção do Reino Unido em 1978. Contudo o consumo *per capita* de aço no Brasil é pequeno. Em 1976 ele foi de 98 kg, bem abaixo dos níveis da Espanha (305 kg) e da Itália (389 kg).⁵

Apesar da fundação recente (1957) a indústria automotriz brasileira já se encontra entre as 10

² *El Proceso de Integración en América Latina*. Buenos Aires, INTAL - BID, 1982, pág. 28.

³ SELCHER, Wayne. "Brazil in the World: A Ranking Analysis". *Brazil in the International System: The Rise of a Middle Power*. Edited by Wayne Selcher. Boulder, Colorado, Westview Press, 1981, p. 32.

⁴ Idem. *Ibidem*, p. 36.

⁵ Dados citados por Wayne Selcher, "Brazil in The World: a ranking Analysis", *Brazil in the International System: The rise of a middle power*. Edited by Wayne Selcher. Boulder, Colorado, Westview Press, 1981, p. 36-37.

¹ FIGUEIREDO, João. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1982 p. 222.

maiores do mundo. Em 1978 foram fabricados mais de um milhão de carros.¹

O petróleo constitui ainda cerca de 40% do total de energia básica consumida no Brasil.² E o país produz menos de 25% do petróleo que utiliza. As importações de petróleo passaram de 769 milhões de dólares em 1973 para mais de dois bilhões e novecentos milhões no ano seguinte, embora o volume importado fosse praticamente o mesmo.³ Contudo é possível substituir 40% do petróleo importado por eletricidade, carvão mineral e vegetal, combustíveis líquidos etc.⁴ O Consumo Nacional de derivados de petróleo apresentou em 1981 redução de mais de 7% em relação ao ano anterior. A empresa paraguaia-brasileira de Itaipu no Rio Paraná está programada para uma capacidade de 12 milhões e 600 mil KW; a preços de janeiro de 1981 o custo total é de 12 bilhões de dólares. Cerca de 70% dos gastos são em cruzeiros. Em 1983 entrarão em funcionamento as três primeiras turbinas.

Em ordem de importância os maiores investidores no Brasil são os Estados Unidos (quase cinco bilhões de dólares), Alemanha Ocidental, Suíça, Japão (quase dois bilhões), Reino Unido e França. A Europa em conjunto com cerca de

sete bilhões de dólares constitui, aproximadamente, a metade dos investimentos estrangeiros no Brasil.

Entre 1970 e 1980 as exportações do Brasil cresceram 677% saltando de 2,7 para 21 bilhões de dólares. As importações cresceram ainda mais gerando na década um déficit de 2,8 bilhões de dólares.⁵ Isto se deveu, em boa parte, à quadruplicação do preço do petróleo em 1973. De 1976 a 1981 o saldo negativo brasileiro, só com a Arábia Saudita, superou a soma de 11 bilhões de dólares.⁶

Em 1981 as exportações e as importações do Brasil foram, respectivamente, de 23,3 e 22,1 bilhões de dólares.⁷ Houve, assim, importante superavit na balança comercial, apesar da queda de 7,4% dos preços pertinentes das exportações e dos aumentos de 13,2% do das importações.⁸

Nas últimas décadas o Brasil tem-se empenhado em diversificar seus parceiros comerciais e a pauta de suas exportações. Individualmente os Estados Unidos continua sendo o principal importador do Brasil. Contudo, a porcentagem das exportações a ele destinadas caiu de 45% em 1965 para menos

¹ Idem. Ibidem, p. 37.

² PENA, João Camilo. *Introduction to Brazil*. Grongula, Editions, I. Estocolmo. Embaixada do Brasil, 1982, p. 7.

³ FRANCO, Alvaro da Costa, "O Brasil e a Atual Conjuntura Econômica Mundial", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 47: 206, jul. 1978.

⁴ PENA, João Camilo. *Op. cit.*, p. 8.

⁵ TAMER, Alberto. "Brasil, Crescimento e Dependência". *Estado de São Paulo*, 5/2/81, p. 145.

⁶ "Itamarati divulga programa de Guerreiro no exterior". *Jornal de Brasília*, 9/10/82, p. 14.

⁷ *El Proceso de Integración en América Latina*, em 1981. Buenos Aires, INTAL - BID, 1982, pág. 28.

⁸ FIGUEIREDO, João. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Brasília, DIN, 1982, pág. XII.

de 20% em 1981.¹ Em 1960 América Latina, África e Ásia absorviam menos de 5% das exportações brasileiras. O Comércio com o Terceiro Mundo passou de 120 milhões de dólares em 1960, para um bilhão em 1973 e mais de cinco bilhões em 1980. O Brasil tornou-se o país em desenvolvimento que maior proporção de seu comércio destina a outros países em desenvolvimento.² Em 1981 o co-

mércio no sentido Sul-Sul correspondeu a 44% do total transacionado pelo Brasil. E as exportações para a América Latina (mesmo excluídos os países em desenvolvimento de língua inglesa e holandesa do Novo Mundo) superavam em valor as destinadas aos Estados Unidos da América.³ O seguinte quadro, com base em dados da CACEX, ilustra a diversidade de importadores brasileiros:

<i>Total das exportações do Brasil</i>	<i>1980 (bilhões de dólares) 20.132.401</i>	<i>Porcentagens aproximadas</i>	<i>1981 (bilhões de dólares) 23.293.037</i>	<i>Porcentagens aproximadas</i>
Comunidade Econômica Européia	5.466.108	27,1%	5.936.311	25,5%
América Latina (Todos países do Novo Mundo menos USA/Canadá)	3.649.747	18,1%	4.403.853	18,9%
Estados Unidos	3.509.577	17,4%	4.040.238	17,4%
Ásia (exclusive Oriente Médio)	1.987.400	9,8%	2.261.745	9,7%
Europa Oriental	1.306.561	6,5%	1.698.771	7,7%
África (exclusive Oriente Médio)	1.154.300	5,7%	1.695.357	7,7%
Oriente Médio	1.039.491	5,1%	1.249.757	5,3%
Outros	2.019.217	10,1%	2.007.010	8,6%

¹ Entrevista do Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima. *Visão* XXX (50): 30, 14-12-81. No entanto o Brasil significa apenas 1,5% do total das importações dos Estados Unidos conforme afirma Leonardo Mota Neto em "Diálogo Brasil e Estados Unidos" *Jornal de Brasília*, 26-09-1982, p. 8.

² SARDENBERG, Ronaldo Mota. "A Política Externa do Brasil nas últimas décadas". *Revista do Serviço Público*, Brasília, vol. 109, 38(4): 29.out/dez.81.

³ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. "Política Externa do Brasil". *Segurança e Desenvolvimento*. XXXI, (190): 43, 1982.

Apesar da recessão mundial, inflação generalizada, desequilíbrios financeiros e protecionismo, entre 1971 e 1980, o comércio exterior do Brasil cresceu em 700 por cento, de 6 para 43 bilhões de dólares. Neste período o comércio do país com os demais países em desenvolvimento expandiu-se em 1.700 por cento. Grande parte deste aumento deveu-se às importações de petróleo, mas também às exportações do Brasil para os países em desenvolvimento cresceram em 1.300 por cento em apenas dez anos, com um salto de mais de seis bilhões de dólares.¹

O Brasil exporta atualmente menos de um décimo do valor de seu Produto Interno Bruto, proporção substancialmente inferior à da maior parte dos países industrializados. Tem ele participação ainda diminuta no mercado internacional, mal alcançando suas exportações a 1% do total das exportações mundiais.²

Entre os países em desenvolvi-

mento o Brasil ocupa o primeiro lugar como importador e oitavo como exportador (superado apenas por 7 exportadores de petróleo). Após os Estados Unidos o Brasil é o maior exportador de produtos agrícolas. No período de 1970 a 1980 as vendas externas brasileiras de manufaturados ascenderam de 614 milhões de dólares para 11,3 bilhões de dólares.³

O café caiu de 53% do total das exportações do Brasil, em 1954, para 20,1% em 1973 e 10,8% em 1975.⁴ Em 1981, no período de janeiro a outubro, a soja superou o café em importância na exportação.⁵ Em 1981 as proporções correspondentes ao valor das exportações foram as seguintes: 38,3% para produtos básicos; 8,9% para semimanufaturados; 51,2% para manufaturados e 1,6% para operações especiais.⁶

Os dados seguintes relacionam o montante da dívida externa brasileira com o PBI, as reservas monetárias e as exportações do país.

As dimensões da dívida⁷ Em US\$ bilhões

Ano	Dívida	Participação no PIB
1964	3,1	24,9%
1969	4,4	14,4%
1973	12,6	15,4%
1981	61,4	29,7%

¹ Idem. Ibidem, p. 42-43.

² LIMA, Paulo Tarso Flecha de. "Comércio Exterior do Brasil". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. UFMG, nº 54. 30, jan. 1982.

³ TAMBER, Alberto. "Brasil, Crescimento e Dependência". *Estado de São Paulo*, 05-02-81, p. 145.

⁴ SELCHER, Weyne. *Brazil's Multilateral Relations*. Boulder, Westview Press, 1978, p. 122.

⁵ Para a venda de US\$ 1.484.528.000 de café houve US\$ 2.839.966.000 de soja. FIGUEIREDO, João. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Brasília, DIN, 1982, p. 233.

⁶ Idem. Ibidem, p. 247.

⁷ "O que fazer com a nossa dívida". *Jornal da Tarde*, São Paulo, 23/08/82, p. 15.

Dívida, exportações e reserva⁵
Em US\$ bilhões

<i>Ano</i>	<i>Dívida</i>	<i>Reserva</i>	<i>Exportações</i>
1964	3,1	0,244	1,4
1973	12,6	6,4	6,1
1981	61,4	7,5	23,33
Crescimento no período	1.880%	2.970%	1,529%

⁵ Idem. Ibidem.

O quadro econômico atual do mundo é sombrio. Entre 1945 e 1970 os aumentos dos níveis de preços eram moderados; as taxas de câmbio mais estáveis; a oferta de emprego, mais ampla. Nas décadas de 1960 e 1970 houve expansão média de 7% do comércio internacional. Em 1980 o aumento foi de apenas 1,5%. Se em 1978 o crescimento econômico dos países desenvolvidos de OCDE foi de quase 4%, em 1981 ele baixou para 1,2%. O desemprego em vários destes países atingiu ou mesmo superou a 10%.¹

Nos 25 anos seguintes ao término da Segunda Guerra o sistema financeiro internacional particular financiou, em grande parte, a expansão industrial do Terceiro Mundo. Muitas empresas, evitando a intensa mobilização social dos países mais desenvolvidos, investiram muitos recursos em países de mão-de-obra barata. A partir de 1973 a crise do petróleo e a desestabilização do sistema monetário fundamentado no dólar provocaram grandes desequilíbrios. Anteriormente a reciclagem da dívida

externa se operava como correção de um desequilíbrio transitório da balança comercial. No caso do Brasil e de vários países do Terceiro Mundo este desequilíbrio se tornou estrutural. Só os juros das dívidas externas absorvem, muitas vezes, de 30 a 60% do valor das exportações. Impõe-se, porém, a implantação de um novo modelo financeiro internacional através de decisões políticas apropriadas.

Dimensões Gerais da Política Externa

Algumas dimensões importantes da política externa do Brasil são consequências de sua condição assumida de país latino-americano, atlântico, lusófono, plurirracial, cristão, ocidental e em desenvolvimento. Talvez a principal característica do Brasil seja a da diversidade, multiplicidade e polivalência de suas dimensões. Vale salientar também a presença atuante de Brasília nas Nações Unidas e em organismos regionais como a OEA, BID, SELA, ALADI, Organizações do Tratado da Bacia do Prata, Tratado de Cooperação Amazônica. Na OEA o Presidente Juscelino Kubitschek iniciou, em 1958, a Operação Pan-americana (OPA).

¹ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Conferência na Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro, 03-09-82, p. 9 e 10, texto datilografado.

Dela surgiu o Comitê dos 21 incumbidos de estimular a cooperação econômica entre os países membros. Grande também foi o apoio do Brasil à criação da Comissão Especial de Coordenação Latino-americana (CECLA) e à Comissão das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).¹

Nos discursos presidenciais e dos chanceleres brasileiros assim como em declarações ou comunicados conjuntos com autoridades de outros países há frequentes menções dos princípios e normas da política externa do Itamarati. Muitos deles encontram-se em documentos internacionais como as Cartas da ONU e da OEA. São exemplos: autodeterminação dos povos, não-intervenção, condenação do uso da força ou da ameaça do seu emprego nas relações internacionais, solução pacífica das controvérsias, fiel cumprimento dos tratados, implementação de boa fé das obrigações internacionais livremente assumidas, respeito à soberania dos países, segurança coletiva inclusive econômica; igualdade das nações, rejeição de hegemonia própria ou alheia assim como de qualquer forma de interdependência vertical.

A Chancelaria brasileira procura evitar os extremos de fórmulas gerais e acabadas e dos casuísmos inconsistentes. Afirma-se a possível compatibilização dos interesses das nações. Dentro dos princípios

gerais buscam-se acordos concretos, viáveis e mutuamente benéficos para as partes. Advoga-se o respeito pleno à individualidade dos parceiros e a compreensão de suas realidades específicas. Nega-se, na análise de problemas alheios, qualquer pretensão de juiz ou mestre.

Rejeita-se a visão da política internacional como um jogo de poder. Não se preconizam formas abstratas de equilíbrio, constituição de blocos, confrontações ou reducionismos ideológicos. Não se aceita uma correlação necessária entre maior poder e maior moderação. Atribuem-se as ameaças à paz internacional particularmente à corrida armamentista, à persistência das desigualdades econômicas, ao enraizamento das crises regionais e à fragilidade dos mecanismos incumbidos de superar as dificuldades.²

A condenação do congelamento do poder, a busca de uma nova ordem internacional e um moderado otimismo a respeito, aparecem nos pronunciamentos de chanceleres brasileiros. É exemplo o seguinte trecho de discurso do atual ministro Saraiva Guerreiro em 30 de novembro de 1981:

"O Brasil acredita que as estruturas do sistema internacional podem ser transformadas, apesar de serem relativamente rígidas... Na verdade, dois processos correm paralelos. De um lado a politização do imobilismo, ou seja, a resistência aos processos de mudança, resistência definida politicamente

¹ TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. "Posições Internacionais do Brasil no Plano Multilateral". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 52: 147-219, jan. 1981.

² GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Discurso na Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 03-09-82, p. 19, texto datilografado.

pela vontade e deliberação política. De outro, as tentativas de mudança.

...O sistema internacional está estruturado em termos de hierarquia de poder... essas hierarquias entre as nações traduzem, a curto prazo, vantagens de tipo econômico e político. Por isso a superação das dissintonias do sistema internacional não é entendida como uma nova forma de organização do sistema internacional que pode beneficiar a todos mas simplesmente como uma ameaça a posições de poder efetivo, que seriam abaladas pelas transformações."¹

Em conferência deste ano, na Escola Superior de Guerra, o Chanceler Saraiva Guerreiro afirmou:

"Na perspectiva brasileira o atual estado crítico da economia internacional, ainda que nefasto particularmente para as economias em desenvolvimento, é igualmente indesejável para a comunidade internacional em seu conjunto. É a partir dessa visão integrada, e que nos parece racional e realista, que o Brasil firmou a convicção de que a cooperação internacional não é apenas o corolário de abstratos ideais humanitários de solidariedade, mas a inescapável consequência de um diagnóstico global da realidade econômica internacional."²

Não se nega a importância da recuperação das economias do

Norte para a reversão do quadro atual de estagnação. Exige-se, porém, um tratamento global e integrado dos principais temas da realidade internacional, inclusive dos problemas econômicos que, embora com repercussões de gravidades distintas, afetam os países do Norte e Sul. Na ótica brasileira, o diálogo comporta uma dimensão ideal, que se traduz na busca da equidade, entre as nações, mas comporta, igualmente, uma vertente prática, refletida no esforço de obter benefícios comerciais visíveis e concretos.

A dimensão Ocidental

Não existe amplo acordo sobre o significado de Ocidente. Considerações de caráter etimológico, geográfico, lingüístico, religioso, econômico, militar, político, cultural e filosófico podem ajudar a compreender o complexo conceito de Ocidente. Sobre ele excreveram autores tão diversos como Roger Bastide,³ Roger Garaudy,⁴ James Fulbright,⁵ Louis Joseph Lebreton,⁶ Julian Marias,⁷ Oswald Spengler,⁸ e Arnold Toynbee.⁹ No

³ *Le Prochain et le Lointain*. Paris, Editions Cujas, 1970.

⁴ *O Ocidente é um Acidente*. Rio de Janeiro, Salamandra, 1978.

⁵ *As Perspectivas do Ocidente*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1964.

⁶ *Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente, Problemas Fundamentais de nossa Civilização*. São Paulo, Duas Cidades, 1964.

⁷ "O Ocidente e seus Inimigos". *Visão*, 14-9-1981, p. 70-72.

⁸ *A Decadência do Ocidente*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

⁹ *Estudos da História Contemporânea. A Civilização posta a prova. O Mundo e o Ocidente*. São Paulo, Companhia Ed. Nacional, 1976.

¹ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Palestra do Chanceler em Londres, no Real Instituto de Relações Internacionais (Chatham House), 30-11-81. Texto mimeografado, p. 5 e 7.

² 03-09-82. Texto datilografado, p. 9.

Brasil, entre outros, estudaram o tema Golbery do Couto e Silva¹ e J. O. de Meira Penna.²

Tendo o conceito de Ocidente se desvinculado de sua conotação geográfica inicial, entende-se como o Nazismo se tenha oposto simultaneamente a ele e à ideologia marxista-leninista do Leste Europeu.³

A condição de país ocidental é afirmada, reiteradas vezes, por líderes e governantes brasileiros. Em razão da natural brevidade de espaço, este trabalho se limita a alguns pronunciamentos mais recentes sobre o tema.

Já em 1958, em clima de guerra fria, em conferência sobre "O Brasil e a Defesa do Ocidente" escreveu Golbery do Couto e Silva: "Pois o único Ocidente que vale como um todo duradouro e coeso, o Ocidente que se pode de fato distinguir, nitidamente, de tantas outras civilizações e culturas, dotado de uma individualidade própria, original e marcadamente característica, é para nós o Ocidente como ideal, o Ocidente como propósito, o Ocidente como Programa... Resumi-lo-emos em seus termos essenciais: A Ciência — como

instrumento de ação; a Democracia — como fórmula de Organização Política; o Cristianismo — como supremo padrão ético de convivência e fraternidade; o amplo reconhecimento da dignidade do homem; a plena expansão da personalidade individual; o máximo de bem-estar, físico e espiritual para todos; a justiça social e a paz".⁴

Mesmo em período de particular aproximação com os Estados Unidos o Presidente Castello Branco distinguiu entre interesses comuns do Ocidente e os específicos de uma grande Potência: "Não devemos pautar nossa atitude nem por maquiavelismo matuto, nem por uma política de extorsão. Reciprocamente, não devemos dar adesão prévia às atitudes de qualquer das grandes potências — nem mesmo às potências guardiãs do mundo ocidental — pois que, na política externa desta, é necessário distinguir os interesses básicos do sistema ocidental dos interesses específicos de uma grande potência".⁵

São palavras do ex-chanceler Azeredo da Silveira, perante as Comissões de Relações Exteriores do Senado e da Câmara:

"Os próprios ideais que são o cerne desse conceito filosófico e humanista — que é o do Ocidente — excluem a idéia de monolitismo rígido. O respeito à diversidade de situações e de escolhas é uma das características fundamentais da concepção de vida que, ao longo

¹ "O Brasil e a Defesa do Ocidente". *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1967, p. 225.

² "Oriente e Ocidente". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 19: 7-59, jun. 1965.

³ Disse o Fuehrer a um estrangeiro em 9 de agosto de 1939: "Tudo o que empreendo é dirigido contra a Rússia; se o Ocidente é burro e cego demais para entender isso, sei obrigado a me entender com a Rússia, vencer o Ocidente, depois reunir minhas forças e me voltar contra a União Soviética". F.E.S.T. *Joachim Hitler*. Rio, Editora Nova Fronteira, 1976, p. 696.

⁴ *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1967, p. 225, 226.

⁵ Discurso de 31-07-1964. *Discursos de 1964*, Brasília, Secretaria de Imprensa, s.d., p. 110.

dos séculos, se foi destilando nestas vastas áreas do planeta, que formam hoje o mundo ocidental.

No meu entender, o próprio conceito de Ocidente não é um conceito estático, geográfica ou historicamente. Do ponto de vista geográfico, ele se ampliou consideravelmente e inclui hoje nações que se situam fora dos meridianos que o limitavam, inicialmente a Europa e, depois, a esta e ao continente americano. Historicamente o Ocidente se embebe de experiências que lhe trazem nações novas. Tais experiências diferem das que ocorreram em seu território original. Os padrões de convivência racial desenvolvidos no Novo Mundo, sobretudo em nosso país, representam um fator novo que ilustra essa contribuição.¹

Os países do Primeiro Mundo não serão fiéis aos próprios ideais do Ocidente, se tolerarem qualquer forma de colonialismo e se não consentirem em mudanças estruturais da ordem internacional. Cabem aqui duas citações eloquentes do Chanceler Saraiva Guerreiro:

"Numa avaliação de mais longo alcance, o mais expressivo resultado de Cancún talvez tenha sido o de alertar os países do Norte e, muito especialmente, o governo norte-americano, para o fato de que a idéia abstrata da sobrevivência dos valores do Ocidente deve necessariamente passar pela matéria concreta da transformação de

algumas estruturas obsoletas e injustas da economia internacional. Tal transformação deve ser de molde a beneficiar os países do Terceiro Mundo, a consolidar e aperfeiçoar os modelos de cooperação entre o Ocidente desenvolvido e os países em desenvolvimento. É fundamental reforçar os vínculos de confiança entre o Ocidente e o Terceiro Mundo, o que, dadas as realidades do mundo contemporâneo, requer maior flexibilidade nos processos de negociações econômicas e políticas com o mundo em desenvolvimento."²

Em entrevista, de novembro de 1981, declarou o mesmo Chanceler Saraiva Guerreiro:

"Nada pior para o Ocidente do que caracterizar-se em toda parte como um defensor de certas situações coloniais, ou de hegemonias etc. Não pode haver nada pior a longo prazo. Os possíveis ganhos momentâneos são mais que compensados pelos efeitos negativos, pelos ressentimentos, pela perda de confiança. É entregar ao Leste, todas as causas bonitas. Inclusive os próprios princípios ocidentais, que são incompatíveis com o colonialismo, com a discriminação racial... São os princípios, comuns aos países ocidentais... liberdade, igualdade, cooperação com vistas ao bem-estar numa base que não anule o indivíduo e, de certa forma, a capacidade de iniciativa. No campo internacional isso deve levar à tolerância com países que, como resulta-

¹ Resenha de Política Exterior do Brasil. Brasília, MRE nº 10: 80, jul., ago., set., 1976.

² "Os controvertidos resultados de Cancún". *Folha de São Paulo*, 15-11-81, p.

do de sua luta contra o colonialismo, se encaminharam para soluções internas diferentes. O importante é que todos esses acabem adquirindo confiança no Ocidente, vendo que a sua segurança, a sua possibilidade de evolução não só não são postas em risco pelo Ocidente, mas que o Ocidente é quem melhor pode cooperar com eles, respeitando-lhes a personalidade; e é quem mais pode lhes oferecer em termos de desenvolvimento econômico, de mercados, de cooperação técnica, e assim por diante."¹

Em conferência de 1982, a propósito de visita do Presidente Figueiredo aos Estados Unidos, afirmou o Chanceler Saraiva Guerreiro:

"Em Washington o Presidente Figueiredo recordou a participação do Brasil na histórica tarefa de construção do Ocidente, mencionando ao mesmo tempo que o nosso país partilha dos problemas, objetivos e aspirações do mundo em desenvolvimento... O Presidente não deixou de assinalar a necessidade de que o Ocidente, no qual os Estados Unidos desempenham papel central, trabalhe com objetividade e consistência para restaurar com o mundo em desenvolvimento vínculos de mútua confiança."²

Recentemente afirmou o atual Presidente do Brasil na ONU:

"Integrado no mundo ocidental, o Brasil deseja realizar suas as-

pirações nacionais com pleno respeito à liberdade, à democracia e aos direitos da pessoa humana. Esses altos valores, bem como a tradição ocidental de pluralismo e de igualdade entre as nações, formam um quadro que faculta ao Brasil atuar fora do constrangimento hegemônico de superpotências ou de pressões ideológicas adversas."³

Estes e outros discursos patenteiam a rejeição brasileira de duas formas existentes de reducionismo do conceito de Ocidente. Deixando de lado ideais universalistas anteriores, alguns querem equiparar o Ocidente à civilização industrial nas sociedades democráticas e representativas (Europa Ocidental, Estados Unidos, Canadá, e até mesmo o Japão). Chegam estes a pensar que em razão da escassez de recursos naturais do mundo, do excessivo crescimento demográfico no Sul e das limitações internas numerosas, só um grupo reduzido de países pode compor o Ocidente, ao menos a curto e médio prazo. O outro reducionismo é o que equipara Ocidente e anti-sovietismo, tentando esvaziar de conteúdo próprio um conceito riquíssimo de valores e limitá-lo à negação de uma determinada ideologia.

A dimensão latino-americana

Muitos vínculos aproximam o Brasil da América Latina. São exemplos: a proximidade geográfica, passado colonial, idiomas semelhantes, predomínio do catolicismo, comum condição de país em desenvolvimento, necessidade

¹ Entrevista. *Jornal do Brasil*, 13-09-81.

² Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 03-09-1982, p. 18.

³ *Estado de São Paulo*, 28-09-82, p. 6.

de maior mercado e de maior influência nos assuntos internacionais etc.

No século XVIII foi de grande importância para os países ibero-americanos o Tratado de Madri, de 1750. O internacionalista Rodrigo Otávio considera-o a Carta Magna da América Latina, por seu espírito de justiça e conciliação. Coube ao brasileiro Alexandre de Gusmão, membro eminente da delegação lusitana, muito mérito pela sua elaboração. Sentiu ele a singularidade da América, a necessidade de separar os interesses do Brasil das intrigas dinásticas européias e a urgência de resolver irritantes questões de limites. Neste contexto merece especial destaque o artigo XXI onde se lê: "sendo a guerra ocasião principal dos abusos e motivo de se alterarem as regras mais bem concertadas querem suas Majestades Fidelíssima e Católica que (o que Deus não permita) se chegasse a romper entre as duas coroas, se mantenham em paz os vassallos de ambos estabelecidos em toda a *América Meridional*, vivendo uns e outros como se não houvesse tal guerra entre os soberanos, sem fazer-se a menor hostilidade... a dita continuação de paz perpétua e *boa vizinhança* não terá lugar somente em terras e ilhas da América Meridional — "A expressão América Meridional na época e ainda na primeira metade do século XIX era usada para designar os territórios do México à Patagônia. Na verdade só na década de 1850 surge o nome América Latina, na pena do colombiano José María Torres Caicedo.¹

Silvestre Pinheiro Ferreira, o último ministro de negócios estrangeiros nomeado no Brasil por Dom João VI, chegou a designar o agente Schmidt para servir junto a Simón Bolívar. No ano de 1822 submeteu às jovens nações do Continente projeto de "Tratado de confederação e mútua garantia de independência".

Simón Bolívar, durante algum tempo, manifestou certa hostilidade em relação ao Brasil; em parte devido ao fato de que Dom Pedro I era sobrinho de Fernando VII e possivelmente vinculado aos absolutistas da Santa Aliança. A rejeição taxativa por parte de Dom Pedro I da proposta de um comandante espanhol, em 1825, de anexar ao Brasil, o território boliviano de Chiquitos, o conhecimento do texto liberal de Constituição brasileira de 1824, a eliminação de equívocos, contribuíram para que Bolívar, nos seus últimos anos, manifestasse grande apreço pelo Brasil. Para esta maior aproximação foi importante a atuação do pernambucano José Inácio de Abreu e Lima que defendeu o Libertador com a espada e a pena.²

Embora aceitasse o convite do Presidente em exercício, Francisco de Paula Santander, e até mesmo designasse como seu representante Teodoro José Biancardi, o Brasil não compareceu ao Congresso Antifictício do Panamá de 1826.

¹ ARDÃO, Arturo. *Genesis de la Idea y el Nombre de América Latina*. Caracas. Centro de Estudios Latino-Americanos Rómulo Gallegos. 1980, p. 73.

² LIMA, Nestor dos Santos. *La Imagen del Brasil en las Cartas de Bolívar*. Rio de Janeiro. Banco do Brasil, s.d.

Adquiriu, porém, e conservou o único texto original não desaparecido das Atas do evento. Elas estão doadas ao Governo do Panamá e serão guardadas em monumento deste país dedicado à memória do histórico conclave.

As fronteiras do Brasil com seus vizinhos foram definidas em tratados bilaterais e demarcadas por comissões mistas. Não há problemas de limites.

A assinatura, a 19 de outubro de 1979, do Acordo de Cooperação Técnico-Operativa entre os aproveitamentos hidrelétricos de Itaipu e Corpus constitui marco importante nas relações do Brasil com a Argentina e o Paraguai. Foi resultado de longas negociações e demonstrou a possibilidade de fórmulas mutuamente satisfatórias para litígios muito complexos.

O Itamarati deseja a solução pacífica dos pontos de fricção ainda pendentes na América Latina. Acompanhou com preocupação o conflito armado entre a Argentina e o Reino Unido. Neste caso renovou o seu reconhecimento, ocorrido já em 1833, da soberania de Buenos Aires sobre as Malvinas.

O Brasil considera importante que as superpotências não estendam para a América Latina, e particularmente para a América Central, seus confrontos ideológicos e militares. As tensões regionais muito arrefecerão se Washington e Moscou não tentarem colocar na corrida armamentista sua segurança mas sim no diálogo.

Apesar dos elos acima mencionados e outros as economias dos

países latino-americanos foram orientadas não no sentido de uma complementação mútua mas para centros dinâmicos extra-regionais e particularmente para o Reino Unido e depois Estados Unidos.

Nas últimas décadas, porém, tem crescido o diálogo dos países latino-americanos entre si. O Brasil procura construir sua presença no continente na base da aceitação da diversidade, da adaptação à mudança, da busca do novo, do mútuo reconhecimento em todas as dimensões e sobretudo da comum identidade latino-americana. O intercâmbio comercial, cultural, político e social tem aumentado na região. Em 1964, o Presidente De Gaulle respondeu a seu colega Eduardo Frei muito lhe haver impressionado o quão pouco se reuniam os governantes da América Latina, em contraste com os numerosos encontros das autoridades européias. A situação mudou bastante nos últimos lustros. Os primeiros encontros do Presidente do Brasil com seus colegas da Colômbia e da Venezuela ocorreram, respectivamente, em 1971 e 1972. Antigamente os presidentes brasileiros eleitos ou empossados visitavam em primeiro lugar a Europa ou os Estados Unidos. O atual supremo mandatário, porém, iniciou seu programa de viagens ao exterior, com uma visita à Venezuela. O atual Presidente do Equador na sua primeira ausência do país dirigiu-se ao Brasil. O chefe de Estado do Brasil já visitou, nos seus três primeiros anos de mandato, vários colegas da América do Sul e do México.

A dimensão Terceiro-Mundista. O diálogo Norte-Sul

O Mundo pode ser dividido conforme critérios muito variados. Em 1956 o demógrafo francês Alfred Sauvy publicou seu trabalho *Tiers Monde: sous développement et développement*. Pensou-se na analogia entre o Terceiro Estado, que era o derradeiro no plano econômico, político e social entre os três Estados gerais franceses antes de 1789 e o grupo de nações cujo núcleo inicial se reuniu na Indonésia, em Bandung em 1955. O Terceiro Estado era o mais numeroso e o menos poderoso no "anciên régime". O Terceiro Mundo é o mais numeroso e o menos poderoso na humanidade. Grosso modo, constituem hoje o Primeiro Mundo os países industrializados do Ocidente e formam o Segundo Mundo os países industrializados do Leste europeu.¹

O Brasil não vê nenhuma incompatibilidade em pertencer, simultaneamente, ao Ocidente e ao Terceiro Mundo. Pertence ao Ocidente por livre opção, por aceitar seus valores filosóficos e humanísticos. Integra o Terceiro Mundo por sua condição de país em desenvolvimento onde há lacunas significativas nos campos da alimentação, moradia, saúde, alfabetização, tecnologia, distribuição de renda entre as pessoas e entre as regiões etc.

Há, naturalmente, diferenças entre os países do Terceiro Mundo. São exemplos: o grupo de países exportadores de petróleo (OPEP); o grupo dos países recentemente industrializados (NIC ou "new industrialized countries"); o grupo dos países de menor desenvolvimento (LDC ou "less developed countries"). Alguns setores do Primeiro Mundo enfatizam estas diferenças no intuito de negociar separada e mais vantajosamente com os diversos grupos. Neste contexto o Brasil tem preconizado a necessidade de coesão de todos os componentes do Terceiro Mundo.

São oportunas as palavras do Embaixador Flecha de Lima:

"O Brasil não se deixará enganar pelos rótulos de país 'recentemente industrializado' ou de país em desenvolvimento 'avançado'; rótulos cujo objetivo é, simplesmente, o de nos separar dos demais países do Sul, e assim, com aparente legitimidade, nos negar os benefícios de cooperação internacional."²

Na ONU o Presidente Figueiredo ressaltou a importância da coesão do Terceiro Mundo:

"Quanto ao Sul, é chegado o momento de darmos expressão efetiva à coesão que temos sabido preservar para além das dificuldades externas e diferenças internas. É necessário caminhar para a implantação de uma interdependência verdadeiramente solidária entre

¹ De acordo com a China há a seguinte tripla divisão: Primeiro Mundo (duas superpotências); Segundo Mundo (países desenvolvidos); Terceiro Mundo (demais países, inclusive a China).

² FLECHA DE LIMA, Paulo Tarso. "Comércio Exterior do Brasil". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 54: 22-23, jan. 1982.

a América Latina, a África e a Ásia.

Devemos deixar claro, por nossas ações como por nossas palavras, que a diversidade do Terceiro Mundo encerra insuspeitadas oportunidades de complementaridade econômica, e é fator de união, não massa de manobra para iniciativas, que visam a desfazer ao mesmo tempo a coesão do Terceiro Mundo, a cooperação internacional para o desenvolvimento e o diálogo Norte-Sul.¹

O Sul não pode esperar uma anterior recuperação do Norte. A recuperação deve ser de todos. Disse a respeito o Chanceler Saraiva Guerreiro:

"Se estamos plenamente conscientes da importância da recuperação das economias dos países industrializados para o surgimento da economia internacional, não concordamos com a idéia de que esse fenômeno isolado — a recuperação das economias centrais — seja a única saída para a situação da crise em que nos encontramos, nem que os países em desenvolvimento devam pacientemente esperar até que os benefícios da recuperação nos países desenvolvidos eventualmente venham a atingi-los. Não concordamos, ainda, com a tese de que as forças do mercado, por si sós, serão capazes de promover a recuperação econômica, primeiramente a nível nacional, e em seguida em consequência, a nível universal."²

E no mesmo discurso pronunciado na ONU, afirmou o Presidente João Figueiredo:

"Os interesses do Norte e do Sul não são contraditórios. Na verdade, não há uma crise entre o Norte e o Sul, mas uma crise profunda do próprio sistema econômico internacional. É a mesma crise que afeta a ambos, a situação terrivelmente adversa e da qual só sairão pelo caminho do entendimento e da solidariedade, nunca pelo retorno à acrimônia e à confrontação.³

A dimensão africana

É sumamente importante a presença africana na composição étnica, na história e na cultura do Brasil. Também merece destaque, embora em proporções muito menores, a presença do Brasil no Continente Negro. Há na África Ocidental, particularmente na Nigéria, no Benin, no Togo e em Ghana, comunidades de descendentes de negros que, após muitos anos de residência no Brasil, cruzaram o Oceano Atlântico. Valha o exemplo de Silvanus Olympio, prócer da independência do Togo e seu primeiro Presidente. Era ele de origem brasileira.⁴

Cabe ressaltar, também, uma diferença na evolução histórica do Novo Mundo, Brasil inclusive e da África. No século XIX com a saída das autoridades européias o poder político passou a seus descendentes. No século XX com a retirada dos europeus, o poder político passou aos descendentes dos africanos que ali habitavam no início da colonização.

² SARAIVA GUERREIRO, Ramiro. ESG, 03-09-82, p. 12-13.

³ Estado de São Paulo, 28-09-82, p. 6.

⁴ CASTRO, Therezinha de. *África*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército. Ed. 1981.

¹ Estado de São Paulo, 28-09-82, p. 6.

Até a década de 1950 grande parte do relacionamento do Brasil com a África se fez através das metrópoles européias. Após a Segunda Guerra Mundial cresceram na África e na Ásia os movimentos nacionalistas. A Assembléia Geral da ONU aprovou pela Resolução 1514 (XV) de 14 de dezembro de 1960 a "Declaração sobre a Outorga da Independência aos Países e aos Povos Coloniais". Nela se proclama solenemente a necessidade de por rápida e incondicionalmente fim ao colonialismo, sob todas as suas formas e em todas as suas manifestações". A Resolução contou com o definido apoio do Brasil. No ano seguinte o novo Presidente Jânio Quadros empenhou-se em multiplicar os vínculos com a África e deu a conhecer a Lisboa a simpatia do Brasil pela emancipação dos territórios portugueses ultramarinos. Em 1972 o Chanceler Mario Gibson Barbosa visitou Costa do Marfim, Senegal, Ghana, Togo, Benin, Zaire, Gabão, Camarões e Nigéria. Seus sucessores, Azere-do da Silveira e Saraiva Guerreiro, já cruzaram o mesmo Atlântico em viagens oficiais a diversos vizinhos do além-mar. Ministros de outras pastas e freqüentes missões comerciais têm incluído a África em seus programas de contatos com o exterior. Brasília, sobretudo nos últimos dez anos, acolheu vários chefes de Estado e de Governo assim como numerosos Ministros da África. No ano de 1979 o Brasil recebeu um total de 18 delegações só da Nigéria, seu maior parceiro comercial no Continente Negro.

Nos últimos anos foram iniciadas linhas de navegação, bem como criadas duas linhas aéreas, para Lagos e Luanda, esta última já em 1981.

No início de 1982 o Brasil mantinha 19 embaixadas residentes na África e programava elevar este número para 21 com a inclusão de Zâmbia e da República dos Camarões. As 19 embaixadas representavam ademais o Brasil em 22 outros países africanos onde não havia ainda missões residentes.

A política do Brasil com relação à África inspira-se nos princípios gerais da diplomacia do país mencionados anteriormente. O Brasil e os países africanos condenam hegemonias e paternalismos e qualquer forma de neocolonialismo. Negam-se a ser instrumentos das superpotências. O Brasil procura estar presente na África na medida em que seus países assim o desejem. Advoga-se um Atlântico Sul aberto ao intercâmbio pacífico em todos os campos.

Apesar da condição comum de países em desenvolvimento há certa complementaridade nas economias. O Brasil pode importar metais não ferrosos, petróleo, fosfato, certas madeiras tropicais etc. O continente vizinho pode receber manufaturas, serviços diversos, alguns alimentos etc. Há também campo para operações triangulares. É exemplo o projeto brasileiro de prestação de serviços no setor do carvão de Moçambique, financiado por fundo da OPEP.

Neste contexto declarou o Chanceler Saraiva Guerreiro:

"O Brasil fornece serviços de engenharia e consultoria facilmente adaptáveis à África. A cooperação também se desenvolve na formação de técnicos, no treinamento de qualificação média, no planejamento de sistemas de ensino etc. As empresas brasileiras instaladas na África adaptam-se com grande facilidade e adquirem experiências importantes para o Brasil. Tais contatos são positivos para ambos os lados.

O total de intercâmbio passou, de 1979 para 1980, de cerca de 700 milhões de dólares para mais de 1 bilhão e 400 milhões, ou seja, duplicou em um ano."¹

As exportações do Brasil para o continente africano aumentaram no período de janeiro a setembro de 1981 em mais de 50% em comparação com o ano anterior.²

No discurso de 27 de setembro de 1982 na Assembléia Geral da ONU o Presidente João Figueiredo renovou as críticas do Brasil à atuação da África do Sul embora sem citar expressamente o seu nome:

"Também na África Austral persistem focos de tensão gerados pela ocupação da Namíbia e por sucessivos atos de agressão a países independentes, notadamente Angola. O Brasil não pode deixar de condenar igualmente a discriminação racial, em particular suas formas institucionalizadas, que

ameaçam a própria paz internacional."³

A dimensão lusófona

Os portugueses levaram sua língua a todos os continentes do Mundo. Em 1822, com a independência do Brasil, surgiu o segundo Estado lusófono Lisboa e Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX assinaram numerosos acordos comerciais, econômicos, sociais e culturais. Nos anos de 1974 e 1975 surgiram na África cinco países de língua portuguesa: Guiné-Bissau (10/09/74), Cabo Verde (5/6/75), Moçambique (25/6/75), Santo Tomé e Príncipe (12/7/75) e Angola (11/11/75). Brasília reconheceu-lhes lealmente a independência e estabeleceu missões diplomáticas junto aos novos governos.

O uso do mesmo idioma facilita a cooperação mútua. Representantes oficiais dos sete países de expressão comum já se reuniram em Lisboa e em Praia para a elaboração de um texto único em português sobre o Direito do Mar. A III Conferência dos Chefes de Estados das cinco repúblicas africanas acima mencionadas, realizada na cidade de Praia (Cabo Verde) nos dias 21 e 22 de setembro de 1982, abordou a conveniência da introdução do português nas organizações internacionais como língua de trabalho. Além de decidir empreender ações com vistas a materialização deste objetivo sublinhou a importância da criação de mecanismo de consulta aos outros países de língua portuguesa.

¹ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Entrevista do Chanceler. *Folha de São Paulo*, 13-09-1981.

² GUERREIRO, Ramiro Saraiva. "Diálogo de Confiança e Amizade". *Afrochamber*, jan./fev. 1982, p. 5.

³ *Estado de São Paulo*, 28-09-82, p. 6.

gua portuguesa. Já está em preparação um Encontro dos Ministros de Justiça destes países.

O Brasil mantém contatos com os países de expressão comum em Nova York, na sede das Nações Unidas. As relações bilaterais cresceram e há programas de cooperação técnica e cultural com os países africanos de expressão comum. O Chanceler Saraiva Guerreiro já visitou Luanda e Maputo e os Chanceleres de Moçambique e de Angola foram recebidos no Brasil. Anteriormente o Presidente de Guiné Bissau esteve em Brasília e outras cidades do país.

Outras dimensões

Embora resumidamente cabe acrescentar algumas considerações sobre outras das numerosas dimensões da política externa brasileira.

A população de origem árabe é muito expressiva. A influência árabe chegou ao Brasil através de Portugal onde viveram os maometanos durante vários séculos. Ela está presente no vocabulário, nos costumes e na cultura em geral. Terminada a Segunda Guerra Mundial, em 29 de novembro de 1947, o Brasil votou a favor da resolução nº 181 que previa a partição da Palestina em dois Estados (um árabe e outro judeu) e a criação de um "Corpus separatum" para Jerusalém e algumas áreas circunvizinhas. O Itamarati apoiou a Resolução 242, de 22 de novembro de 1967, do Conselho de Segurança da ONU. Ela enfatiza a inadmissibilidade da aquisição de territórios pela guerra¹ e exige a retirada de

Israel dos territórios ocupados em recente conflito. O Brasil reconhece a Organização da Libertação da Palestina como a legítima representante do povo palestino.

Desde o início do século XX o Brasil acolheu milhares de imigrantes japoneses. Seus descendentes ultrapassaram o milhão. Ocupam lugar importante na economia do país. O comércio com o Japão é muito grande, sobretudo tendo em conta a distância geográfica. Há também muito capital japonês no país.

Em 1974 foram reatadas as relações diplomáticas entre Brasília e Pequim em clima de cordialidade. Desde então tem havido numerosas visitas de autoridades brasileiras à China e vice-versa. Há enorme potencial para maior intercâmbio comercial, científico e comercial.

Historicamente as relações entre o Brasil e os países do Leste europeu têm sido limitadas. Após a Revolução de 1917 o Brasil retirou seu Embaixador da Rússia. O novo regime soviético só foi reconhecido no fim da Segunda Guerra Mundial, mas em 1947 cessaram novamente as relações diplomáticas. Elas foram reatadas em 1961. Nos últimos anos várias missões brasileiras têm visitado o Leste europeu. No mês de outubro de 1982 o Vice-Presidente da República visitou a Hungria. O Presidente da Romênia veio ao Brasil. O saldo comercial tem sido favorável ao Brasil. Em mensagem ao Congres-

¹ O parágrafo único do artigo 7º da Constituição do Brasil assim reza: "É vedada a guerra de conquista".

so Nacional escreveu o Presidente Figueiredo¹: "O relacionamento do Brasil com os países socialistas da Europa Oriental foi marcado em 1981, pela expansão e diversificação. Multiplicaram-se as visitas oficiais e incrementou-se o intercâmbio comercial que alcançando cerca de US\$ 1,6 milhão, atingiu os níveis mais elevados das últimas décadas.

Considerações finais

As páginas anteriores enfatizaram algumas das características mais constantes da política externa brasileira. Talvez a principal delas seja sua vocação universalista, baseada também na grande multiplicidade de grupos étnicos presentes na sua história e hoje integrados por uma única língua e nacionalidade. Abrangendo, provavelmente, a maior população mestiça do globo o Brasil poderá, mais facilmente, desempenhar papel de ponte entre os continentes.

A política externa brasileira conheceu também várias modificações sob o influxo separado ou concomitante de forças endógenas e exógenas. Haveria muitos exemplos. Assim nos anos de 1961 a 1964 as autoridades de Brasília afastaram-se consideravelmente de Washington, reataram ou ampliaram vínculos com o Leste europeu e voltaram-se mais para os países em desenvolvimento. Mesmo no período iniciado com o Movimento de 1964 até os nossos dias ocor-

reram mudanças importantes.² A dimensão terceiro-mundista é enfatizada nos governos de Costa e Silva, Geisel e Figueiredo. Cabe ressaltar que o panorama internacional também evoluiu muito. O predomínio americano-soviético do pós-guerra foi debilitado pelo fortalecimento da CEE, pelo dinamismo japonês, pelo distanciamento entre Moscou e Pequim etc.³

O notável grau de continuidade da diplomacia brasileira muito deve à lembrança permanente de sua figura luminar, o Barão do Rio Branco (1845-1912). José Maria da Silva Paranhos Junior teve Liverpool como seu primeiro posto no exterior, em 1876. Aí intensificou seus estudos de História particularmente importantes para o conhecimento da realidade nacional. De 1902 a 1912, ano de seu falecimento, ocupou o cargo de Chanceler. Distinguiu-se muito nas negociações concernentes à fixação das fronteiras, tarefa necessária e complexa, sobretudo no caso de um país com dez vizinhos. Graças, em grande parte, a ele, o Brasil não tem litígios de limite.

² MARTINS, Carlos Estevam. "A evolução da política externa brasileira na década de 64/74" *Estudos CEBRAP*, 12: 53-99, abr. mai. jun. 1975.

³ Escreveu o Chanceler Saralva Guerreiro: "Não afetamos o destino do sistema internacional da mesma forma ampla pela qual este molda o cotidiano da vida brasileira. Trata-se de um problema estrutural; a nossa dependência de importação de petróleo, tecnologia e capitais" *O Brasil e sua Política Externa*. Brasília, UnB, 1981, p. 5. O Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, o GATT beneficiaram os países do Norte, sobretudo aqueles fisicamente afetados pela Segunda Guerra. Os interesses do Sul não foram devidamente contemplados.

¹ FIGUEIREDO, João. *Mensagem ao Congresso Nacional*, Brasília DIN, 1982, p. 162.

No Rio de Janeiro o Ministério das Relações Exteriores funcionou durante muito tempo na antiga Mansão do Barão, o Palácio Itamarati. O moderno edifício onde, em Brasília, trabalham os diplomatas brasileiros, é conhecido como Palácio Itamarati. Suas dimensões maiores, sua proximidade às sedes dos três poderes, suas características singulares e originais parecem testemunhar a particular importância atribuída pelo país à política externa. Fundado em 1945 o Instituto incumbido de recrutar e formar os futuros diplomatas ostenta o nome de Rio Branco. A Ordem do Rio Branco reúne pessoas destacadas por serviços prestados na área internacional. A publicação das obras de Rio Branco a evocação freqüente de seus ensinamentos e de sua vida de trabalho e dedicação ao país são assim inspiração perene da política externa do Brasil.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ARDAO, Arturo. *Genesis de la idea y el nombre de América Latina*. Caracas. Centro de Estudios Latino-americanos Rómulo Gallegos. 1980.
- BASTIDE, Roger. *Le Prochain et le Lointain*. Paris, Editions Cujas, 1970.
- CATELLO BRANCO, H. A. de. *Discursos de 1964*. Brasília, Secretaria de Imprensa, s.d.
- CASTRO, Therezinha de. *África Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1981.
- El proceso de Integración en América Latina*. Buenos Aires, INTAL-BID, 1982.
- FEST, Joachim. *Hitler*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1976.
- FIGUEIREDO, João. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1982.
- FIGUEIREDO, João. "Discurso na Assembleia Geral da ONU". *Estado de São Paulo*, 28.09.1982; p. 6.
- FRANCO, Álvaro da Costa. "O Brasil e a atual conjuntura Econômica Mundial". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 47, 195-211 jul. 1978.
- FULBRIGHT, James. *As Perspectivas do Ocidente*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1964.
- GARAUDY, Roger. *O Ocidente é um Acidente*. Rio de Janeiro, Salamandra, 1978.
- GUERREIRO, Ramiro Saraiva. "Política Externa do Brasil". *Segurança e Desenvolvimento*. XXXI (190) 42-43, 1982.
- GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Entrevista. *Jornal do Brasil*, 13.09.81.
- GUERREIRO, Ramiro Saraiva. "O Brasil e sua Política Externa". Brasília, 1981.
- GUERREIRO, Ramiro Saraiva. "Os Contróvistos resultados de Cancun". *Folha de São Paulo*, 15.11.81.
- GUERREIRO, Ramiro Saraiva. "Diálogo de confiança e Amizade". *Afrochamber*, jan. fev. 1982, p. 4-7.
- GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Palestra do Chanceler em Londres, no Real Instituto de Relações Internacionais (Chatham House). Texto mimeo.
- GUERREIRO, Ramiro Saraiva. "A Política Exterior do Brasil". Conferência na Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 03.09.1982 texto datilografado.
- "Itamaraty divulga programa de Guerreiro no exterior". *Jornal de Brasília*, 09.10.1982, p. 14.
- LEBRET, Louis Joseph. *Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente, problemas Fundamentais de nossa Civilização*. São Paulo, Duas Cidades, 1964.
- LIMA, Nestor dos Santos. *La Imagen del Brasil en las Cartas de Bolívar*. Rio de Janeiro, Banco do Brasil, s.d.
- LIMA, Paulo Tarso Flecha de. "Comércio Exterior do Brasil. Participação do Itamaraty no Processo de Promoção das Exportações". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 54: 19-39, jan. 1982.
- LIMA, Paulo Tarso Flecha de. (Entrevista). *Visão* XXX (50): 29-32, 14.12.1981.
- MARIAS, Julián. "O Ocidente e seus Inimigos". *Visão*, 14.09.81, p. 70-72.
- MARIAS, Julián. "As Ameaças ao Ocidente". *Estado de São Paulo*. Caderno de Cultura, 15.11.1981, p. 5-7.
- MARTINS, Carlos Estevam. "A evolução da política externa brasileira na década 64/74". *Estudos CEBRAP* nº 9 12-53-99, abr. mai. jun. 1965.
- NETO, Leonardo Mota. "Diálogo Brasil e Estados Unidos". *Jornal de Brasília*, 26.09.82, p. 8.
- PENA, João Camilo. *Introduction to Brazil*, Grangula Editions I Estocolmo, Embaixada do Brasil, 1982.

PENNA, J. O. de Meira. "Oriente e Ocidente", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 19, jun: 1965.

SARDENBERG, Ronaldo Mota. "A Política Externa do Brasil nas últimas décadas", *Revista do Serviço Público*, Brasília, vol. 109, 38(4), out. dez. 1981.

SELCHER, Wayne. *Brazil's Multilateral Relations*. Boulder, Westview Press, 1978.

SELCHER, Wayne. "Brazil in the World: a Ranking Analysis" *Brazil in The International System: The Rise of a Middle Power*, Edited by Wayne Selcher, Boulder, Colorado, Westview Press, 1981.

SILVA, Golbery do Couto. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1967.

SILVEIRA, Antonio Azeredo da. "Bases da Diplomacia Brasileira". Discursos perante

as Comissões de Relações Exteriores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. *Resenha de Política Exterior*. Brasília, Ministério de Relações Exteriores, nº 10: 57-67, jul. ago. set. 1976.

SPENGLER, Oswald. *A Decadência do Ocidente*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

TAMER, Alberto. "Brasil, Crescimento e Dependência". *Estado de São Paulo*, 05.12.81, p. 145.

TOYNBEE, Arnold. *Estudos de História Contemporânea, A Civilização posta a prova, O mundo e o Ocidente*. São Paulo, Companhia Editora, Nacional, 1976.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. "Posições Internacionais do Brasil no Plano Multilateral". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. nº 52: 147-219, Jan. 1981.



O Professor José Carlos Brandi Aleixo é docente da Universidade de Brasília e do Instituto Rio Branco. Licenciado em Filosofia (Nova Friburgo), em Letras Clássicas (PUC-Rio de Janeiro) e em Teologia (Universidade de Comillas, Espanha), é Doutor (Ph. D.) em Ciência Política pela Georgetown University, Washington, EUA, e diplomado pela Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro. Ex-chefe do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília, ex-Diretor interino da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da mesma Universidade.



OS EUROMÍSSEIS E A ALIANÇA ATLÂNTICA

Josef Joffe

Mil novecentos e oitenta e três será um ano decisivo nos anais da Aliança Atlântica. No próximo inverno, a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) terá que cumprir sua promessa de instalar 572 mísseis norte-americanos *Cruise* e *Pershing II* na Europa Ocidental, a menos que um pacto de controle de armas com a União Soviética elimine essa necessidade de equivalência por parte do Ocidente. E isto significa que a União Soviética teria que desmontar cerca de 600 mísseis SS-4, SS-5 e SS-20.

Nem mesmo os mais inveterados otimistas consideram isto uma fácil tarefa. Desde 1976, os soviéticos vêm instalando mísseis SS-20, equipados com ogivas triplas, à razão de um por semana. Até agora, já acumularam 334 desses moder-

nos mísseis móveis, cujo alcance é de 5.000 quilômetros, enquanto a OTAN não possui nada nem remotamente comparável em seus arsenais sediados na Europa.

Por que iriam os soviéticos abrir mão dessa enorme vantagem se nada os motive a isso, a não ser uma proposta do Ocidente para um acordo sobre o controle de armas? Não há nada gratuito nas relações internacionais, e foi por isso que a Aliança — em sua reunião de dezembro de 1979, em Bruxelas — decidiu que a disposição de negociar um equilíbrio equitativo teria de ser complementada pela determinação de instalar um modesto poderio próprio de mísseis. De mãos vazias, o Ocidente comparceria à mesa de negociações como um pedinte. E as negociações de gerar-se-fam em um ritual inex-

pressivo, a menos que a OTAN estivesse disposta a contrabalançar a expansão soviética.

Essa política dupla, denominada, há três anos, posicionamento de "mão dupla", rendeu, agora, alguns frutos. Em dezembro último, o chefe do Partido Comunista Soviético, Yuri V. Andropov, falou, pela primeira vez, sobre "redução". O oferecimento ainda está longe de ser satisfatório, mas, pelo menos, mostra até onde os soviéticos progrediram, desde a decisão de Bruxelas, há três anos. Em outubro de 1979, o antecessor de Andropov, Leonid Brejnev, pusera as negociações em risco com um categórico "não", se o Ocidente persistisse em sua decisão sobre os mísseis *Pershing II* e *Cruise*.

O progresso mais crucial foi de natureza filosófica. Até sua morte, Brejnev manteve-se firme em sua pretensão de que havia um equilíbrio "euronuclear", ao mesmo tempo que acusava a OTAN de estar prestes a lançar-se numa corrida de armas nucleares na Europa. Ao sugerir "reduções", Andropov, pelo menos implicitamente, admitiu que o Ocidente tinha razão — que, de fato, não havia equilíbrio, mas, só superioridade soviética e, além disso, uma superioridade crescente.

Em todos os outros aspectos, o estratagema de Andropov é, na melhor das hipóteses, uma abertura, e, na pior, uma tentativa mal disfarçada de manter a todo custo a vantagem soviética. Em resumo, os soviéticos ofereceram-se para reduzir seus sistemas de médio alcance aos níveis das forças estraté-

gicas francesas e britânicas (um total de 162 mísseis, 18 dos quais baseados em terra). Somente uma observação mais detida deste oferecimento revela os pormenores, que, na realidade, significam a contínua superioridade soviética, e não um equilíbrio entre o Leste e Oeste.

Primeiro, os soviéticos mantiveram-se calculadamente ambíguos quanto ao significado de "redução" — e por bons motivos. Tradicionalmente, "redução" na terminologia soviética sempre significou "retirada" para regiões não européias da União Soviética. A reinstalação dos mísseis SS-20 atrás dos Urais não chega a ser um grande sacrifício, considerando-se o seu alcance de 5.000 quilômetros. Nem tampouco é uma vantagem para a segurança da Europa Ocidental. Os soviéticos já indicaram que pretendem "reservar" 100 SS-20, para sua utilização no Extremo Oriente, além de qualquer número dessas armas que instalem voltadas para a Europa Ocidental. Infelizmente, o SS-20 é um míssil móvel, que pode não apenas atacar a Europa Ocidental, mesmo quando lançado do interior asiático da União Soviética, mas também ser facilmente reinstalado em uma posição mais avançada.

Segundo, mesmo com base nas suposições mais otimistas, o oferecimento soviético não resulta em igualdade de segurança. Cento e sessenta e dois mísseis em qualquer dos lados não significa equilíbrio, porque cada míssil SS-20 em três ogivas, enquanto os sistemas franceses e britânicos têm apenas uma.

E, uma vez que as pessoas — tal como ressaltou, certa vez, Henry Kissinger — são mortas pelas ogivas e não pelos lançadores, o equilíbrio real seria de 486 para 162.

Terceiro, se contamos os sistemas franco-britânicos baseados no mar, que não são limitados por qualquer acordo sobre controle de armas, por que não contamos também as várias centenas de mísseis Cruise soviéticos de lançamento marítimo no teatro europeu, que tampouco estão restringidos?

Quarto, há uma questão crucial de princípio. Se os soviéticos levarem adiante sua idéia de que sistemas não-norte-americanos constituem uma ameaça à sua segurança, a recompensa que receberão será fazer inimigos nucleares em todo o mundo. Se devem ter mais mísseis porque os franceses e britânicos os têm, onde pode então o Ocidente traçar o limite? Por que não compensá-los também por causa dos sistemas chineses — ou de qualquer outro país que se decida a produzir armas nucleares, no futuro? Levada a seu limite lógico, uma visão de tal forma extensa da segurança soviética exigiria que os Estados Unidos eliminassem um sistema capaz de atingir a União Soviética por toda arma semelhante que um país anti-soviético, fosse este A, B, ou C, decidisse instalar.

Finalmente, há uma diferença irreduzível entre as armas nucleares norte-americanas e as franco-britânicas. Essas últimas são armas de último recurso, que se lançariam apenas em defesa do território francês ou britânico. Sua fun-

ção não é proteger aliados não-nucleares, como a Alemanha, Itália ou Bélgica. Nem poderiam desempenhar esse papel, considerando-se suas diminutas dimensões, em comparação com os vários milhares de ogivas do arsenal soviético.

"Poder ampliado de dissuasão", isto é, poder de dissuasão em benefício de aliados não-nucleares, requer uma força que está inseparavelmente vinculada ao poderio nuclear de uma superpotência como os Estados Unidos. É foi exatamente por este motivo que os aliados europeus, reunidos no contexto do grupo de alto nível da OTAN, entre 1977 e 1979, solicitaram aos Estados Unidos a instalação de sistemas baseados em terra na Europa. É um mito que os Estados Unidos estejam "impondo" a instalação de mísseis *Pershing II* e *Cruise* a europeus que não os querem. Na realidade, nenhuma outra política da OTAN jamais foi debatida tão exaustiva e democraticamente como a decisão de Bruxelas de dezembro 1979. Nem é verdade, como afirmam alguns críticos europeus, que os Estados Unidos estejam simplesmente instalando esses mísseis para manter todo intercâmbio nuclear confinado dentro do continente europeu.

Na realidade, nada há mais contrário à verdade que essa idéia conspiratória. Ao invés de reduzir seus riscos nucleares, os Estados Unidos os estão, de fato, aumentando, mediante a instalação dos mísseis *Pershing II* e *Cruise*. Os soviéticos nunca fizeram uma distinção exata entre sistemas nucleares

"de teatro de guerra" e "estratégicas". Para eles, toda arma que pode atacar o território nacional é estratégica. Donde se segue que os soviéticos, partindo de sua própria lógica, teriam que atacar parte do arsenal estratégico dos Estados Unidos no processo de atacar a Europa Ocidental.

Restringiriam eles seus primeiros disparos apenas aos sistemas norte-americanos sediados na Europa — visando, por assim dizer, o canivete de seu adversário, enquanto deixam intacta sua espada? Por sua própria lógica estratégica, que têm ressaltado repetidamente, os soviéticos teriam que atacar todo o arsenal norte-americano. Ou, como disse, uma recente publicação soviética (*A Ameaça à Paz, Moscou, 1981*): "Deveria ficar bem claro que... qualquer ataque inicial (contra a Europa Ocidental) é insensato, a menos que destrua, ou, pelo menos, enfraqueça substancialmente o potencial nuclear estratégico da capacidade de represália da outra parte... Uma primeira investida contra a Europa Ocidental seria um ato insensato sob qualquer ponto de vista, pois serviria apenas para expor nosso país à reação de um arsenal estratégico norte-americano absolutamente intacto".

Tal decisão, que evoca o espectro de uma guerra total, não pode ser tomada impensadamente, e aí se encontra a própria essência da força de dissuasão ampliada. Os sis-

temas norte-americanos sediados em terra capazes de atingir a União Soviética a partir da Europa Ocidental "acoplam" (tal como a terminologia estratégica o define) o território europeu ocidental ao norte-americano. Se a União Soviética atacar um, deve atacar o outro. Em vez de transformar o continente em "uma galeria de tiros das superpotências", os mísseis *Pershing II* e *Cruise* reiteram, de forma tangível, a comunhão de destinos entre os Estados Unidos e seus aliados europeus.

Talvez o Ocidente possa contentar-se com menos de 572 mísseis. Na realidade, todos ganharíamos com uma solução de zero a zero, tal como disse o Presidente Reagan em seu discurso de 18 de novembro de 1981, sobre o controle de armas. Entretanto, os números reais devem ser determinados por uma troca equitativa, que é estabelecida pelo princípio de igualdade real.

Um profundo desejo de paz não é suficiente para que haja paz. E a mera aspiração de um controle das armas nunca resultou em um acordo justo. Como a Aliança se ateuve firme à sua decisão de Bruxelas, os soviéticos começaram, finalmente, a falar de desarmamento. Se o Ocidente fraquejar agora em sua determinação, não terá nem mísseis, nem controle de armas. E os soviéticos terão conseguido algo em troca de nada.

(Josef Joffe, jornalista alemão e cientista político, encontra-se atualmente em Washington, como bolsista do Centro Internacional Woodrow Wilson para Acadêmicos.)

Quem poupa na Caixa está com mais.

Mais serviços.
Mais rapidez.
Mais eficiência.
Mais segurança.
Mais perto de tudo que a Caixa tem.

Quem poupa na Caixa tem a Caixa Rápida e mais agências à sua disposição com o melhor atendimento.

Quem poupa tem dinheiro em Caixa.

Venha pra Caixa você também.



CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

FLEISCHMANN E ROYAL PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.

NADA NOS PÁRA

PIONEIRISMO

Em outubro de 1931, proveniente do Rio de Janeiro, o vapor *Araraquara* do Lloyd Brasileiro, atingido por violento temporal, naufragou à entrada da Baía do Rio Grande, perdendo toda sua carga e entre ela 100 caixas de **FERMENTO FRESCO FLEISCHMANN**, estoque para 15 dias. O famoso serviço **FLEISCHMANN** entrou em ação e um veloz hidroavião da **VARIG** (300 km horários) amerissava no rio São Gonçalo - Pelotas, levando 40 caixas de fermento. Antes de amerissar fez vôo sobre Pelotas, distribuindo folhetos: Chegou o Fermento **Fleischmann**. A foto mostra a Diretoria da Associação de Panificadores e sobre a asa A.F. Araújo, agente da **Fleischmann** à época. O Fermento era proveniente dos Estados Unidos.



EM CASOS DE QUALQUER HECATOMBE, A FLEISCHMANN ASSUME A RESPONSABILIDADE DO FORNECIMENTO ININTERRUPTO DE FERMENTO USANDO DE TODOS OS MEIOS DE TRANSPORTE PARA QUE O PÃO NOSSO DE CADA DIA NÃO FALTE EM TODOS OS LARES DO BRASIL, POIS O FERMENTO É UM DOS COMPONENTES DO ALIMENTO BÁSICO

— O PÃO —



CRISE NO MUNDO OCIDENTAL: UMA INCOERÊNCIA?

George Banharo da Silva

O término da 2ª Guerra Mundial não significou o início de uma nova era de paz, justiça e fraternidade; condições que o Idealismo Político, nascido nos ideais wilsonianos, procurava estabelecer. Ao contrário, outro conflito se configurou, trazendo, não só uma disputa ideológica, mas, sobretudo, a ameaça do holocausto nuclear, triste corolário desse processo. Trata-se da Guerra Fria: de um lado, os Estados Unidos da América, liderando o mundo ocidental — democrático e capitalista; de outro, a União Soviética, comandando o bloco comunista.

Este trabalho não pretende descrever o desenvolvimento desse confronto e nem se propõe analisá-lo. Desejamos, apenas, recordar que o mesmo atingiu uma dimensão global, na medida em que

as duas superpotências (EUA e URSS) decidiram estender as suas influências a todos os parâmetros da Terra, "coerentemente", em nome de seus princípios ideológicos e de suas filosofias de vida. Dessa "cruzada do século XX" advêm vários conflitos localizados que, na visão de muitos observadores, propiciam um excelente campo de provas: estratégias, táticas e comportamento humano.

Na verdade, essas guerras limitadas, na maioria das vezes, originam-se nas contradições locais de ordem política, econômica, social, étnica ou mesmo religiosa. As superpotências, na sua "predestinação messiânica", nelas interferem e, na maioria, ao invés de solucioná-las ou atenuá-las, intensificam o agravamento do quadro. Desconhecem a existência de uma dinâmica própria, incontrolável.

Sem se dissociar desse aspecto importante da atualidade, que é a natureza desse conflito localizado, vamos ater-nos à intimidade do nosso mundo — o Ocidental.

Admitimos, realisticamente, que seria impossível, a nós do Oeste, manter-nos unidos, de forma monolítica, em razão da própria concepção de democracia, que encontra na individualidade e na discordância, respeitados os limites ético-jurídicos, a expressão vital que a impulsiona e enfatiza a sua criatividade renovadora. Destarte, a periculosidade da manifestação premente da ameaça comunista, talvez, de imediato, não se consiga a coesão desejada para enfrentar e suportar as decorrências, ou mesmo as conseqüências de tal perspectiva. Todavia, a desintegração que se desenvolve em nosso seio alcança proporções assustadoras, principalmente se considerarmos o citado perigo vermelho.

Quais seriam as causas desse processo? Resultariam da ação do Movimento Comunista Internacional? Estariam relacionadas com as nossas próprias contradições? Teriam origens tanto endógenas como exógenas?

De pronto, responderíamos que as razões são marcadamente internas, embora não devamos olvidar que o comunismo, entendido como veículo do imperialismo soviético, explora muito bem tal situação desagregadora, agravando-a.

Seriam, entretanto, essas causas domésticas incoerentes com a própria natureza do proclamado mundo livre? Teçamos algumas considerações a respeito.

Uma Aparente Incoerência

A cisão do bloco ocidental parece fortalecer-se na própria ambigüidade do conceito de Ocidente. Seria apenas uma área geográfica? Acreditamos que não. Basta citar o exemplo do Japão, para caracterizar a incoerência.

Significaria uma unidade político-ideológica? Em outras palavras, todos os Estados desse mundo ocidental praticariam a democracia, seja como regime político, seja como filosofia de vida?

Terá resposta imediata e fácil: não. Detenhamo-nos, com prudência, nesse aspecto.

Cabe, inicialmente, esclarecer um ponto: entendemos que a democracia, como filosofia de vida, é uma obra acabada, alicerçada nos valores nela incorporados, e que coloca o Homem no centro do universo. Contudo, como regime político, vive em constante transformação, adaptando-se às realidades do tempo, do espaço e da cultura. Mesmo nos países considerados paradigmas democráticos, constatamos que a vivência política enfrenta, de quando em quando, sobressaltos perturbadores. Estaria o problema da representatividade resolvido?

De qualquer forma, aceitemos como democracia aqueles Estados que possuem a "massa crítica" de valores e procedimentos que os caracterizam definitivamente. Mesmo assim, encontraremos no mundo ocidental uma convivência tão estranha quanto incoerente; os países democráticos com as chamadas ditaduras. Não seria isto

uma contradição insuperável? Aí estão os exemplos de nações, esteios da democracia, que, em nome desta — ameaçada pelo totalitarismo vermelho, apoiam tais ditaduras para depois repeli-las, ainda em nome de uma própria essência da democracia — o Direito. Por que, então, da convivência inicial? A incoerência é tão significativa, que só esses resultados poderiam ocorrer. Fiquemos nessa constatação.

Seria o Ocidente uma unidade sócio-econômica, compreendida como tal uma organização social semelhante, um sistema econômico único, onde as trocas se processam de forma, pelo menos, aceitável?

Novamente, objetamos: não. Por sinal, a realidade não mereceria maiores comentários. À guisa de ênfase, externaremos algumas idéias.

No tocante à forma e à natureza do sistema sócio-econômico, sabemos que coexistem, no mundo ocidental, diversos modelos capitalistas e socialistas, o que seria suficiente para quebrar a sua unicidade e assinalar uma incoerência. Disto resultariam, em princípio, as dificuldades para estabelecer-se uma ordem econômica internacional mais equilibrada, onde as trocas ocorressem de forma mais equânime, diminuindo o espaço que separa os países ricos dos menos afortunados.

A esta altura, algum economista cioso poderia argumentar que, mesmo na hipótese de existir apenas um único sistema, os problemas clássicos da economia conti-

nuariam em pauta, sem possibilitar soluções justas e duradouras. No entanto, em nome do fortalecimento do Ocidente, não seria lógico e inteligente que os países desenvolvidos envidassem todos os esforços — em que pesem as diferenças sistêmicas a que nos referimos — para minorar a situação difícil, quando não angustiosa, das nações em desenvolvimento?

Tudo indica a resposta negativa. Persiste, portanto, a incoerência.

No que concerne a valores, haveria um mundo ocidental perfeitamente caracterizado? Evidentemente não. Basta olhar as diferenças étnicas, culturais e religiosas para enxergar a verdade. Sem levarmos em conta os aspectos sócio-econômicos, eis o Terceiro Mundo, de perfil ainda não desenhado, com sua diversidade humanística a atestar esta premissa.

Fixemo-nos, então, no mundo ocidental cristão. Estariam os seus valores máximos sendo cultivados uniforme e integralmente por todos os seus componentes?

No que se relaciona, particularmente, ao Direito, este é interpretado e aplicado de acordo com o célebre e popular sistema de "dois pesos e duas medidas". Em determinadas situações, o violador do Direito é inapelavelmente penalizado; em outras, simplesmente "admoestado", quando não, ignorado, ainda que vidas humanas sejam ceifadas cruel e desnecessariamente, em face de seus objetivos de segurança (?). Por que essa incoerência? Os valores não são os mesmos?

Diante do exposto, parece, à primeira vista, que o Ocidente vive ao sabor de suas incoerências. Todavia, temos razões para acreditar que não há incoerência definida. Tentaremos, agora, demonstrar.

Uma Real Coerência

Bastaria consultar a História, para situarmos no presente, em termos de relações internacionais, uma repetição do passado, entendendo-se as novas roupagens e os procedimentos sofisticados. O que queremos dizer: sempre preponderaram — e ainda preponderam — as relações de dominação entre os Estados. Se não damos um caráter de totalidade a essa afirmativa, é pelo fato de que, aparentemente, este tipo de dominação se disfarça, muitas vezes, através da política de alianças e de blocos, invariavelmente temporárias.

Se a luta pelo poder foi, com raros intervalos de significação, uma constante entre os povos dos chamados núcleos "irradiadores da civilização", ou centros de decisão mundial, muito mais intensa tornou-se a disputa colonial, no que tange ao grau de dominação, tanto política como econômica. Por sinal, se quisermos compreender a gênese do hoje denominado conflito Norte-Sul, basta atentarmos para a natureza dos vínculos que marcaram o relacionamento entre as metrópoles e as suas colônias: uma verticalidade quase que absoluta. Não levamos em conta a situação atípica dos EUA.

Afastando-nos desta abordagem histórica, tentaríamos reforçar a

nossa argumentação, procurando respaldo na própria dinâmica do Poder, pela sua Lei de Expansão, conforme a visão de Diogo de Figueiredo Moreira Netto, em sua obra *As Leis do Poder*, da Editora Convívio: "o Poder é dinâmico por natureza" e acrescenta, citando Gumpowicz, que "manter o Poder é crescê-lo"; mais adiante, reproduz uma observação de George Langrod, afirmando que "o Poder não parece jamais estacionário, mas se encontra em evolução permanente e tende, sem cessar, a crescer para subsistir"; e, em outro trecho, o mesmo autor exalta que "no universo do Poder não existe vácuo; onde um Poder recua outro lhe toma o lugar". Dando validade a esta assertiva, John G. Stoessinger, em *O Poder das Nações*, nos lembra que "a Segunda Guerra Mundial criara vários vácuos, que os Estados Unidos decidiram ocupar muito antes que a guerra fria se cristalizasse".

Consubstancia-se, de forma implícita, que o Poder, em sua dinâmica, nos explica um dos pressupostos fundamentais do Realismo Político, que é o de considerar a luta pelo Poder como lei objetiva no relacionamento entre as nações. No entanto, torna-se imperativo considerar os aspectos subjetivos, de princípio, não aparentes, mas que se configuram no quadro das concepções do Poder, para que se possa obter a compreensão integral do problema.

Do estudo anatômico do Poder, sabemos da existência de um componente extremamente subjetivo, que é a Vontade, que, aliada à Ca-

pacidade, irá ocasionar esse Poder. Nesta Vontade vamos identificar todos os elementos que julgamos essenciais para uma integral apreensão da dinâmica do Poder. Esta Vontade, alicerçando-se no orgulho nacional, que encontra as suas raízes na História, manifestar-se-á em termos de constante busca e de manutenção dos interesses comuns da coletividade, que, cristalizados, passam a constituir os Objetivos Nacionais. Esta Vontade corporifica a expressão do Nacionalismo.

Queiramos ou não, é o Nacionalismo que se constitui na principal força impulsionadora das nações, no convívio universal. Tenha o caráter racial de um nazismo, ou a conotação religiosa emprestada, hoje, pelo fundamentalismo muçulmano, no Irã, ou ainda, uma simples significação de interesse, o Nacionalismo está, mais do que nunca, redivivo.

Iludiram-se aqueles que julgavam estar o Nacionalismo sendo suplantado por uma espécie de Universalismo, onde o mundo seria uma autêntica Aldeia Global, com sólidos laços de Interdependência. Este quadro de fraternidade pareceu realmente desenhar-se, sob a ajuda e orientação paternal dos Estados Unidos da América, na medida em que o mundo procurava emergir das cinzas da II Grande Guerra.

Não percebiam, entretanto, esses mesmos observadores, que o quadro retratava, apenas, uma conjugação de interesses, destacando-se entre estes a necessidade de proteção em face da ameaça so-

viética. A proporção, porém, que cada Estado normalizava a sua vida política e reerguia a sua economia, era natural que interesses comesçassem a contrapor-se, particularmente no campo econômico, onde reacendiam-se, paulatinamente, as históricas disputas por mercados consumidores de manufaturados e fontes de matérias-primas. Como fenômeno complicador dessa ordem internacional, entravam em cena, inusitadamente e de forma intensa, os novos Estados africanos e asiáticos, que, com um compreensível, mas exacerbado Nacionalismo, buscavam, numa tentativa solidária, afirmar-se no sistema mundial, mesmo considerados os laços de dependência econômica.

Eis o mundo ocidental de hoje: cada um enxergando o cenário internacional pela óptica que lhe é mais pertinente, a do interesse imediato, embora, ao mesmo tempo, querendo que os demais compartilhem da mesma visão. É natural que os Estados Unidos da América considerem como seu principal problema a ameaça soviética. É necessário, contudo, que se compreenda que outros países têm prioridades mais imediatas. Assim, para árabes e israelenses o conflito Leste-Oeste é secundário diante da questão que se interpõe entre eles; para a África Negra o primordial é a afirmação da raça e da nacionalidade; para as nações em desenvolvimento, em geral, o que importa fundamentalmente é elevar as suas condições sócio-econômicas, pois, realisticamente, cada um tem que zelar pelos seus interesses vitais.

No campo econômico as evidências também se acumulam, em termos de interesses nacionais. A situação é tão preocupante que, recentemente, um cientista político declarou que o mundo ocidental vive a fase do Neomercantilismo. Todos sabemos que uma das características definidoras do Mercantilismo era o Nacionalismo; e um dos seus principais instrumentos o Protecionismo, hoje, palavra frequente nos noticiários jornalísticos. E, tornando mais sombrias as perspectivas dos países em desenvolvimento, cabe recordar outro fundamento do mercantilismo — o Colonialismo —, que se manifestava economicamente, conforme vimos, através da troca desigual entre manufaturados e matérias-primas.

Por conseguinte, não constitui surpresa e nem tão pouco uma incoerência o que ocorre no nosso Ocidente. Não nos espanta, absolutamente, ouvir de um governante a categórica afirmação de que a crise econômica mundial só será resolvida quando os problemas econômicos de seus países forem solucionados, com o que, conforme a observação de um jornalista, revive-se, invertendo-se os sinais, Stalin, não com o Socialismo, mas com o Capitalismo em um só estado. Nem nos causa espécie, também, o fato de outro dirigente, desprezando totalmente a Ética e o Direito, proclamar que o seu povo só se curva diante de Deus. E, mais ainda, não nos parece estranho que as mais incríveis alianças ou simples apoios se concretizem, em face de determinadas situa-

ções, em que o interesse nacional impõe-se acima de tudo: democracia com totalitarismo, capitalismo com socialismo e ditadura de direita com ditadura de esquerda.

Um famoso estadista, num momento, talvez de irreflexão, mas de sinceridade, externou que “entre nações não existe amizade, mas sim interesses”. Enfim, com que fim, e infelizmente, tudo é coerente.

Conclusão

Não julguem os leitores que temos a intenção de oferecer uma mensagem pessimista, diante da realidade que enxergamos, como a consagrar um determinismo fatalista, do qual não possamos escapar. Não abdicamos do ideal de uma convivência fraterna entre as nações, sob a égide do Direito. Mais além diríamos que envidaremos todos os esforços para, de alguma maneira, contribuir para a consecução desse ideal. Temos, inclusive, a certeza e a confiança de que não estamos sós.

Preocupou-nos, sim, retratar, com as lentes da realidade, o mundo ocidental de hoje, que, na verdade, não é nada otimista. Todavia, com esse perfil, pretendemos alertar e mobilizar. Alertar aqueles que ainda não vêem o Nacionalismo completamente revigorado, inspirando a conduta das nações no Ocidente. Vivem eles confiando na amizade dos mais poderosos, e muitas vezes de forma submissa, acreditando na preponderância de uma bipolarização

ideológica, quando o que nos atinge, mais de perto, são os efeitos da crescente dicotomia Norte-Sul. Não percebem que, se esta não for contida, poderemos tornar-nos mais frágeis diante da constante ameaça comunista. Mobilizar a nação para, sem ódios e preconceitos, e inteligentemente, fortalecer e viabilizar o nosso Nacionalismo, entendido este sentimento, conforme o conceito enunciado, de certa feita, pelo então Presidente Médici: "A prevalência de nossos interesses sobre quaisquer outros". Acrescentaríamos: com base na nossa cultura, na nossa realidade, usando, ao máximo, os nossos recursos.

Ao mesmo tempo, temos que mostrar ao mundo que o nosso Nacionalismo não é egoísta e isolacionista. Vivemos numa comunidade internacional, em que jamais os interesses deixarão de chocar-se e ressaltar o valor da ajuda mútua. Importante destacar: todas as questões conflitantes se sujeitam à

aplicação do Direito Internacional, inclusive as de ordem econômica.

Estamos convictos de que, a par do auto-aperfeiçoamento moral do Homem, a chave da boa convivência internacional está na subordinação ao Direito, única forma racional de conciliar o Nacionalismo com o Universalismo.

No momento, porém, sem deixar de proclamar e, na medida admissível, viabilizar esses princípios de coexistência mundial, continuemos a lutar pelos nossos interesses, manifestando, com clareza, o Nacionalismo Brasileiro.

Felizmente, esta tem sido a linha mestra de nossa política externa. Que não se modifique ou se torne tibia perante as pressões daquele ínfimo, porém atuante, segmento da sociedade brasileira que Vianna Moog muito bem caracteriza: os Mazombos, tanto os apologistas da "grande civilização norte-americana e européia", como os cultores do "maravilhoso paraíso comunista".



O Ten Cel Inf QEMA George Banharo da Silva possui os seguintes cursos militares: de Formação de Oficiais, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); de Manutenção de Armamento, da Escola de Material Bélico; de Aperfeiçoamento, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO); e Comando e Estado-Maior, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Possui ainda os seguintes cursos civis: de Administração de Empresas e de Especialização em EPB (pós-graduação). Ex-chefe da Seção de Planejamento do Comando Militar da Amazônia, exerce atualmente as funções de Instrutor de Política, Psicologia Social e Economia, da ECEME.



O CANADÁ NO MUNDO AMERICANO

Therezinha de Castro

1. Aspecto Geoeconômico

O Canadá com seus 9.959.401 km² é o maior país da América e o segundo em extensão do mundo depois da União Soviética. Estende-se do Atlântico ao Pacífico, limitando-se com os Estados Unidos e o Alasca.

Seu território é dotado de numerosos lagos e rios numa área abrangente de 610.410 km². País que dentro da classificação de Rener tem *forma recortada*, apresenta como sua maior reentrância a Baía de Hudson, bem como numerosas ilhas ao longo de sua costa, mui especialmente no norte, onde se agrupam através de labirintos de canais, estreitos golfos e baías as *Ilhas Rainha Elizabeth*. (Mapa 1) Só esse conjunto ártico, herdado pelo Canadá graças ao *princípio da defrontação* (1907), atinge uma

área calculada em 1.295.000 km², correspondendo em extensão ao Estado do Pará (1.229.893 km²).

O norte canadense lembra o ambiente polar; durante oito meses a região permanece coberta de neve; os termômetros descem a 48º abaixo de zero e nas máximas não ultrapassam os 26º negativos. É pequena a densidade demográfica, povoando a região grupos esquimós vivendo da caça de animais de peles raras; de vida nômade e bastante primitiva, deslocam-se desde o Yukon na fronteira com o Alasca, até a Península do Labrador, no Atlântico. (Mapa 2)

Nos Territórios do Nordeste (formados pelos Distritos de Mackenzie e Keewatin) e do Yukon os litorais são banhados pelo Glacial Ártico; nesta vasta zona setentrional se destaca Dawson, dominando a tundra (musgos e líquens)



nos "barren lands" canadenses, o que significa terras desnudas.

Bem fria é ainda a região central, batida pelos ventos gelados oriundos do norte, canalizados pelas Montanhas Rochosas para *Alberta, Shaskatchewan e Manitoba*. A média no inverno oscila entre os 10º e 20º negativos, transformando a região no domínio da taiga, onde os bosques de coníferas tornam o

país grande produtor de madeira. Trata-se de uma das mais importantes reservas florestais do mundo, cujas árvores, caracterizadas por troncos gigantescos, apresentam, em média, 90 metros de altura por 3 metros de diâmetro. As grandes toras de madeira são transportadas pelas águas dos rios Mackenzie e Shaskatchewan, à semelhança do que se faz na Península Escandinava. Retirados das águas pelas fábricas ribeirinhas, esses troncos são transformados em pasta de papel.

Do outro lado das Rochosas, com clima mais ameno, graças à presença do Pacífico, a *Colúmbia Britânica* também se integra a esse conjunto florestal que abrange 35% da extensão total do país, produzindo 80% do papel utilizado pelos jornais do mundo.

As terras aráveis ocupam cerca de 1.300.000 km², ou seja, 3,8%



da extensão do país. Nas Províncias de Manitoba, Shaskatchewan e Alberta, o trigo, a aveia, a cevada e o centeio ocupam as plantações da planície de escassa densidade demográfica.

Nas províncias atlânticas o oceano suaviza os rigores do inverno e verão; além do fumo e milho cultivam-se aí as frutas adaptadas ao clima, entre as quais a uva, a pera, a maçã e o pêssego.

É bem rica a fauna canadense, pois além dos animais da região ártica (arminho, marta, vison, castor e urso branco), as águas lacustres e oceânicas são bastante piscosas. As trutas abundam nos lagos; o salmão vive em cardumes nas águas do Pacífico. No Atlântico, a *Ilha da Terra Nova* apresenta extensa plataforma continental, sendo também local de encontro da Corrente quente do Golfo, portadora de plancton vegetal, com a Corrente fria do Labrador, que transporta grande quantidade de plancton animal. Associados, esses fatores transformaram a Terra Nova numa das maiores zonas pesqueiras do mundo; são aí bastante numerosos os cardumes de arenque, atum, lagosta e bacalhau, podendo-se afirmar que em pouco mais de 1 milhão de toneladas de peixe apanhado pelos pesqueiros canadenses, a terça parte corresponde à atividade em torno de Terra Nova.

As pradarias ou campos naturais da faixa central canadense oferecem pastagens para o gado. Na Colúmbia Britânica estão os campos de "bunch grass" (ervas de penacho) que alimentam o gado local. Campos naturais são ainda encon-

trados em Alberta, Shaskatchewan, Manitoba, chegando à região do Hudson, onde Ontário e Quebec são também províncias pecuaristas. No entanto, a indústria da manteiga, queijo e derivados do leite é centralizada nas Províncias de Ontário e de Quebec, para melhor facilidade de escoamento.

É, porém, no reino mineral que estão os principais recursos econômicos da Canadá. Pouco mais da metade de seu território é constituído de rochas antigas, em região denominada por "escudo canadense"; região que se estende desde o norte, abrangendo os Territórios do Nordeste, até a região dos Grandes Lagos.

Na região do *Lago Grande Urso* estão as jazidas de radium, mineral de grande importância na atual era atômica. São ainda os Territórios do Nordeste produtores de 80% do níquel mundial; possuindo também o cobre e a platina, valioso metal por apresentar grande resistência ao calor e à corrosão.

As jazidas de cobre de Manitoba ultrapassam as da área do "escudo canadense", associando-se às de zinco, que atingem a Colúmbia Britânica; assim, o Canadá se destaca como o primeiro produtor mundial de zinco.

Na região de *Ontário e Quebec* estão as principais jazidas de ouro, que explotadas, dão ao Canadá posição destacada logo após a África do Sul.

No leste, a *Província de Nova Escócia*, servida pelo porto de *Halifax*, tem nas minas de Malagash os mais produtivos depósitos salinos de todo o hemisfério norte.

Tal matéria-prima é essencial na preparação de fertilizantes, no processo de refinação da gasolina de alta qualidade, como também na fabricação do caucho sintético.

Estão em *Quebec* as importantes minas de amianto ou asbesto, mineral não metálico, espécie de silicato, que pode ser tecido como o algodão, sendo de grande utilidade por ser refratário ao calor e não inflamável; depois do Zimbábue, o Canadá é o primeiro produtor de asbesto, já tendo, em passado não muito remoto, arcado com 80% da produção mundial.

As jazidas de ferro estão concentradas na *Península do Labrador*, dando ao país o quinto lugar entre os principais produtores mundiais. As minas de carvão se estendem desde Manitoba até Alberta. Desde as jazidas de Canol no rio Mackenzie, até o Vale do Turner em Alberta, são encontrados lençóis petrolíferos.

A indústria mecanometalúrgica ocupa, ao lado da petrolífera, o primeiro plano na economia canadense; neste setor o país produz material ferroviário e máquinas agrícolas de preferência. Seguem a essa indústria as derivadas da riqueza florestal (madeira, celulose, papel); as do ramo têxtil, trabalhando principalmente com a lã de carneiro e fibras artificiais; a automobilística localizada principalmente em Toronto.

De um modo geral, a faixa centro-sudeste canadense é a mais privilegiada do país. O paralelo de 50°, que passa por Winnipeg, delimita ao norte as regiões demasiadamente frias para o desenvolvi-

mento de populações numerosas. A população canadense estimada em 1979 era de 23.671.500 habitantes; apresentando um índice demográfico de 2,3 habitantes/km², considerado bem baixo, em população urbana de 76%. População urbana distribuída segundo o quadro abaixo:

Cidade	Habitantes
Toronto	2.856.500
Montreal	2.823.000
Vancouver	1.173.300
Ottawa	726.400
Winnipeg	589.100
Edmonton	581.400
Quebec	554.500
Hamilton	536.300
Calgary	504.900

Pelo quadro acima observa-se que cerca de 75% do efetivo populacional canadense vive na região fronteiriça aos Estados Unidos, mui especialmente na região dos Grandes Lagos e S. Lourenço. População canadense que apresenta em sua composição 44,6% de pessoas de ascendência inglesa, 28,7% de origem francesa, 6,1% de descendentes de alemães, 2,7% de ucranianos, 2% de holandeses; além de minorias de outras nacionalidades, inclusive de portugueses, habitam o país 200 mil índios pele-vermelhas e 12 mil esquimós.

Conclui-se, então, que o duplo núcleo geohistórico do Canadá, refletindo a luta entre ingleses e franceses do passado, origem do *apartheidismo atual*, engloba a área dos Grandes Lagos e S. Lourenço, que

se destaca ainda hoje como o ecúmeno estatal do país. (Mapa 3).

Os Grandes Lagos, divididos entre os Estados Unidos e o Canadá, ocupam uma área conjunta de 1.466.000 km², pouco menor que a do Amazonas, o maior Estado brasileiro (1.564.445 km²); constituem-se num verdadeiro "mediterrâneo" de água doce e, sendo zona importante, tanto para a economia canadense quanto para a estadunidense, possuem excelentes instalações portuárias. O rio S. Lourenço* através de 3.800 km de curso é perfeitamente navegável, exceto no período dezembro-abril, quando se congela; liga a grande área lacustre ao oceano Atlântico. Graças à importância política da região, encontra-se aí *Otawa*, a capital do país, originária de uma aldeia de lenhadores (Bytown), hoje tanto de origem inglesa, como nasceu, quanto francesa. Já *Quebec*, o último porto no S. Lourenço, evoca a colonização francesa, mantendo não só a cultura como o traçado das cidades da Bretanha.

2. FORMAÇÃO HISTÓRICA

Coube a *Giovani Verrazano*, navegador florentino a serviço de Francisco I, da França, tomar posse da embocadura do S. Lourenço (1529). Pouco depois, *Jacques Cartier* (1534) subia o mesmo rio, dando à região o nome de *Nova França*. No entanto, a colonização francesa só teria início efetivamente em 1608, quando *Samuel Champlain* fundou *Quebec* com o auxílio dos colonos normandos e do Poitou.

O *Canadá Francês* ou *Baixo Canadá* ocupava os territórios das atuais Províncias de Quebec e Ontário, no momento em que as 13 Colônias Inglesas, núcleo geohistórico dos Estados Unidos, abrangiam área bem maior (século XVIII).

Vizinhos na América, a rivalidade anglo-francesa transferir-se-ia do Velho para o Novo Mundo. E,



* Os 3.165 km de curso do rio Amazonas em território brasileiro são navegáveis.

nessas condições, duas guerras de sucessão na Europa refletir-se-iam na América do Norte. Pelo *Tratado de Utrecht* (1713) que pôs fim à Guerra de Sucessão na Espanha, os franceses perderam para os ingleses a Ilha da Terra Nova e a Acádia, que formam hoje as Províncias do Novo Brunswick e Nova Escócia. A Guerra dos Sete Anos, provocada pela questão sucessória na Áustria, pôs na América, frente a frente, os Exércitos francês, de *Montcalm*, e inglês, de *Wolfe*, que tomou Quebec (1759) e Montreal (1760). Finda a guerra, era assinado o *Tratado de Paris* (1763), denominado de "a paz vergonhosa" pelos franceses, já que estes tiveram de entregar todo o seu território canadense.

Alguns anos mais tarde revoltaram-se as 13 Colônias Inglesas (origem dos Estados Unidos), que declaravam a sua independência (1776) auxiliadas pela França, que procurou, deste modo, vingar-se da perda do Canadá. Assinado o Tratado de Paris (1783), que reconhecia a independência dos Estados Unidos, os ingleses procuraram tratar de forma mais conciliatória seus territórios canadenses. Por isso, em 1791, a Inglaterra, que já havia permitido aos colonos franceses locais o uso livre da sua língua e religião, dividia o território que lhe restava na América do Norte em *Alto Canadá*, povoado por maioria inglesa, e *Baixo Canadá*, ocupado pelos franceses; o rio Ottawa separava as duas regiões. (Mapa 3). Implantado o *apartheid*, era concedido governo representativo (assembleia de eleição

popular) às duas regiões, muito embora com os respectivos governadores locais nomeados pela Inglaterra.

Não satisfeitos, os colonos franceses do Baixo Canadá revoltaram-se em Montreal e, dirigidos pela associação denominada "Filhos da Liberdade", à semelhança do que se passara nos Estados Unidos, exigem a sua *separação da Inglaterra*. Vencendo o levante (1838) a metrópole permitia que todas as Províncias Canadenses estabelecessem seu governo próprio (1840).

Entretantes, os colonos ingleses, à semelhança do que se fazia nos Estados Unidos, partiam também para a *conquista do oeste*, atingindo as costas do Pacífico; definiam, finalmente, através de uma linha artificial, seus limites com os Estados Unidos. (Mapa 2).

Observando que alguns colonos franco-canadenses imigrados para os Estados Unidos, agitando o ideal separatista, ameaçavam a boa administração desse vasto território inglês na América, tratou a Inglaterra de *unificar o Alto e o Baixo Canadá*; passavam a ter uma única assembleia e um único governador. Em seguida era posta em vigor pelo Parlamento Inglês, a "*Ata da América Britânica do Norte*" (1º de julho de 1867), que transformava todo o território numa confederação sob o nome de *Domínio do Canadá*.

A referida Ata era, na realidade, a Constituição escrita do Canadá, similar à da Inglaterra, transformando a antiga colônia numa confederação dentro da Comunidade Britânica. O Poder Executivo pas-

sou a ser exercido teoricamente pelo Soberano Inglês, representado pelo Governador Geral; este indicado pelo monarca inglês, após ser proposto pelo Primeiro-Ministro canadense. Esse Primeiro-Ministro é, na realidade, o Chefe do Gabinete ou Conselho de Ministros, espécie de comitê executivo do Parlamento.

Pela Ata, o Parlamento, exercendo o Poder Legislativo, era formado pelo Senado e Câmara dos Comuns. A semelhança do que se passava no Brasil-Império, os senadores canadenses eram vitalícios e nomeados pelo Governador Geral; enquanto os deputados da Câmara dos Comuns eram eleitos proporcionalmente por Província, de acordo com o efetivo populacional, pelo voto popular direto, exercendo suas funções durante cinco anos.

A posição central e autônoma do Canadá dentro da Comunidade Britânica só seria determinada pela *Conferência Imperial de Londres*, em 1926.

Após a Segunda Guerra Mundial se desfaz praticamente o sistema colonial dentro do Império Britânico, continuando, entretanto, a maior parte dos territórios colonizados pelos ingleses a fazer parte da *Comunidade ou Commonwealth*, que se traduz literalmente por riqueza comum. E, segundo o *Estatuto de Westminster*, aprovado a 11 de dezembro de 1931 pelo Parlamento Inglês, e que constitui a base legal da Comunidade, a "Coroa é o símbolo da livre associação dos membros". Esse Estatuto limitou-se a confirmar o novo status

independente para os Domínios Britânicos entre os quais o Canadá; enquanto a "Ata da América Britânica do Norte", continuando válida, manteve o Canadá até 1982 sem uma Constituição própria, elaborada no próprio país.

3. PROBLEMAS POLÍTICOS

O apartheidismo canadense foi levado em conta pela "Ata da América Britânica do Norte", distinguindo Quebec das demais Províncias, quer pelo idioma, quer pelas origens étnicas ou espírito francês. No entanto, o desejo separatista da Província de Quebec, que já vinha de longa data, torna-se mais crônico a partir de 1965, quando a "União Nacional" preparou sua célebre petição, dois anos depois publicada pelo jornal "L'Action". Os separatistas animaram-se ainda mais com a visita que De Gaulle fez ao Canadá, em julho de 1967, quando o referido Presidente francês deu vivas a Quebec livre.

As exigências de Quebec pregavam então a atenuação do poder central em benefício dessa Província, que deveria ser consultada nos assuntos que lhe dissessem respeito, especialmente no setor fiscal e econômico. Procurava, por outro lado, adquirir certa personalidade internacional, subtraindo ao poder central determinados assuntos que interessassem mais de perto a Província; como, por exemplo, o tratado cultural com a França, sonhado por Quebec para fugir à alçada de Ottawa. Em face do apartheidismo canadense, o objetivo de De Gaulle, de apoio ao separatismo de

Quebec, obedecia ao seguinte princípio: criado um Estado soberano nesta Província, seriam logo organizadas as bases da "solidariedade da Comunidade Francesa de ambos os lados do Atlântico".

No entanto, o movimento separatista de Quebec não se apresentava unido, já que havia vários partidos a lutar pelo princípio. Além da "união Nacional", agiam também o "Agrupamento Pró-Independência Nacional" e o "Reunião Nacional"; egresso do Partido Liberal, René Levesque conseguiu unir alguns desses grupos políticos. Líder do Partido Liberal, Pierre Elliot Trudeau, também canadense francês, foi quem esteve no poder mais tempo do que qualquer dos principais líderes do mundo ocidental. Eleito em 1968, conseguiu, no ano seguinte, que fosse aprovado o "*Official Language Act*", tornando o francês língua oficial ao lado do inglês; muito embora não tenha conseguido solucionar a questão apartheista de Quebec, esse Ato representou um considerável reforço das bases políticas do país.

Derrotado em maio de 1979 pelo Conservador Joe Clark, esteve longe do poder por pouco tempo, visto que no final do ano, um voto de desconfiança, por causa do aumento de impostos, ao Primeiro-Ministro eleito, levava à convocação de eleições antecipadas. Contribuiria ainda para a crise o fato de Clark haver declarado que lutaria para manter Quebec como parte integrante da nação; na oposição Trudeau afirmava ser a independência de Quebec "um crime

contra a História canadense"; enquanto René Levesque, já feito chefe do Partido Quebequense, mostrava-se certo de que em breve surgiria uma outra nação sobre o mapa político do mundo.

Embora os canadenses de língua inglesa sejam os responsáveis pela maioria dos votos, prevaleceu o consenso de que as tensões no país, simbolizadas pelo apartheidismo de Quebec, iriam se exacerbar se os Conservadores não pudessem contar com qualquer apoio dos "francos", como são chamados os canadenses de língua francesa. O voto de desconfiança em Clark mostrava, pois, que só com Trudeau, de origem francesa, o Canadá poderia manter a sua unidade; unidade que perigava com o líder dos Conservadores, considerado um "peso-leve" em questões políticas.

No poder, em 1980, Trudeau pôde assistir ao plebiscito sobre a independência de Quebec no qual 59,5% votaram a favor de permanecer integrados ao Canadá. Falharia o ideal de Levesque, que em seu livro *Mon Quebec* expõe seus principais pontos caso saísse vitoriosa a tese separatista. Segundo Levesque, Quebec participaria, juntamente com o Canadá e os Estados Unidos, da Comissão Conjunta Internacional da Via Marítima do S. Lourenço, a importante artéria de acesso marítimo à área industrial dos Grandes Lagos; comprometer-se-ia a integrar a OTAN, bem como o sistema de defesa aérea da América do Norte ou NORAD, atualmente formado pelos Estados Unidos e Canadá; enquanto a utilização da mesma

moeda complementar a associação.

Atribui-se em grande parte, a derrota de Levesque, à habilidade de Trudeau, que foi várias vezes a Quebec, Província da qual é também originário, a fim de apoiar o "movimento pelo não", plataforma do Partido Liberal de *Claude Ryan*; como ainda por prometer iniciar reformas constitucionais logo após o referendo.

Por outro lado, Quebec se recusou a subscrever a idéia de uma Constituição caso não constasse no preâmbulo que o país além de reconhecer o direito da autodeterminação, iria se constituir de uma sociedade distinta. E, em se tratando desse mesmo problema, das dez Províncias que compõem o Canadá, incluindo-se Quebec, apenas duas delas, Ontário e Novo Brunswick, acataram o "pacote" de Trudeau, que procurava *dar ao país uma Constituição nacional*.

Em 1980, vendo que fracassara o seu encontro com os "Premiers" das Províncias canadenses, Trudeau decidiu entregar o assunto ao Parlamento Federal de Ottawa. Na ocasião, seis Províncias desafiaram a legalidade do processo parlamentar, e três delas, Quebec, Manitoba e Terra Nova, levaram a questão aos Tribunais. A 28 de setembro de 1980 a Corte Suprema do Canadá decidia por 7 votos contra 2 que o "pacote" constitucional era, na prática, legal; em contrapartida, porém, votou por 6 a 3 que esse mesmo "pacote" era inconstitucional por violar a tradição, ou seja, por não possuir uma maioria

que justificasse plenamente a mudança da tradição.

O que as Províncias desejavam, na realidade, era manter o todo custo suas *respectivas autonomias*, daí haver declarado o Premier de Novo Brunswick, Richard Hatfield, em apoio a Trudeau, que: "a batalha da Constituição é uma batalha das Províncias para enfraquecer o Governo Central".

Embora a cidadania canadense se tenha tornado distinta da inglesa a partir de 1947, o "pacote" constitucional de Trudeau enviado ao Parlamento Britânico, ante a resistência das Províncias, solicitava a "patriação" da Constituição para que o Canadá pudesse finalmente ter o direito de emendas a sua Constituição sem o prévio pedido de licença; muito embora esse pedido de licença tenha sido sempre mera formalidade, visto ter sido sempre concedido.

Em suma, o "pacote" constitucional de Trudeau se resumia no seguinte:

- *substituir o Senado* (não eleito e sim nomeado vitaliciamente pelo Governo) por uma Câmara da Federação indicada meio a meio pelo Governo Federal e pelas Províncias com base nas formações partidárias;

- *definir a composição e a nomeação da Corte Suprema* (papel regulado por lei ordinária) com os seus membros aumentados de 9 para 11, dando assim maior oportunidade de expressão às Províncias do Leste e do Oeste pouco representadas;

- *outorgar uma Carta de Direitos* com "novas garantias linguísti-

cas", destinando-se a solidificar a política oficial do bilinguismo — inglês-francês;

• *definir os princípios do Poder Executivo Federal* e suas instituições, ou seja, redefinir o federalismo entre o Governo Central e as Províncias, visto que em estudo feito em Quebec em 1978, mostrou-se que 197 programas federais e provinciais entravam em contradição.

Finalmente, a 17 de abril de 1982, Elizabeth II proclamava a *nova Constituição do Canadá*, rompendo os últimos laços de dependência para com a Inglaterra. O documento foi assinado diante de umas 100 mil pessoas reunidas nos gramados do Morro do Parlamento, em Ottawa. Manifestando sua confiança no Canadá, Elizabeth II lamentou a ausência do Premier René Levesque, acreditando que os canadenses de língua inglesa e francesa acabarão por "superar as suas divergências e rivalidades".

No momento em que o Ato Constitucional era assinado, membros apartheistas empunhavam cartazes com a "flor-de-lis", símbolo da monarquia francesa. Os adeptos de Levesque não aceitam a nova Constituição porque esta não reconhece a existência de "duas sociedades distintas", a francesa e a inglesa, e não concede a Quebec o poder de decisão sobre questões linguísticas educacionais*.

* A Lei 101, que tornou o francês a língua oficial da Província de Quebec, determinava que todos, à exceção da minoria inglesa, daí incluir outras minorias, deviam ser educados em francês. Criou-se então uma Associação

Em resumo, *tal qual o apartheismo sul-africano* entre descendentes de holandeses e de ingleses, além do fenômeno quebequense, outras minorias do oeste de origem ucraniana, alemã ou de confissão menonita, defendem abertamente o direito de se reconhecerem primeiramente em sua identidade étnica e religiosa e, só depois, em sua cidadania canadense. Se tal fosse permitido, à semelhança do que ocorre na África do Sul, o *Canadá passaria a ter também os seus "batustans"*.

P. de Azcárate com experiência prática na investigação de problemas de minorias, conclui em seu trabalho "League of Nations and National Minorities" que: "A crise da fórmula clássica de que toda nação é um Estado e todo Estado é uma nação é agora perceptível... Nenhum traçado de fronteiras poderia eliminar a existência de monirias nacionais", supondo-se, por isso, que o Canadá continuará a enfrentar o apartheismo, palavra sul-africana, cuja definição completa vem a ser *desenvolvimento em separado*.

Francesa de Terminologia e um Gabinete de Língua Francesa com a finalidade de vigiar a aplicação da lei em todos os setores e de todas as maneiras nos documentos oficiais quebequenses, na indústria, no comércio, nas atividades bancárias, nos cartazes de rua, nos sinais de trânsito etc. O bilinguismo se tornou assunto tão polêmico no Canadá que impossibilitou se chegar a uma conclusão sobre seus malefícios ou benefícios. O fato é que os quebequenses se sentem ameaçados cultural e economicamente pela maioria inglesa, resultando disso a tensão e a disposição de luta; luta contra o "terrorismo cultural e econômico" do Governo Federal.

4. CONCLUSÃO

Além do estudo sistemático e *resolução dos particularismos nacionais*, o Canadá procura não aceitar grandes alterações no equilíbrio de poderes, pois isto só induziria o país ao esfacelamento.

No âmbito das Relações Internacionais o governo de Ottawa se opõe frontalmente à política de *"amortizar o Canadá"*, termo usado pelos que batalham em prol da expropriação das grandes empresas estadunidenses no país.

Peça importante na OTAN, o Canadá procura mostrar que sua área de interesse e defesa deve ser somente o continente norte-americano, tendo em vista a sua categoria estritamente regional. Tal política indica que o Canadá se prepara para uma possível admissão na OEA, sobretudo quando estiver com voz mais independente das estadunidenses.

Empresas estadunidenses controlam 65% das atividades canadenses de mineração e de refinação; e sendo, entre as nações desenvolvidas, a mais ocupada por capitais estrangeiros, faz o que pode para buscar alianças que fortaleçam sua posição perante os Estados Unidos. Com os Estados Unidos o Canadá tem cerca de 7.000 km de fronteiras sem defesas do Atlântico ao Pacífico; daí, sem se afastar de Washington, buscar a *diversificação de sua política externa* com o Mercado Comum Europeu, com o Japão e com a América do Sul. Independente em abril de 1982, com sua Constituição própria, o Canadá, para contraba-

lançar a influência dos Estados Unidos no mundo americano, procura, numa terceira opção, *um novo alinhamento com o México e Venezuela (enfeixando o Caribe) e com o Brasil por sua presença e posicionamento na América do Sul*.

Só há quarenta anos é que se estabeleceram relações diplomáticas entre o Brasil e o Canadá, muito embora apenas nos dois últimos anos é que se tenha começado a se formar a consciência de um sólido alinhamento. Assim, em 1980, parlamentares canadenses visitaram o Brasil e o nosso Chanceler Saraiva Guerreiro esteve no Canadá; em fevereiro de 1981 Pierre Trudeau veio ao Brasil, onde, além das relações bilaterais, discutiu com o nosso Governo sobre o diálogo norte-sul; em julho de 1982 o Presidente Figueiredo retribuiu a visita.

No entanto, *a balança comercial Brasil-Canadá* pende muito mais para o país norte-americano. Em 1980 o Brasil comprou 893 milhões de dólares canadenses e exportou para o Canadá 347 milhões de dólares canadenses; devendo-se às importações de trigo tal desequilíbrio. Embora o trigo continue a ser o principal produto de importação brasileira, de janeiro a julho de 1981 a balança ainda pendeu para o Canadá (333 milhões de dólares canadenses contra 198 milhões de dólares canadenses de exportações brasileiras).

Importamos do Canadá, além do trigo, também potassa, papel de imprensa, carvão, alumínio, cobre, blocos de zinco, polietileno e

partes de motores para veículos; exporta o Brasil, café, cacau, baunilha, carne enlatada e suco concentrado de laranja.

Em consequência do Acordo de Cooperação Técnica (1975), o Brasil e o Canadá desenvolvem projeto de pesquisa sobre o trigo em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul; o Brasil obtém novas espécies de trigo e o Canadá a possibilidade de pesquisar a obtenção de duas safras anuais.

A par da riqueza mineral, apesar de país industrializados, o Canadá se identifica muito com o Terceiro Mundo por ser, antes de tudo, grande exportador de matérias primas. Por outro lado, o problema político canadense não se limita apenas ao dualismo franco-inglês; consiste, sobretudo, na realidade que distingue os dois Canadás: um rico e outro pobre, um desenvolvido (ecúmeno estatal) que se defronta com os Estados Unidos e um subdesenvolvido (zona geopolítica neutra) que se encontra voltado para o Ártico.

Em nosso caso, podemos dizer, num confronto, que, entre os países em desenvolvimento, o Brasil é o que mais se aproxima do Canadá e este entre os países desenvolvidos, é o que está mais próximo do Brasil. Justifica-se o fato se observarmos que o PIB brasileiro está imediatamente abaixo do PIB canadense. No entanto, o relacionamento Brasil-Canadá está longe de ser importante dentro de nossas diretrizes; isto porque, embora o Canadá se classifique como o 7º investigador no Brasil, a bitributação

torna o nosso comércio deficitário com esse país.

No contexto geral podemos concluir que o Canadá, com a maior parte de seu território localizada dentro de latitudes demasiadamente frias, oferece poucas possibilidades para o desenvolvimento de uma população numerosa dentro de seus limites. Embora localizado no hemisfério norte da Terra, não se inclui na chamada "Faixa Privilegiada" (Best Belt) muito embora:

- com o advento do Poder Aéreo as terras frias polares do Canadá tenham adquirido novo sentido geoestratégico;

- em função de sua particular latitude possua numerosos recursos, colocando-o em posição de importância na economia mundial, e, conseqüentemente, no grupo dos países ricos que contrasta com os do Terceiro Mundo;

e, como parte integrante da Comunidade Britânica, que pelo posicionamento do antigo Império Colonial, formou uma espécie de zona quebrada em torno do Velho Mundo, (Mapa 4) o Canadá ocupa uma posição cêntrica na distribui-



ção das nações de "culturas europeia", estendendo-se da Sibéria à Austrália, dominando, no continente, o Ártico, e participando

tanto do Pacífico como do Atlântico, onde integra a OTAN; muito embora, parte importante do mundo americano, não integra a OEA.



Therezinha de Castro — Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Especialização: Geopolítica e Relações Internacionais. Além de outras obras, escreveu "Rumo à Antártica", em que defende os direitos do Brasil no Continente Antártico, "História da Civilização Brasileira", "Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil", "África — Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais".



"STAFF COLLEGE, CAMBERLEY"

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Britânico

Luiz Paulo Macedo Carvalho

Localização

O "Staff College", com a maioria de suas instalações vitorianas, ocupa imensa área lacustre e verde, coberta de bosques e extensos gramados, contígua à Real Academia Militar de Sandhurst, em Camberley, pequena vila do belíssimo condado de Surrey, entre os limites de Hampshire e Berkshire, no sudeste da Inglaterra.

Originalmente denominada "Cambridge Town", em honra do Duque de Cambridge — comandante-em-chefe do Exército britânico de então e lançador da pedra fundamental do pavilhão do comando e administração do "Staff College" —, o vilarejo que acolhe a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército britânico foi rebatizada como Camberley, corruptela de Cambridge, para não ser confundida com a tradicional cidade ingle-

sa sede de não menos famosa universidade.

Camberley situa-se, ao longo da velha "London Road" ou rodovia A 30 e da M3 ("Motorway 3, como os ingleses chamam as estradas de rodagem de alta velocidade ou vias expressas), cerca de 50 km da capital do Reino Unido, a meio caminho do porto de Southampton, próximo à maior guarnição militar do Exército britânico — Aldershot — e de Ascot. Dista uma hora de Londres, por ferrovia.

Breve Histórico

Os primórdios da história do "Staff College" acham-se intimamente relacionados com o antigo Real Colégio Militar e a atual Real Academia Militar de Sandhurst.

Em 1799, o Coronel John Gaspard Le Marchant, do 7º Regimento de Hussardos, propôs ao Duque de York, então comandan-

te-em-chefe do Exército britânico, a criação de uma escola militar estruturada em três departamentos. O primeiro destinava-se à instrução geral de jovens entre 13 e 15 anos de idade, incluindo em seu currículo filosofia, matemática, línguas, danças, esgrima e equitação. O segundo visava a aproveitar os rapazes que tivessem obtido melhores graus no anterior e desejassem tornar-se oficiais, ou seja, constituir-se-ia em uma escola de cadetes. Paralelamente a este segundo departamento, Le Marchant visualizava uma "legião" de 200 filhos de soldados, que, por força da educação superior recebida, tornar-se-ia um centro de formação de sargentos. Sendo os futuros graduados instruídos ao lado dos cadetes, propiciava-lhes condições de lidar com homens na prática diária das atividades castrenses. O terceiro departamento tinha por finalidade o aperfeiçoamento dos oficiais com mais de quatro anos de serviço, de modo a prepará-los para o desempenho das funções de estado-maior.

A 4 de maio de 1799, em High Wycombe, condado de Buckinghamshire, instalava-se uma escola, nos moldes preconizados do terceiro departamento, sob o comando de Le Marchant e com uma turma de 26 alunos. De início, ao que tudo indica, os alunos arcavam com o custeio de seus estudos, dado inexistirem provas de qualquer contribuição real com tal fito, por alguns meses.

As propostas de Le Marchant relativas à instituição do primeiro

departamento e da "legião" foram rejeitadas.

A 24 de maio de 1801, por decreto real, era criado oficialmente o Departamento Superior do Real Colégio Militar, data considerada a da fundação do "Staff College".

Inicialmente, o curso tinha a duração de dois anos. Cada aluno das duas primeiras turmas pagava 30 guinéus (20 libras esterlinas atuais) por todo o curso, quantia essa que se tornou anuidade a partir de 1801.

No ano de 1813, o Departamento Superior transferiu-se para Farnham, em Surrey, e, em 1820, mudou-se para a então recém-constituída Real Academia Militar de Sandhurst, onde já se processava a formação básica do oficial.

Ao término das guerras napoleônicas o departamento florescia e cumpria bem a sua finalidade. Todavia, de 1820 em diante, as restrições financeiras afetaram profundamente seu funcionamento. Novos regulamentos entraram em vigor e o currículo do curso de estado-maior tornou-se quase absolutamente científico e técnico, contendo muito poucos assuntos de interesse militar. Estratégia, história militar e tática praticamente não eram estudadas. Nem sequer se fazia menção às atividades de estado-maior e aos trabalhos administrativos da caserna. Assim, gradualmente o departamento perdeu a reputação ganha e transformou-se em refúgio de oficiais casados que não desejavam servir em além-mar e de solteiros, cujo único objetivo era esquivar-se da tropa,

além de garantir um período de licença (6 a 12 meses), após se submeterem ao grotesco exame final do curso de estado-maior, antes de voltarem aos seus regimentos.

Completamente negligenciado o estudo da arte da guerra no Departamento Superior, onde a única instrução militar então ministrada era topografia e fortificações, resultou no absoluto despreparo dos quadros de estado-maior.

Entre 1836 e 1854, 216 oficiais concluíram o curso de estado-maior, mas apenas 20 deles vieram a exercer efetivamente funções de estado-maior. Em 1852, havia somente 7 oficiais com o curso superior do Real Colégio Militar em todo o Exército britânico.

A Guerra da Criméia, de 1854, revelou as deficiências do quadro de estado-maior, seguindo-se um período de incessante e generalizado melhoramento da instrução militar dos quadros. Assim, em 1856, o Duque de Cambridge, que se tornara comandante-em-chefe do Exército, imediatamente chamou a si os problemas educacionais da instituição e, no ano seguinte, mudou a denominação de Departamento Superior do Real Colégio Militar para "Staff College".

A 1.ª de abril de 1858, iniciou-se o primeiro curso do "Staff College", que continuou a funcionar, entretanto, nas antigas edificações ocupadas em Sandhurst. O novo regulamento aprovado prescrevia que o curso de estado-maior teria a duração de dois anos, sem qualquer ônus financeiro para os alunos. Foram instituídos exames de

admissão e final, bem como introduzidos assuntos militares no novo currículo adotado, apesar de maior ênfase ainda se dar à formação matemática, prevalecendo a velha idéia de que afora a necessidade de conhecimentos inerentes aos serviços de estado-maior persistia a de matérias técnico-científicas.

Dado o enorme interesse da Rainha Vitória pelo "Staff College", em maio de 1859, era aprovado o projeto de James Pennington, proeminente arquiteto da época, de construção de instalações adequadas à Escola de Estado-Maior, no estilo italiano. Por conseguinte, a 14 de dezembro de 1859, o Duque de Cambridge lançava a pedra fundamental do pavilhão principal do atual "Staff College".

No verão de 1860, a Rainha Vitória em visita às obras de construção do "Staff College", acompanhada do Príncipe Consorte, plantou a frondosa árvore de faia que até hoje é vista em frente ao pavilhão do comando.

No outono de 1862, os alunos ocupavam as novas instalações.

A despeito das modificações que se seguiram à Guerra da Criméia, o curso ainda permanecia excessivamente teórico e científico. A obtenção do certificado de conclusão do curso não assegurava credenciais para o exercício das funções de estado-maior. Dos 144 oficiais que cursaram o "Staff College", de 1858 a 1868, só 81 ocuparam cargos privativos de estado-maior. Os estados-maiores continuavam a ser integrados à base do favoritismo. O número de candida-

tos ao curso de estado-maior decresceu alarmantemente e parecia que a escola iria mergulhar naquele lastimável e desesperançoso estado prevalecente antes da Guerra da Criméia.

A partir de 1875, aos oficiais formados pelo "Staff College" é conferida a honraria de usarem após seus nomes as letras p.s.c. ("passed staff course", ou seja, aprovado no curso de estado-maior).

Em 1885, a idade máxima permitida para admissão na escola foi reduzida para 37 anos e, no ano seguinte, o número de vagas por curso, aumentado para 60, incluídas oito destinadas a oficiais do Exército indiano.

Com a deflagração da Guerra Sul-Africana progressivamente a escola se esvaziou e afinal, em abril de 1900, fechou, retomando suas atividades em novembro daquele mesmo ano, com 64 alunos e apenas 6 instrutores.

Em 1906, cursaram o "Staff College", pela primeira vez, dois oficiais da "Royal Navy". Neste mesmo ano, a escola adotava o termo "Directing Staff ou DS" (Corpo Dirigente ou Permanente) em substituição ao de professor, a fim de designar os membros de seu corpo docente.

No ano de 1909, foram matriculados os dois primeiros alunos dos Exércitos australiano e canadense.

Finalmente, em 1911, os laços que uniam o "Staff College" ao Real Colégio Militar romperam-se, pois até então era administrado pelo comando de Sandhurst.

Ao irromper a Primeira Guerra Mundial, em 1914, o "Staff College" paralisou suas atividades escolares e, durante todo o conflito, teve as instalações transformadas em alojamentos para cadetes de Sandhurst.

Os dois primeiros cursos ministrados após a guerra destinaram-se exclusivamente a oficiais altamente selecionados que haviam se distinguido em operações bélicas no decorrer do conflito de 1914-18.

Em fevereiro de 1921, teve lugar o primeiro concurso de admissão de pós-guerra, constituído unicamente por matérias de natureza militar.

Depois da 1ª Guerra Mundial até 1938, o curso passou a ter duração de dois anos, a idade para matrícula foi limitada a 33 anos e as vagas fixadas em 60 por ano.

Às vésperas da eclosão da II Guerra Mundial, concluiu-se que o Exército precisaria anualmente de 120 novos oficiais de estado-maior. Para satisfazer às necessidades levantadas, decidiu-se então que passaria a funcionar um curso de um ano, para 120 oficiais, com 60 alunos, cuja idade média era de 35 anos. Tal sistema, porém, só perdurou por oito meses, em consequência da deflagração da guerra a 3 de setembro de 1939.

Com a mobilização geral, todos os alunos do "Staff College" foram mandados se apresentar às unidades de origem, passando a escola a ministrar cursos comprimidos, exclusivamente para oficiais da reserva, durante todo o período de guerra. Nessa época, chegou a ter matriculado 210 alunos.

Em 1945, o curso de guerra teve sua duração aumentada de 17 semanas para 6 meses. Nesse ano, foram admitidos como instrutores oficiais pertencentes aos Exércitos da "Commonwealth".

No ano de 1947, a escola voltou a funcionar normalmente, iniciando seu primeiro curso de pós-guerra, com um ano de duração.

Crescendo assustadoramente a necessidade de oficiais de estado-maior, a escola colocou em funcionamento uma terceira ala em "Blenheim Barracks", próximo a Aldershot. No total, havia 120 alunos em Camberley e mais outro tanto divididos igualmente em Minley Manor e Blenheim. A turma de Camberley constituída de duas subturmas de 60 alunos cada uma, mais as das citadas localidades adjacentes, ao todo, perfaziam 4 subturmas paralelas, com o mesmo efetivo, respectivamente sob a supervisão de um tenente-coronel do quadro de estado-maior da ativa, comissionado coronel.

No começo de 1952, a escola viu-se reduzida a duas alas e a três subturmas, com o encerramento das atividades em Blenheim.

Fechadas as instalações de Minley Manor, em 1968, todas as subturmas foram concentradas em Camberley.

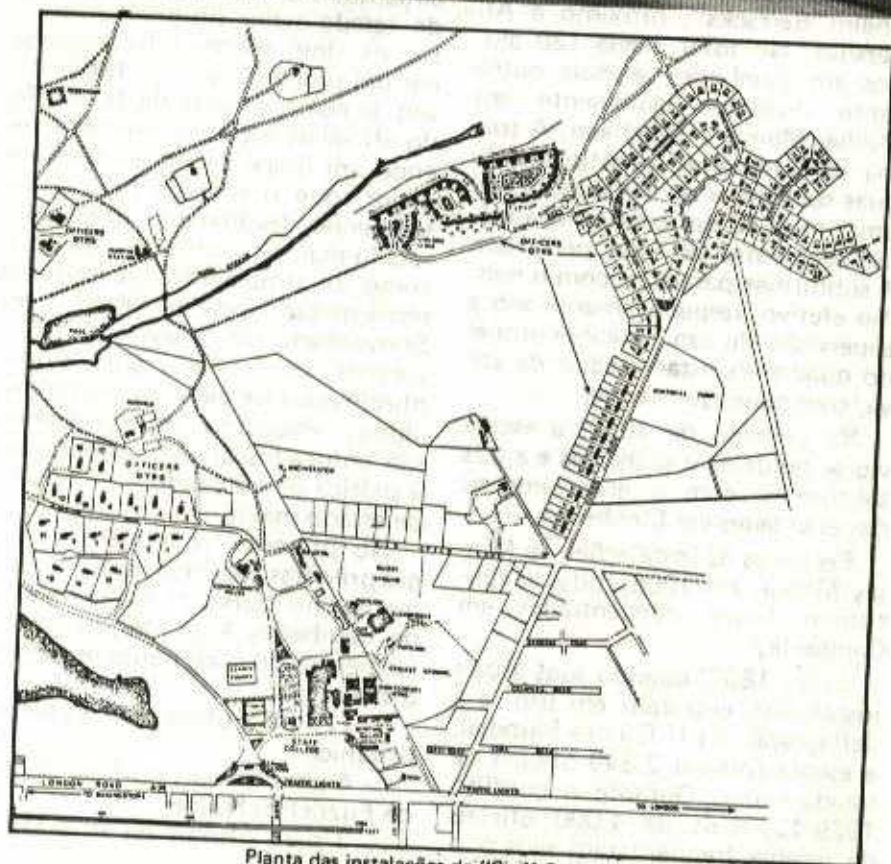
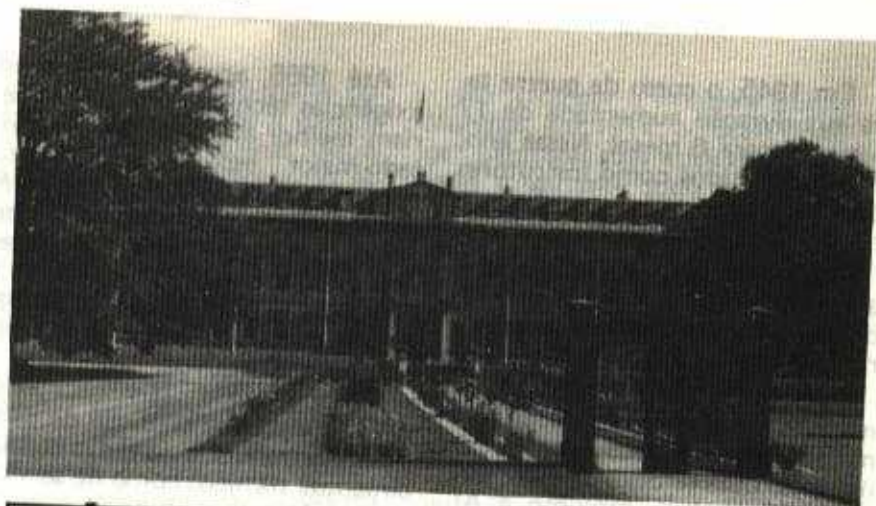
Entre 1862, quando suas atuais instalações entraram em uso, e a deflagração da II Guerra Mundial, a escola formou 2.849 oficiais de estado-maior. Durante o conflito 1939-45, mais de 4.000 oficiais da reserva freqüentaram seus cursos de emergência.

Até 1965, acreditava-se que as exigências técnicas do Exército seriam melhor atendidas por um estado-maior específico, formado com esta finalidade no Real Colégio Militar de Ciências (similar ao nosso Instituto Militar de Engenharia), em Shrivenham, ficando a cargo do "Staff College" o preparo dos oficiais de estado-maior geral e administrativo.

Reconhecendo tais necessidades, ou seja, que o oficial de estado-maior requer hoje tanto conhecimentos técnicos como de serviço de estado-maior propriamente dito, os dois sistemas fundiram-se em um único no ano de 1968. Assim o novo sistema de formação do oficial de estado-maior compreende um único curso, ao nível de major, que o prepara para o desempenho de qualquer função de estado-maior, inclusive técnicas, como de armamento. Os assuntos técnicos são ainda ministrados em Shrivenham, em cursos de duração variável, conforme o grau de conhecimento de ciências exatas dos alunos, enquanto em Camberley são enfocados assuntos referentes à prática de comando e de serviço de estado-maior, em um ano.

No presente, o número de vagas previstas para matrícula, anualmente, no Curso de Estado-Maior de Camberley é de 180, incluídos elementos do sexo feminino, assim distribuídas:

- 125 para oficiais do Exército britânico
- 4 para oficiais do Real Corpo de Fuzileiros Navais
- 3 para oficiais da Real Marinha



Planta das instalações da "Staff College".

— 3 para oficiais da Real Força Aérea

— 45 para representantes de Exércitos estrangeiros e do Ministério da Defesa (civis).

Oficiais formados pelo "Staff College" participaram de todos os conflitos em que o Reino Unido se engajou e entre eles se destacaram muitos generais, cujos nomes se tornaram célebres por todo o mundo, tais como: Robertson, Wavell, Gort, Ironside, Haig, Allenby, Alanbrooke, Montgomery, Alexander, Templer e Harding.

Emblema do "Staff College"

Em 1868, a coruja coroada (a coroa traduz distinção conferida a determinadas organizações militares pela realeza), com duas espadas cruzadas e o dístico latino "Tam Marte Quam Minerva" (Tão Guerreiro Quanto Sábio) foram concebidos pelos então Capitão J. N. Crealock (mais tarde Major-General) e Major A. S. Jones (posteriormente Tenente-Coronel), respectivamente, aluno e ajudante da escola, e adotados como seu símbolo oficial.

A coruja representa Minerva, deusa da guerra e da sabedoria na mitologia romana, que segundo a lenda teria emergido completamente armada do cérebro de Júpiter — o pai dos deuses. Minerva era tida como sábia e instruída, além de considerar a coruja como sua ave preferida.

As espadas cruzadas simbolizam Marte, o rei da guerra.

O moto que pode ser interpretado como tanto lutando quanto

escrevendo, serve para lembrar que as ordens de operações não vencem batalhas sem o valor e a tenacidade do combatente.

Todavia, os alunos atuais preferem dar outra versão ao símbolo máximo da escola. Alegam que a coruja foi escolhida porque enxerga à noite, único período de que dispõem para a leitura dos longos textos escolares. Dizem que encimando a coruja dever-se-ia colocar, ao invés da coroa real, uma cesta de papel usado para recolher os rascunhos dos trabalhos escritos diários e monografias. As olheiras típicas da ave denotam o cansaço dos discentes, resultante das longas noites de vigílias passadas em estudos obrigatórios. Os sinais em forma de "V", encontrados no peito da coruja, longe de darem idéia de plumagem indicam as marcas ("gaivotas") apostas pelos instrutores nas tarefas escolares ao corrigirem-nas. As unhas enegrecidas da ave resultam das atividades de colagem e iluminação de cartas. As espadas, segundo a concepção deste novo emblema para o "Staff College", deveriam ser substituídas por uma tesoura e um lápis cruzados, material por demais utilizado no preparo dos exercícios escolares. Finalmente, o lema "Tam Marte Quam Minerva", sugerem, merce ser substituído pelo seguinte: "Mais burocrata do que guerreiro".

Missão

A missão do "Staff College" é desenvolver os conhecimentos profissionais e a capacidade de raciocínio de *oficiais selecionados*, a

fim de habilitá-los a assumir crescentes responsabilidades tanto nos estados-maiores como em comandos. Com esta finalidade, o ensino é orientado de modo a formar, ao término do curso, oficiais que possam analisar e solucionar problemas ordenadamente, de maneira lógica, e apresentar suas decisões da forma mais conveniente àqueles a quem caberão executá-las.

Embora o "Staff College" se preocupe em transmitir aos discen-tes sólida base doutrinária de emprego tático da força terrestre, jamais se propõe e, até mesmo evita, dar soluções estereotipadas aos problemas estudados.

A escola visa também a ampliar a cultura geral dos oficiais-alunos, proporcionando visitas diversificadas no país e em além-mar, bem como períodos de estudos e exercícios conjuntos levados a efeito juntamente com os integrantes dos estabelecimentos de ensino congêneres das outras forças singulares.

Subordinação e Organização

O "Staff College" é subordinado à Diretoria de Instrução do Exército, que por sua vez integra o Departamento de Ajudância-Geral (correspondente ao nosso DGP), órgão responsável pelo trato de qualquer assunto relativo a pessoal — individual ou coletivamente.

A escola é comandada por um "Major-General" (equivalente a General-de-Divisão) que tem como subcomandante um "Brigadier" (General-de-Brigada).

Atuando como uma espécie de chefe de estado-maior geral, con-

ta o comando com um coronel do quadro de estado-maior que exerce a função de coordenador geral.

Para fins escolares, o corpo discente é dividido em três subturnos ou divisões (A, B, C), de 60 alunos cada, chefiada, respectivamente, por um coronel de estado-maior que dispõe de nove tenentes-coronéis instrutores para auxiliá-lo.

O comando tem à seu dispor oficiais-de-ligação da "Royal Navy", da "Royal Air Force", do Exército dos EUA, da França e da Alemanha Ocidental, além de possuir dentre o corpo de instrutores, obrigatoriamente, de um representante do Real Corpo de Fuzileiros Navais, do Exército australiano e canadense.

Não existe uma Seção Técnica de Ensino, mas o comandante goza da assessoria de um tenente-coronel do Real Corpo de Educação.

A Seção de Desenvolvimento e Acompanhamento da Doutrina Tática é mobiliada absolutamente por oficiais da reserva de primeira classe, bem como inúmeros outros cargos administrativos e técnicos, como relações públicas, encarregado das bibliotecas, fiscal administrativo, provisionador etc. Até a própria guarda diurna das instalações físicas da escola acha-se confiada a graduados da reserva transformados em policiais.

O conselho de ensino reúne membros do corpo docente e um aluno representante de cada divisão e do comitê de estrangeiros (chamados "overseas"), constituído também de três elementos.

Apesar de orgânica da escola, a Divisão Júnior (equivalente à nos-

sa EsAO) funciona anexa à Escola de Infantaria, em Warminster.

Cursos

O "Staff College" tem a seu cargo os seguintes cursos:

- Curso de Comando e Estado-Maior Júnior

- Curso de Preparação ao de Estado-Maior

- Curso de Estado-Maior

- Curso de Estado-Maior para Oficiais R2.

O Curso de Comando e Estado-Maior Júnior (correspondente ao nosso de aperfeiçoamento), destina-se a capitães das armas e serviços, à exceção de algumas especialidades, entre 26 e 29 anos de idade. É ministrado a turmas de 100 alunos, em 10 semanas, compulsoriamente, para os oficiais do sexo masculino. A instrução tática é conduzida ao nível de batalhão, no quadro de força-tarefa ou "field force" (equivalente à brigada menor), em duas fases. Na primeira, são estudados os fundamentos de tática, de logística e de serviço de estado-maior; na segunda, essencialmente prática, é feita a aplicação dos conhecimentos teóricos transmitidos na primeira em exercícios táticos com tropa no terreno. É indispensável ter sido habilitado neste curso para o oficial concorrer à seleção para matrícula no de estado-maior propriamente dito efetuado em Camberley.

O Curso de Preparação, com duração de três semanas, visa a familiarizar os alunos oriundos de outras forças (Marinha, Força Aérea,

Corpo de Fuzileiros Navais), estrangeiros (inclusive australianos, canadenses e neo-zelandeses) e civis com abreviaturas, símbolos, organização, terminologia, regras de exploração rádio, escrituração e correspondência militar, material em uso no Exército britânico, bem como procedimentos e normas escolares vigentes. Estão incluídas em seu currículo mostras de material bélico, demonstrações e visitas às principais guarnições militares e escolas das armas e serviços. Saliem que o curso não se destina a ensinar língua inglesa, pelo contrário, exige como pré-requisito suficiente domínio do idioma, a fim de permitir o acompanhamento dos trabalhos escolares e responder a quaisquer perguntas dirigidas pelos instrutores aos alunos.

O Curso de Estado-Maior propriamente dito inicia-se em fins de janeiro e termina no princípio de dezembro, tendo uma duração prevista de 44 semanas ou 11 meses. O principal curso do "Staff College" destina-se a capitães e maiores das armas e serviços, inclusive mulheres, e civis do Ministério da Defesa, e tem por finalidade preparar oficiais para o exercício das funções de estado-maior (Geral, Logístico e de Pessoal), bem como dar-lhes a necessária base cultural, a fim de ocuparem cargos de maior relevância na alta administração do Exército. O número de vagas fixado para a matrícula anualmente é de 180.

O Curso de Estado-Maior para Oficiais R2, ministrado em duas semanas, tem por objetivo realizar um treinamento básico e prático

de serviço de estado-maior em campanha. As turmas têm um efetivo máximo de 30 alunos, todos capitães ou maiores R2 e voluntários. Os alunos deste curso complementam seu treinamento participando dos exercícios no terreno e manobras na carta realizadas ao longo do seu congênere para os oficiais de carreira, na base do voluntariado, e desempenhando funções secundárias.

Seleção para Matrícula no Curso de Estado-Maior

O candidato à seleção para matrícula no principal curso do "Staff College" deve satisfazer, inicialmente, às seguintes condições:

- ser capitão ou major das armas ou serviços do Exército regular;
- ter entre 31 e 33 anos de idade (admitida a tolerância de até 37 anos para médicos e veterinários);
- ser julgado apto em inspeção de saúde;
- possuir determinado tempo arregimentado ou experiência em organização militar de serviço;
- não estar matriculado em outro curso de longa duração;
- não ter sido desligado de algum outro curso de estado-maior, por qualquer motivo (inclusive realizado em outras forças ou no exterior);
- haver concluído com aproveitamento o Curso de Comando e Estado-Maior Júnior ou sido habilitado em exame prático de tática;
- ser aprovado no exame de seleção para promoção a major e in-

gresso no Quadro de Estado-Maior da Ativa, que consta de provas escritas de Administração Geral e de Pessoal, Justiça e Disciplina, Liderança, Estratégia, Relações Internacionais, Guerra Revolucionária e História Militar, gozando de duas tentativas, no máximo;

— obter indicação do comandante da organização militar em que serve e conceito favorável do respectivo comandante de grande-unidade.

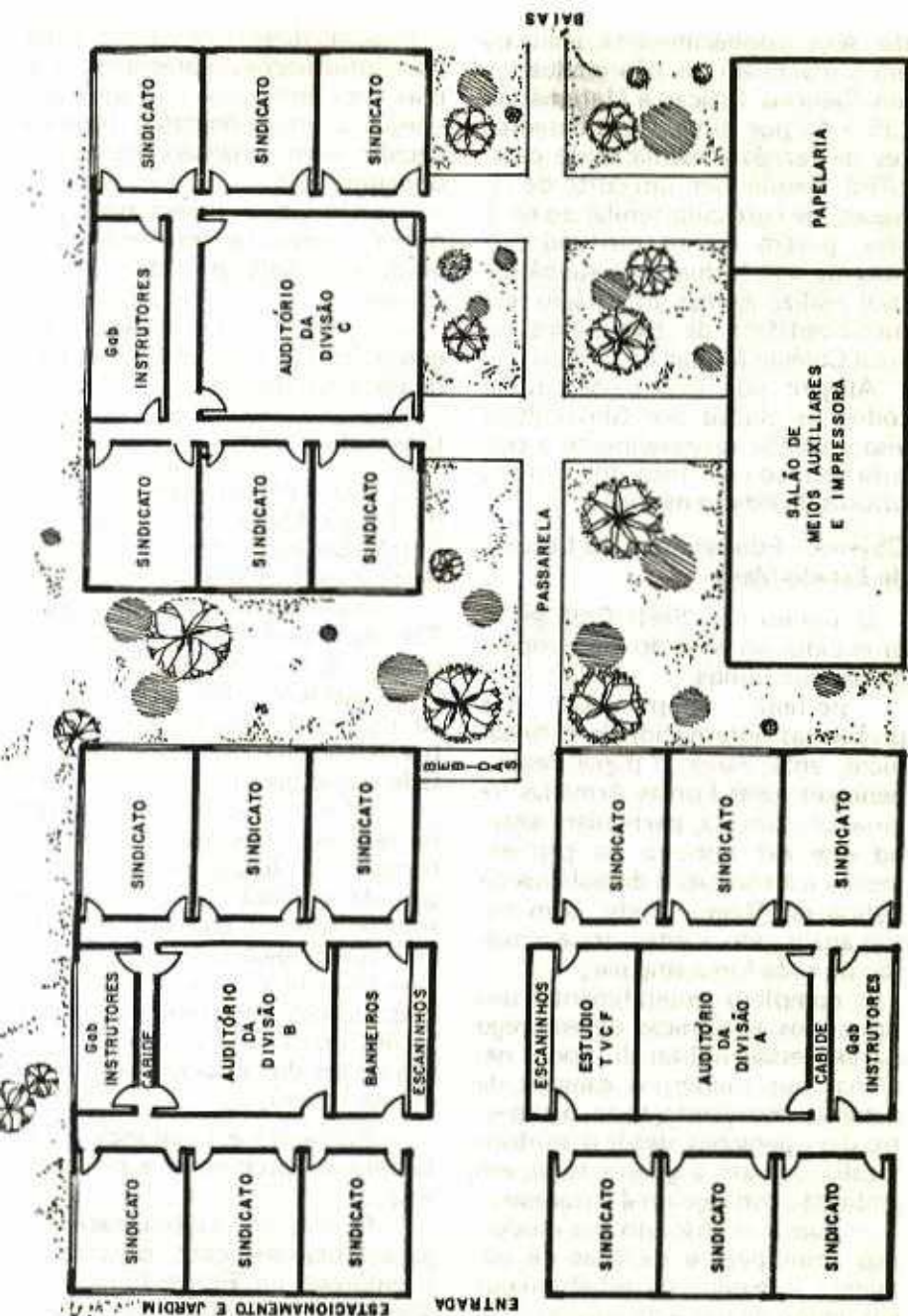
Apenas 45% dos candidatos inscritos passam nesta primeira triagem.

Satisfeitas as condições para a matrícula, submetem-se os candidatos ao crivo da Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho, orgânica do Estado-Maior do Exército, a qual, à luz das folhas de alterações e fichas anuais de conceito individual, aproveita, em média, 60%.

Há um certo número fixo de vagas para cada arma e serviço e uma quantidade variável, a fim de atender individualmente candidatos selecionados, independente de quadro.

Conforme suas qualificações, antes de serem mandados a Camberley, os oficiais selecionados para cursar o "Staff College" recebem instrução técnica no Real Colégio Militar de Ciências, em Shri-venham, a fim de relacionar melhor os ensinamentos técnico-científicos com a estratégia e a tática.

Assim, os possuidores de grau universitário em Engenharia, Matemática ou Ciências Físicas (cerca de 25 em cada turma de 180 alunos) passam um ano aprofundan-



Dependências da "Montgomery Wing"

do seus conhecimentos técnicos em Shrivenham; os não graduados em Ciências Físicas e Matemática (35 a 40 por tuma), mas detentores de razoável escolaridade científica, freqüentam um curso de 15 meses, de currículo similar ao de 1 ano, porém menos profundo; o restante sem formação matemática (60) realiza apenas um estágio técnico-científico de três meses no Real Colégio Militar de Ciências.

Alegam que essa passagem de todos os alunos por Shrivenham visa a nivelar razoavelmente a cultura técnico-científica dos futuros oficiais de estado-maior.

Objetivos Educacionais do Curso de Estado-Maior

O ensino no "Staff College" é orientado no sentido de proporcionar aos alunos:

- perfeita compreensão dos problemas internacionais e britânicos, enfatizando o papel desempenhado pelas Forças Armadas na atual conjuntura, particularmente, no que diz respeito ao planejamento e à condução da política de defesa do Reino Unido, bem como analisando a estrutura e a missão de cada força singular;

- completo entendimento dos princípios e técnicas de emprego da expressão militar do poder nacional nos modernos campos de batalha, abarcando todo o espectro das operações, desde distúrbios localizados até a guerra total, em ambiente convencional e nuclear;

- domínio absoluto dos modernos princípios e técnicas de comando e serviço de estado-maior em tempo de paz e de guerra;

- capacidade para coletar e analisar informações, apreciar problemas com equilíbrio e imaginação, chegar a uma conclusão lógica e decidir com precisão, clareza e oportunidade;

- estímulo e ensejo para pesquisar e pensar livremente em uma vasta e variada área de conhecimento;

- experiência de trabalho em equipe sob as mais realísticas condições possíveis.

Currículo

O currículo em vigor, do Curso de Estado-Maior, ministrado pelo "Staff College", inclui os seguintes grupos de matérias:

- Doutrina Militar e Princípios Táticos (guerra limitada, total e contra-revolucionária);

- Operações, Instrução e Serviços de Estado-Maior (procedimentos de rotina e operacionais de estado-maior geral);

- Informações e Geopolítica (estudo de áreas de interesse, de tratados, de forças aliadas e inimigas, da política de segurança, de informações de combate e operações psicológicas);

- Logística (princípios, sistemas básicos, possibilidades e limitações dos serviços, organização e atividades dos estados-maiores administrativos);

- Comando e Liderança (casos históricos, problemas e perspectivas);

- Operações Combinadas e Conjuntas (equipamento, organização e emprego da Força Aérea e da Marinha, com ênfase no aspecto

interforças nas operações anfíbias e do apoio aéreo às ações terrestres).

— História Militar.

Complementando as atividades de classe são efetuadas visitas a:

— diversas organizações militares, bases aéreas e navais;

— instituições civis públicas e privadas (parlamento, tribunais, sindicatos, estabelecimentos de ensino de variados graus, órgãos de imprensa, cooperativas agrícolas, fazendas, indústrias, bancos, bolsa de valores etc.);

— escolas congêneres britânicas e estrangeiras (alemã, belga, francesa, norte-americana, russa etc.);

— campos de batalha históricos de além-mar (Normandia, Waterloo etc.).

Calendário Escolar

O Curso de Estado-Maior desenvolve-se em quatro períodos, complementados por um outro denominado de pós-graduação, assim estruturados:

— 1º Período (8 semanas)

Fundamentos doutrinários de tática e logística

Correspondência e redação militar

História Militar

Liderança

Estrutura da Grã-Bretanha

Visitas a instalações da Real

Força Aérea

Férias de Páscoa (2 semanas)

— 2º Período (10 semanas)

Operações táticas em ambiente convencional

Visitas a instalações britânicas e

norte-americanas na Alemanha

Reconstituição de operações em

um campo de batalha histórico de além-mar

Manobra na carta

— 3º Período (8 semanas)

Operações de guerra contra-revolucionária

Operações conjuntas e combinadas (com participação das três escolas de estado-maior)

Estudo de áreas operacionais

Problemas de Comando

Visitas a instalações do Corpo de Fuzileiros Navais e da Marinha

Manobra na carta

— 4º Período (7 semanas)

Operações táticas em ambiente nuclear na Europa

Administração e instrução em tempo de paz

Manobra na carta

— Período de Pós-Graduação (6 semanas)

Operações combinadas e conjuntas

Operações de guerra em desenvolvimento no mundo

Projetos em desenvolvimento no Ministério da Defesa

Todos os períodos são abertos e encerrados formalmente pelo comandante da escola, que nessas oportunidades expõe os objetivos colimados e as diretrizes para condução do ensino ou os resultados alcançados.

Extenso programa de conferências sobre os mais variados temas, proferidas na maior parte por civis ingleses e estrangeiros altamente qualificados, inclusive os embaixadores dos EUA e da URSS, com uma hora de duração, seguida de 45 minutos de francos e amplos

debates; é cumprido religiosamente ao longo do ano letivo, entre-meando-se com as demais atividades de classe.

Ao final dos três últimos "terms", ou períodos, são efetuadas as tradicionais "telephone battles" (manobras na carta), de dois a três dias consecutivos sem interrupção, em coroamento à instrução ministrada durante aquela fase. Particular atenção é dada, nesses exercícios, à exploração rádio (bastante facilitada pelas instalações permanentes encontradas em todas as salas e auditórios) e à redação de ordens de combate e administrativas. A fim de dar maior realismo às manobras na carta, durante estes exercícios, os alunos são obrigados a vestir uniforme de campanha com as insígnias do posto e braçais correspondentes às funções desempenhadas.

Regime de Trabalho

O regime de trabalho diário é de oito horas, exceto às quartas-feiras cujas tardes destinam-se à prática de esportes.

As aulas têm início às 9h e encerram-se às 17h. Aos sábados não há atividades de classe, normalmente. Comumente, não há intervalos entre as sessões. Apenas às 10.30h e às 13h verifica-se uma interrupção nos trabalhos correntes, respectivamente, de trinta e sessenta minutos, para servirem chá com biscoitos e almoço.

"Sindicatos"

Para fins de instrução, os alunos e instrutores são igualmente distri-

buidos no âmbito das respectivas divisões por seis "sindicatos" (grupos de trabalho).

Há dois tipos de "sindicato": o normal, organizado por perícia, e o especial, constituído para determinados exercícios.

O "sindicato" é constituído de 1 tenente-coronel instrutor e 10 alunos de diferentes armas e serviços, sendo dois estrangeiros e um de outra força singular ou civil.

Em cada período, um aluno é designado "leader" do "sindicato", independente de nacionalidade, posto ou antiguidade. O "leader" é o auxiliar do instrutor, às vezes, servindo até mesmo de monitor, e "xerife" do grupo de trabalho.

Afora as conferências e sessões formais de apresentação de fundamentos doutrinários ("presentations"), ministradas em conjunto para toda a turma no auditório, todos os trabalhos escolares em sala e no campo processam-se na esfera dos "sindicatos" de maneira absolutamente informal e descontraída.

Os instrutores, chamados "DS", agem mais como coordenadores dos debates contínuos levados a efeito no âmbito dos "sindicatos" e não apresentam a solução dos problemas discutidos.

Métodos e Processos de Ensino

O ensino fundamenta-se na "escola ativa", ou seja, está centrado absolutamente na participação efetiva do aluno.

Empregam os métodos didáticos e lógico complementando-se mutuamente, com ênfase na busca ou

confirmação da solução correta para situações as mais realísticas possíveis, mediante reflexão calçada na espontânea atuação dos discentes em trabalhos socializados.

A iniciação no estudo das matérias curriculares (fundamentos doutrinários) faz-se pelo trabalho a domicílio, exclusivamente a cargo do instruído e por intermédio de demonstrações realizadas no auditório para toda a turma. Tais sessões apresentadas sob a forma de "teatrinhos", muito bem preparados e evados do característico senso de humor britânico, são complementadas por exibições de filmes reais ou audiovisuais sobre casos históricos, a fim de despertar a motivação dos instruídos.

A fase da apresentação segue-se um tutorial, conduzido no âmbito dos "sindicatos" pelos respectivos orientadores, para sanar dúvidas, passando-se imediatamente ao estágio da aplicação — puramente de trabalho em grupo com discussões dirigidas em sala ou no terreno.

A palestra como processo de ensino usual foi abolida.

As idas ao campo são freqüentes e alternam-se sistematicamente com as atividades em classe, tornando os exercícios táticos mais atraentes e produtivos.

Cabe ressaltar o uso intensivo do processo de ensino denominado "role-play", em que os instruídos vivem diversas funções com o máximo realismo, aplicando os conhecimentos recém-adquiridos. Autênticas representações são levadas à cena nesses casos, valendo-se para isso de ambientes, vestuários, efeitos sonoros e linguajar (diale-

tos) adequados à situação vivida.

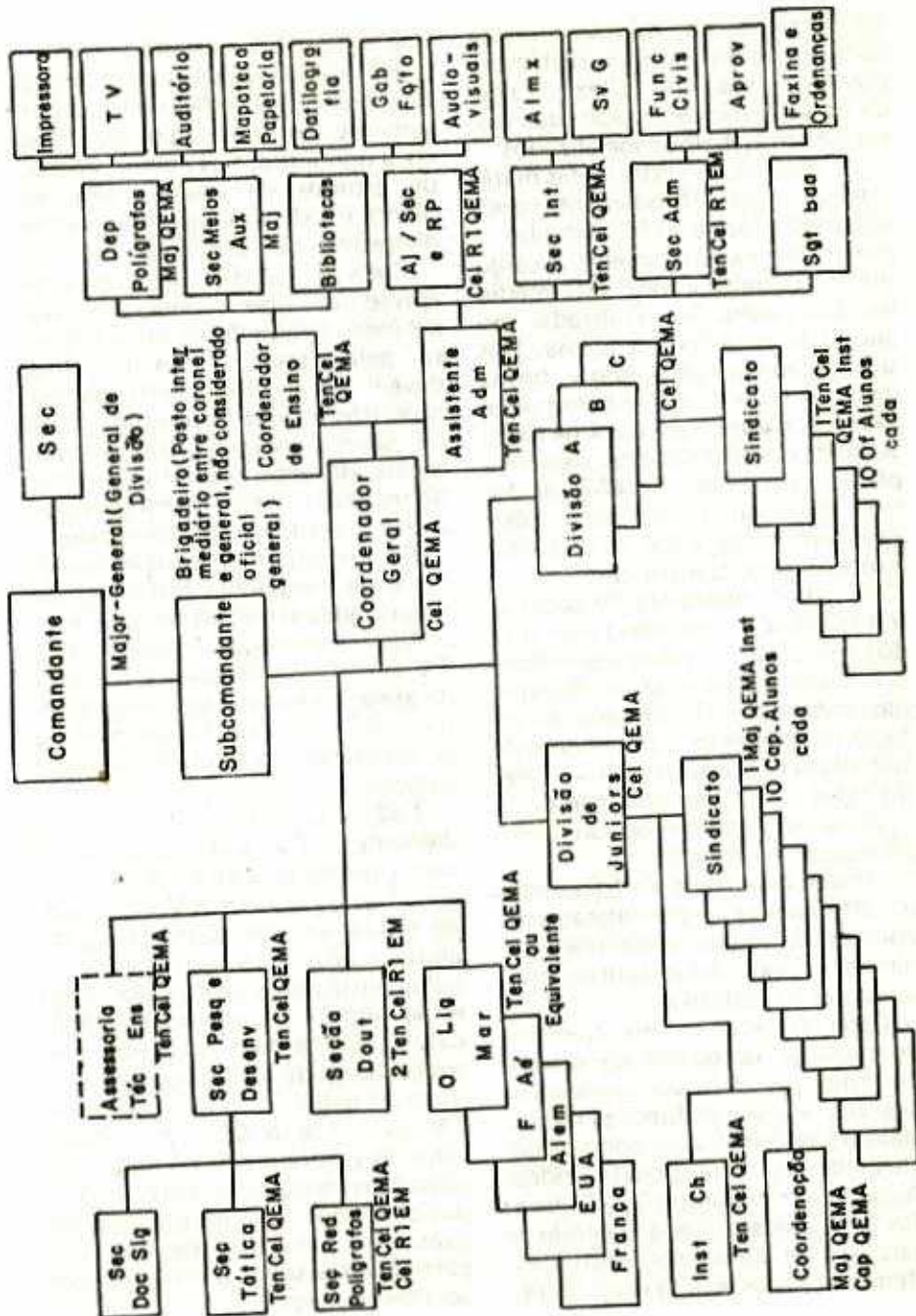
Há trabalhos escritos em profundidade, realizados individual e coletivamente, contra-relógio, em classe ou a domicílio, tais como: redação de estudos de estado-maior, de planos e ordens de operações administrativas, de "briefings" etc.

Cada aluno tem o encargo de apresentar uma monografia, por período, a respeito de tema imposto pela escola. Esses trabalhos devem ser datilografados ou manuscritos à tinta (é proibido o uso de caneta esferográfica), estritamente de acordo com as normas de redação militar, e, entregues encapados dentro do prazo fixado.

Para o estudo de áreas estratégicas e de campanhas históricas são organizados simpósios e painéis.

Merece destaque o emprego da TV em circuito fechado e o caixão de areia, como valiosos meios auxiliares de instrução. Filmes reais ou de instrução são também bastante utilizados.

Todos os alunos, indiscriminadamente, são instruídos sobre como preparar, representar e dirigir um programa de TV. Para isso, ao início do ano, submetem cada aluno a uma entrevista conduzida pelos instrutores diante do vídeo e, ao término do curso, os "sindicatos" apresentam um programa sobre tema de livre escolha, com duração máxima de 10 minutos. A TV revelou-se de enorme valia durante as manobras na carta, preenchendo os tempos mortos com exposições dos estados-maiores de exercícios para atualizar todos os participantes sobre a evolução dos acontecimentos.



Os oficiais estrangeiros participam de todas as atividades escolares sem restrições, exceto da visita às instalações do Exército dos EUA na Alemanha. Todavia, exigem, antes do começo das aulas, que os estrangeiros sejam credenciados pelos respectivos governos, a fim de poderem tomar conhecimento dos planos da OTAN e da documentação sigilosa manuseada durante o curso. Apenas o período de pós-graduação é restrito aos oficiais pertencentes aos Estados membros da OTAN.

O método de estudo de situação e o sistema de apoio administrativo são bastante simplificados.

Controle do Ensino-Aprendizagem

O controle do processo ensino-aprendizagem é exercido direta e cerradamente pelo instrutor de cada "sindicato" e pelos respectivos chefes de divisão, valendo-se para tal de:

- planos de sessão comuns a todos os docentes elaborados pelo relator do exercício;

- entrevistas pessoais com os alunos, ao início e término de cada período, bem como após os exercícios e a entrega dos trabalhos escritos;

- constantes arguições orais em sala e no campo;

- avaliação dos inúmeros trabalhos escritos realizados em sala ou a domicílio.

Afora isso, o comandante, o subcomandante, o coordenador-geral e os chefes de divisão acompanham pessoalmente todas as atividades escolares, internas e exter-

nas, intervindo freqüentemente quer para transmitir experiências, expressar pontos-de-vista, discordar dos instrutores quer para auscultar a opinião dos alunos, sempre em um ambiente de recíproca franqueza e respeito, sem melindres de ambas as partes.

Os horários são rigorosamente observados por docentes e discentes. Os alunos têm absoluta liberdade de faltarem, chegarem atrasados ou se retirarem antecipadamente dos atos de serviço, desde que por motivo de força maior, devendo apenas participar verbalmente seus motivos ao "leader" do "sindicato". Os atrasados às conferências assistem-nas do interior da cabine de projeção do auditório, a fim de não prejudicarem as exposições e perdê-las. Apesar do regime vigente, jamais foram constatados abusos dos alunos ou preocupação dos instrutores em apurar as razões de ausência de qualquer ins-
truendo.

Ao final do curso, há entrevistas privadas de cada aluno, inclusive dos estrangeiros, com o respectivo chefe da divisão e o comandante. Naquela oportunidade, informalmente e com toda lealdade trocam-se impressões a respeito da escola e do desenrolar do curso, com o objetivo de aperfeiçoar o processo ensino-aprendizagem.

Avaliação da Aprendizagem

Não há provas nem grau na escola. A avaliação dos alunos é feita pelo desempenho nas diversas modalidades de trabalhos escolares. Ao término do curso, é atribuída

uma menção aos concludentes, a saber:

- “A”, excepcional;
- “B”, (apenas cerca de 10% da turma)
- “C”

Em decorrência da menção recebida e dos interesses manifestados em uma ficha, os oficiais são classificados nas diversas OM do país e do exterior. A maior disputa é por uma comissão da Alemanha, em razão das vantagens financeiras e materiais oferecidas.

O criterioso processo de correção dos trabalhos escritos e a apreciação sucessiva pelos chefes de divisão e comandante dos julgados melhores, seguida de entrevista individual do autor com o instrutor, mostraram-se estimulantes e eficientes.

Ao oficial diplomado pelo “Staff College” é outorgado um título equivalente a mestre em ciência militar, representado pela sigla “p.s.c.”, aposta à sua assinatura.

Documentação Escolar

Na semana que precede à abertura do ano letivo, os alunos recebem todos os manuais e a maioria dos polígrafos a serem utilizados durante o curso.

Toda a documentação escolar é distribuída em pastas amarelas padronizadas.

Com a antecedência de um mês, os alunos recebem minucioso programa provisório (folhas amarelas) das atividades a serem desenvolvidas em cada período, inclusive as sociais, a fim de planejar melhor o aproveitamento do tempo.

Quinzenalmente, é expedido um quadro de trabalho provisório das duas semanas seguintes (folhas azuis) e, confirmando o previsto, oito dias antes da semana considerada faz-se a entrega no final e definitivo (folhas brancas). Dificilmente ocorrem alterações na programação.

Precedendo à realização de cada trabalho escolar, com a devida antecedência, fornecem aos alunos folhas de orientação para estudo em domicílio, explicitando os objetivos a serem atingidos e como o assunto será ministrado.

A documentação escolar é impressa em três cores:

- branca (restrita a alunos e instrutores);
- rosa (restrita aos instrutores);
- verde (restrita aos alunos até a conclusão do exercício).

Todos os exercícios são considerados, no mínimo, *reservados* e uns poucos *secretos*.

Preparação de Exercícios

Os instrutores também integram equipes de pesquisa e preparação de exercícios, conforme suas vivências e especialidades, embora a maioria dos temas sejam repetidos anualmente.

Os exercícios, após elaborados, são analisados pelo coordenador de ensino e pela seção de doutrina. Uma vez aprovados, tomam forma na seção de redação e finalmente seguem para a impressora e posterior distribuição.

Uniforme e Trajes

O uniforme para as atividades internas é correspondente ao nos-

so 5º, com camisa de meia-manga, no verão; e gravata com pullover de malha verde-oliva, durante o restante do ano.

Uma vez por semana, costumeiramente às 4ªs-feiras, é obrigatório o uso de traje civil completo, ao que tudo indica para forçar o pessoal a manter o paisano em boas condições de apresentação e facilitar a ida à cidade no segundo expediente.

As conferências e palestras formais só podem ser assistidas de túnica e talabarte.

A maioria das atividades externas (reconhecimentos e exercícios no terreno, visitas, viagens etc.), inclusive em outros países, realiza-se à paisana.

Para os eventos sociais comumente exige-se o 1º uniforme com condecorações, traje rigor ou passeio completo.

Era facultado aos oficiais jantarem no refeitório em trajes civis desde que vestissem paletó e gravata, ou seja, passeio completo.

Acomodações

Aos oficiais solteiros ou que não se fazem acompanhar da família, a escola propicia amplos quartos mobiliados com banheiro, no último andar do pavilhão do comando e administração.

Para os alunos casados há bairros especiais, nas cercanias das instalações principais da escola, constituídas apenas de casas simples mas bem confortáveis. As residências possuem garagem, jardim, pequeno quintal, sala de estar e de jantar, vestíbulo, banheiro social

e cozinha no térreo, três quartos e banheiro completo no andar superior. São totalmente mobiliadas e atapetadas, além de serem dotadas de cortinas, faqueiro de prata, utensílios de cozinha, jogo de cristais, aparelho de porcelana para café, chá e jantar, roupa de banho, cama e mesa, equipamento de jardinagem etc. Não contam apenas com eletrodomésticos, chuveiro e tanque para lavagem de roupa. Todas as dependências dispõem de calefação.

Os usuários dos próprios nacionais residenciais têm direito a reposição de louças quebradas até o limite de 10%, sem indenização. Ultrapassado tal limite a reposição se faz simplesmente por mera substituição, sem maiores formalidades, mediante indenização.

Os imóveis são bem conservados e o sistema de manutenção funciona satisfatoriamente sem maiores complicações.

Tanto os solteiros como os casados indenizam as acomodações utilizadas, mediante o pagamento mensal de aluguéis módicos, sendo que aos estrangeiros é cobrado o dobro do preço fixado para os cidadãos britânicos.

Nas viagens realizadas no Reino Unido, sempre foram propiciadas acomodações condignas quer em hotéis ou instalações militares. Entretanto, os hotéis reservados em outros países, talvez por medida de economia, nem sempre estiveram à altura do contexto da escola e do nível da oficialidade. Cumpre lembrar que todas essas despesas eram cobradas antecipadamente dos alunos.

Alimentação

Aos alunos que o desejarem a escola fornece, mediante indenização razoável (também paga em dobro pelos estrangeiros), seis refeições diárias:

- café da manhã;
- chá com biscoitos (10.30h);
- almoço ou lanche (13h);
- chá com bolo e geléia (17h);
- jantar;
- ceia.

As refeições são servidas em suntuoso refeitório, decorado em estilo clássico, por garçons e garçonetes impecavelmente trajados e dirigidos por um "maitre", que em ocasiões festivas não dispensa o uso de casaca com medalhas. A comida muito bem preparada é servida à francesa. O cardápio oferece duas ou três opções, podendo ser acompanhado de bebidas alcoólicas.

O serviço de provisionamento cede, por empréstimo, material e aceita encomenda de coquetéis e/ou jantares, a serem servidos nas instalações da escola ou em casa.

Normalmente, não são fornecidas refeições durante os exercícios no terreno. Cada um leva o seu lanche ou faz refeições nos bares locais. Às vezes, dado o rigor do inverno, à noite, distribuem sopa ou café quente, além de venderem bebidas alcoólicas em cantinas instaladas em barracas. Somente por ocasião das viagens ao exterior foram providas rações alimentares fracas, também previamente indenizadas.

Transportes

Os deslocamentos internos na área da escola, de casa para o quartel e vice-versa são efetuados à base do automóvel particular ou de bicicletas, cedidas pelo almoxarifado, mediante cautela. Não raro, o brigadeiro subcomandante da escola era visto pedalando sua bicicleta "oficial" rumo ao seu gabinete de trabalho.

O transporte empregado nas atividades externas, inclusive nos exercícios no terreno, é fretado (ônibus de turismo) ou o particular dos alunos, a quem se indeniza a gasolina consumida.

Nas viagens ao exterior, vale-se a escola de aeronaves da Real Força Aérea, navios de carreira e ônibus.

Esportes

Aos alunos é ofertada uma série de modalidades de esportes a serem praticados nas horas de lazer ou para tal programadas, tais como: iatismo, tênis, "crocket", equitação, "squash", futebol, basquete, tiro, "cricket", "rugby", "softball", "hockey", natação (em piscina de água quente) etc.

Instalações Escolares

As instalações escolares restringem-se praticamente a três edificações: o pavilhão principal, o auditório e o pavilhão de instrução.

O pavilhão principal abriga em seus quatro andares o comando, a administração, as bibliotecas, o museu, os cassinos e refeitórios dos oficiais, o salão de exposições

"Rawlinson Hall" e os alojamentos dos solteiros. A biblioteca, constituída de três seções (informações e consulta, periódicos e empréstimos), possui um acervo de 42.000 volumes e de uma das melhores coleções de História do país. A seção de informações e consulta permanece aberta as 24h do dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados, com uma fotocopiadora eletrônica permanente e gratuitamente à disposição dos usuários. As demais seções funcionam apenas durante as horas de expediente. Além de obter livros por empréstimo de outras congêneres, quando não encontrados em suas estantes, facilita a aquisição de publicações com desconto.

O auditório, mais conhecido como "Alanbrooke Hall", foi inaugurado em 1961 e tem capacidade para 1.000 pessoas. Dotado dos mais avançados recursos e de excepcional acústica, serve como teatro, cinema, salão de conferências etc.

O pavilhão de instrução, inaugurado em 1968 pessoalmente pelo Marechal Montgomery, em homenagem ao famoso cabo-de-guerra, foi batizado com o nome de "Montgomery Wing". Nele acham-se instalados os gabinetes dos instrutores, pequenos auditórios reversíveis para manobras na carta, sanitários, estúdio de TV, sala de meios auxiliares de instrução, mapoteca, papelaria, vestíbulo com escaninhos, cabides, telefones públicos, copiadoras, máquinas de venda de bebidas, além de 18 salas de trabalho em grupo equipadas com videocassetes, retroprojeto-

res, telas, projetores cinematográficos e de "slides", sistema de intercomunicação simulando redes rádios para exercícios na carta, depósitos de material de expediente, quadro verde, celotex. A papelaria e a mapoteca fornecem tudo de que dispõem em estoque aos alunos, independente de pedidos formais, gratuitamente.

Relações Funcionais

O relacionamento entre os corpos docente e discente, em geral, é o melhor possível. O pessoal da administração e os instrutores dispensavam especial atenção aos estrangeiros.

Desde o comandante até o mais humilde funcionário da escola, todos sempre mostraram-se solícitos para com os alunos, procurando minimizar os problemas de ambientação ao novo meio.

Praticamente não se sente o natural clima de tensão encontrado em quase todas as escolas, resultante da dicotomia entre alunos e docentes. Talvez mesmo a intimidade existente entre instrutores e instruendos haja contribuído para que alguns destes últimos tivessem antecipadamente cópias dos planos de sessão de determinados exercícios. Todavia, nunca se registrou qualquer caso de indisciplina, nem o informal relacionamento impediu que o comando advertisse os discentes acerca de algum comportamento julgado pouco recomendável.

O único incidente digno de salientar, por falta de tato, foi o resultante do estudo das últimas

campanhas do Sinai, no qual o Egito era retratado como país comunista e Israel um Estado democrático, o que gerou sério constrangimento para os oficiais-alunos representantes dessas duas nações.

Já o relacionamento funcional entre os alunos ingleses e estrangeiros, particularmente de origem não européia, deixa um tanto a desejar. Os jovens oficiais britânicos, talvez por falta de maturidade e experiência, revelavam-se, às vezes, arrogantes e negavam-se a aceitar as soluções apresentadas pelos estrangeiros ou não lhes davam oportunidade para se manifestarem, levando-os a se recolherem e não participarem de algumas discussões.

Havia tendência a empregar os estrangeiros que não possuíam absoluto domínio do idioma inglês, em funções subalternas nas manobras na carta e os alunos nacionais impacientavam-se na transmissão de mensagens abreviadas pelo rádio.

As relações funcionais entre os estrangeiros, exceção feita entre os árabes e judeus, eram excelentes.

Antes do início das atividades propriamente ditas, todos os alunos são orientados sobre as normas escolares vigentes, o procedimento a ser observado no cassino, a vida nos PNR, o funcionamento das bibliotecas, as facilidades e o apoio administrativo proporcionado pela guarnição, a utilização das máquinas copiadoras existentes em diversos locais e os meios auxiliares de instrução disponíveis. Na mesma oportunidade foram distribuídas peças de fardamento ade-

quadas ao rigor do inverno europeu, equipamento, prancheta, binóculos, bússola, cofre portátil, transferidor, porta-cartas, coleção de cartas topográficas da região de exercícios, jogo de lápis dermatográfico etc.

Após percorrer as dependências da escola, na primeira semana de atividades, os alunos foram convidados a assistir, com seus familiares, a um interessante filme intitulado "Este é o Meu Contrato", prestando úteis informações sobre o curso e a vida em Camberley.

Relações Sociais

O relacionamento social dos alunos com os instrutores pode ser considerado dos melhores.

Reza a tradição da casa que, na noite anterior ao início das aulas, os instrutores ofereçam um coquetel de boas-vindas aos novos alunos e, ao término do curso, o comandante da escola despeça-se dos recém-formados oficiais de estado-maior com um jantar de gala, para o qual são convidados os adidos militares acreditados junto a Corte de St. James cujos países tenham se feito representar em Camberley.

Mensalmente, as divisões organizam um jantar formal, com música e o tradicional brinde à Rainha, ao qual comparecem também as esposas dos oficiais.

É de praxe, ao começo de cada período, os instrutores recepcionarem os alunos de seu "sindicato", na residência deles, com um coquetel ou jantar. Ao final destes, os discípulos homenageavam os mestres retribuindo-lhes com um

ato social, patrocinado pelos integrantes do "sindicato".

Extenso calendário social, com eventos previstos para quase todas as semanas, é cumprido religiosamente, abarcando uma miríade de eventos que variam desde o comparecimento ao tradicional "Derby de Epsom" até a solenidade oficial de comemoração do aniversário da Rainha.

O ponto alto dos acontecimentos sociais internos é o "Summer Ball" (Baile de Verão), para celebrar a chegada daquela estação do ano, que envolve todos os elementos da escola e dependências do pavilhão principal, incluído o gabinete do comando transformado em sala de roleta. A festa realizada com toda a pompa britânica é a rigor e inicia-se ao cair da noite, só terminando ao romper do dia seguinte, quando se serve o café da manhã aos presentes.

Cada estrangeiro recebeu três "sponsors" (padrinhos): um instrutor, um aluno e um civil da área. O auxílio prestado pelos "sponsors", particularmente o civil e o instrutor, é valioso. Para apresentar os "sponsors" civis aos respectivos afilhados o comandante oferece um elegante "garden-party" em sua residência oficial.

A troca de brindes e convites para atos sociais entre os oficiais-alunos estrangeiros é intensa, chegando mesmo a onerar o orçamento doméstico e, às vezes, a afetar os compromissos escolares. O mesmo já não se pode dizer em relação aos alunos ingleses que se mostram um tanto frios e reservados, não se permitindo a muitas intimi-

dades e liberalidades, quicá devido as suas limitadas posses e exagerado respeito à privacidade.

Conclusão

O curso de Estado-Maior ministrado pelo "Staff College" pode ser definido como um misto dos de nossa EsAO, ECEME e CEMCFA. Ora o aluno está no campo escolhendo posições de pelotão e armas, ora acha-se em sala redigindo uma ordem de operações de corpo-de-exército ou realizando um estudo estratégico de nível internacional.

Sem dúvida, um curso de 11 meses de duração não propicia uma sólida base cultural necessária a um oficial de estado-maior. Por outro lado, é forçoso reconhecer que os métodos e processos de ensino adotados naquela escola, aliados à gama de sofisticados meios auxiliares de instrução, bem como a objetividade e a seriedade com que o ensino é conduzido compensam em parte a curta duração do curso.

Merece especial destaque a importância dada ao estudo de guerra eletrônica, de operações anticarro, de defesa ativa e do emprego combinado e conjunto das três forças singulares, além, obviamente, da tática das forças terrestres soviéticas.

O ponto alto do curso afigura-se ter sido a reconstituição "in loco" da invasão da Normandia, pelas forças britânicas, em 6 Jun 44, cujos testemunhos, colhidos de ambos os contendores de então, comprovam que, na verdade, os

grandes combates são decididos mesmo ao nível de subunidade e, no máximo, de unidade.

Confrontando os ambientes operacionais e os meios em presença, apesar dos princípios de guerra serem imutáveis e aplicáveis em quaisquer áreas, ficou patente que se deve ser cauteloso ao transplantar doutrinas militares alienígenas. O apoio mútuo e a segurança, por exemplo, tão acentuados no teatro de operações continental europeu, não podem ser observados com o mesmo rigor nos desertos do Oriente Médio e em muitas áreas operacionais sul-americanas.

O precioso contato com militares profissionais de tradicionais potências européias serve para dissipar ilusões de uma suposta eficiência e superioridade em todos os campos dos exércitos integran-

tes da OTAN. Também eles enfrentam sérios problemas, deficiências e conflitos.

A turma do 12º Curso de Estado-Maior realizado em Camberley, no ano de 1978 compunha-se de 135 ingleses (90 maiores e 33 capitães do Exército, 5 capitães do Real Corpo de Fuzileiros Navais, 3 maiores da Real Força Aérea, 2 capitães-de-corveta da Real Marinha e 2 civis do Ministério da Defesa) e 45 estrangeiros (11 oriundos de países membros da OTAN, 16 da "Commonwealth" e 18 de outras nações, dentre as quais figurava o primeiro representante do Exército brasileiro. A idade média dos alunos era de 32 anos e o brasileiro, o mais velho de todos.

Eis aí uma visão panorâmica de uma das mais tradicionais escolas de estado-maior do mundo ocidental — "Staff College, Camberley".



O Cel QEMA Luiz Paulo Macedo Carvalho possui os cursos de Técnica de Ensino, de Motomecanização (EsMB), de Aperfeiçoamento (EsAO), de Comando e Estado-Maior (ECEME), de Estado-Maior do Exército Britânico (Staff College Camberley), do Centro do Real Corpo de Educação do Exército Britânico (Beaconsfield), de Extensão de Manutenção e Reparação Automóvel, do Exército dos EUA (Aberdeen Proving Ground), além de ser bacharel em Ciências Políticas e Econômicas. Exerceu as funções de instrutor da AMAN, do CPOR-RJ e da ECEME. Integrou também o corpo permanente da Escola Superior de Guerra e o Conselho Editorial da Biblioteca do Exército. É membro do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, de Londres, e sócio-fundador do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos. Ex-comandante do CPOR do Recife, PE. Atualmente é estagiário da Escola Superior de Guerra no Rio de Janeiro.

A Telerj manda ficha em defesa do consumidor.



É sempre bom ter à mão a ficha de telefone. Melhor ainda é ter a cartela com cinco fichas, para você não ser pego desprevenido. Isto você já sabe, pois tem muita gente que ainda não conhece que o preço da ficha é tabelado.

Para todo mundo ficar sabendo disso, a Telerj resolveu colocar em todos os seus Agentes Autorizados um cartaz infor-

mando ao consumidor o preço que ele deve pagar.

Pague somente o que estiver indicado no cartaz, que será permanentemente atualizado.

Se alguém cobrar mais caro, não aceite. Disque



para 233-1002 e verifique o preço correto.

AJUDE A TELERJ A AJUDAR VOCÊ.

Um serviço em defesa do consumidor.



TELÉRJ
Empresa do Sistema TELEBRASIL

60 ANOS SERVINDO O RIO



A ARMA DE RADIAÇÃO REFORÇADA

José Eugênio de Carvalho
Antônio Carlos Vieira de Mattos
Luiz Alberto de Barros Sampaio

O equilíbrio mundial repousa sobre um imenso arsenal de armamentos convencionais e nucleares e dentre estes últimos o desenvolvimento da ciência e da técnica tem permitido a construção de diversos artefatos nas últimas décadas, desde a bomba de fissão ou bomba A até a bomba de fusão ou bomba H; em todos estes engenhos uma característica comum: grande efeito mecânico e pequena taxa de radiação. A partir de 1963, no entanto, uma nova arma equipou aquele arsenal possibilitando reduzir grandemente os efeitos mecânicos e ampliando consideravelmente a liberação de radiação sob a forma de nêutrons. Esta nova arma conhecida como arma de radiação reforçada é analisada neste artigo como contribuição ao conhecimento de novas

possibilidades do emprego nuclear no campo de batalha.

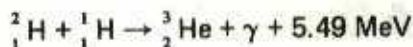
Focaliza alguns aspectos do capítulo de engenhos nucleares do Curso de Especialização de Guerra QBN da EsIE.

A FUSÃO NUCLEAR

A Fusão Nuclear é hoje considerada o mais importante fenômeno da natureza, tendo em vista que é a fonte de energia nas estrelas, e em última análise a fonte de energia de todos os processos naturais, físicos e biológicos sobre a terra. O processo fundamental chamado de fusão nuclear consiste em se aproximar núcleos atômicos leves e fundi-los, liberando energia.

No quadro abaixo vemos um esquema de formação de átomos de

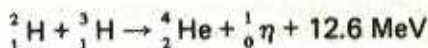
hélio, através fusão de átomos de hidrogênio:



Com este processo consegue-se uma temperatura elevada como resultado final da reação próton-próton.

O artefato nuclear que surgiu após a bomba A foi um tipo particular chamado de bomba H e que se baseia na fusão. Dependendo do tipo de núcleo leve que participa da fusão nuclear pode-se obter liberação de nêutrons que enseja a construção de um artefato R-R ou bomba de nêutrons.

No esquema abaixo, a reação deutério-trício dá como produto final nêutrons, elevada energia e hélio.



A FÍSICA DOS NÊUTRONS

Os nêutrons são os constituintes do núcleo atômico desprovido de carga elétrica, tendo a massa aproximada à dos prótons; por não possuírem carga podem atravessar os materiais com relativa facilidade, interagindo com eles de acordo com dois fenômenos: Absorção e Scattering. No primeiro há absorção do nêutron por um núcleo atômico e no segundo o nêutron ao se chocar com o átomo vai perder energia. Verificou-se matematicamente que se um nêutron incide num material com energia cinética E_0 ele reduzirá sua energia para um valor menor E dado pela relação:

$$\frac{E}{E_0} = \frac{M - m^2}{M + m}$$

Onde: M = massa do átomo com o qual o nêutron se chocou

m = massa do nêutron

Assim, se o nêutron se choca com átomos leves, isto é, com átomos cuja massa M se aproxima da massa do nêutron m então a relação

$\frac{E}{E_0}$ tende a zero; isto significa

que a perda de energia dos nêutrons que se chocam com átomos leves é grande e essa energia é transformada a esses átomos. Assim sendo, quando um nêutron atravessa um tecido biológico cujos átomos constituintes são leves, ele doa 90% da sua energia a esses átomos. Daí a grande importância do estudo dos nêutrons em sua interação com organismos vivos.

Quando nêutrons são liberados em algum processo nuclear que os produza (fusão, por exemplo) eles apresentam um espectro energético e um fluxo característico do processo. Um fluxo de nêutrons é medido em nêutrons/cm²/s.

A ARMA DE RADIAÇÃO REFORÇADA (ARMA R-R)

Foi em 1957 com a série de provas plumbomb e em 1958 com a série Haddtack 2, em Nevada, que os técnicos americanos começaram a pesquisar a configuração da arma neutrônica. Tal arma permitiria seu uso nos pontos onde o

inimigo fosse mais denso, pois ali concentraria suas forças blindadas e mecanizadas para agir.

A bomba de radiação reforçada ou bomba de nêutrons é uma arma termonuclear miniaturizada que é detonada por uma bomba A ou um feixe de laser. Foi inventada pelo cientista americano Samuel

T. Cohen e construída pela primeira vez em 1963.

A construção de um artefato deste tipo, se caracteriza por uma bomba tipo H porém livre do envoltório absorvedor de nêutrons (geralmente U-238) o que permite a liberação dos nêutrons de alta energia (Fig. nº 1).

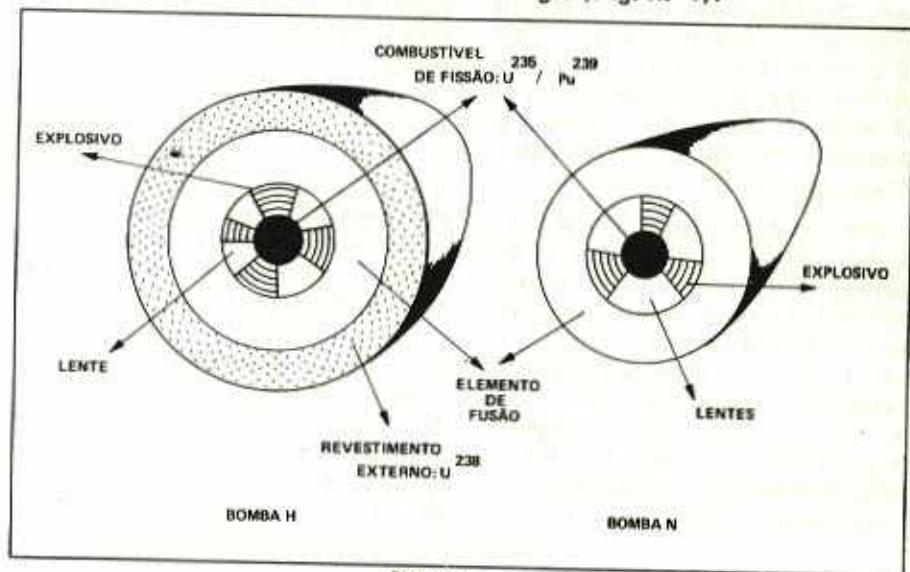


Figura nº 1

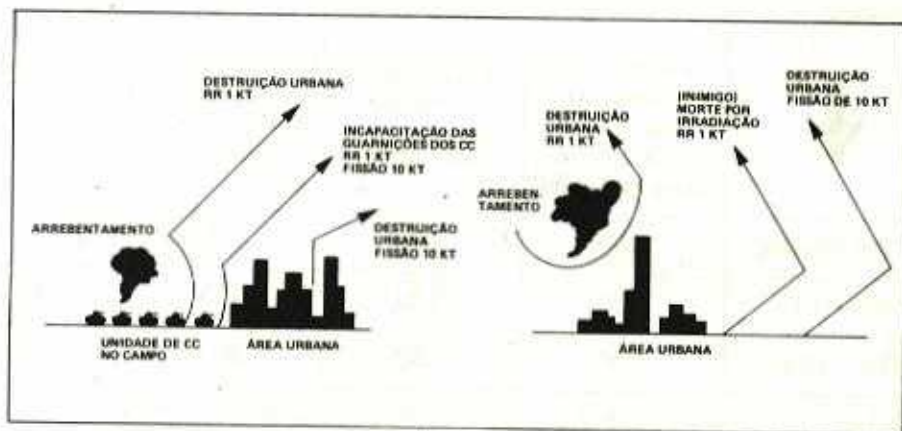


Fig. 2

A liberação de energia em uma bomba A ou H é caracterizada pela seguinte distribuição percentual: 20% em radiações, dos quais apenas 5% de nêutrons e 80% de efeitos mecânicos. Com a bomba de radiação reforçada (bomba N) esta proporção se altera para: 20% de efeitos mecânicos e 80% de radiação, principalmente nêutrons de alta energia. Assim esta arma libera um alto fluxo de nêutrons energéticos que atravessam veículos blindados e são mortais, pelas propriedades biológicas dos nêutrons, às suas guarnições.

Um outro tipo de efeito que pode ser aproveitado é o grande desarranjo que os nêutrons produzem em dispositivos eletrônicos o que ensejou a construção de bombas de nêutron airmíssil, aperfeiçoada em 1977 pelos norte-americanos e capaz de causar grandes desgastes nos equipamentos eletrônicos inimigos, principalmente em ogivas eletrônicas de mísseis.

Para termos uma idéia das características de emprego desta arma, tomemos emprestados os estudos de Cohen.

Conforme o Quadro 1 podemos observar que a arma R-R é equivalente em efeitos a uma arma tipo fissão dez vezes mais potente, sendo inclusive menos danosa em termos mecânicos que uma arma tipo fissão da mesma categoria de potência.

Na comparação de danos mostrada na figura 2 podemos verificar a eficácia das armas R-R de 1 KT em relação as armas de fissão de mesma potência e de 10 KT, em duas configurações, quanto aos danos previsíveis e as incapacidades causadas ao inimigo.

Acresce a isto, o fato de o número de nêutrons emitidos por uma explosão de arma de fusão R-R com a potência de 1 KT ser superior em fluxo e energia ao de uma explosão por fissão de 10 KT de potência.

Potência ↓	Raio de danos (m)			
	Guarnição de carros de combate incapacitada pela radiação	Destruição de carros de combate pelo sopro	Destruição urbana pelo sopro	Baixa de pessoal não protegido
1 KT (fissão)	350	150	500	800
1 KT (R-R)	700	120	400	1.000
10 KT (fissão)	700	350	1.200	1.200

Quadro 1: A comparação dos efeitos de tipos de artefatos e potências.

O menor raio dos efeitos mecânicos, possibilita conseguir a separação dos efeitos característicos das armas R-R. Este artefato permite então um alto grau de superioridade e flexibilidade, bastante além das conhecidas armas tipo fissão nuclear.

Pretende-se que o uso das armas R-R em um conflito com idênticas possibilidades nucleares de uso bilateral, permitirá a introdução e a maturação de um programa mínimo de defesa civil para reduzir baixas civis e dada a seletividade do uso, conforme dito anteriormente, a baixa potência e alta liberação da radiação de nêutrons energéticos é de se esperar que sejam usadas num próximo conflito nuclear.

IMPORTÂNCIA BIOLÓGICA DE UMA ARMA R-R

As armas de radiação reforçada liberam um espectro energético de nêutrons que, em face das explicações anteriores, permite concluir serem armas altamente nocivas ao organismo biológico; os nêutrons, pela ausência de carga e características termodinâmicas, atravessam blindagens e vão atingir os seres vivos causando-lhes graves alterações metabólicas que culminarão com suas mortes.

Adquire assim a arma R-R um grande valor para eliminar guarnições de carros de combate, pois preservará o material e levará à morte, em prazo curto, os ocupantes do carro. É uma arma de uso seletivo permitindo distinguir "alvos" biológicos dos não biológicos.

Para que fique mais clara a interação dos nêutrons com o tecido biológico vamos analisar os efeitos biológicos relativos, em tecidos de acordo com a chamada transferência linear de energia (LET) que é uma quantidade ligada a interação radiação-matéria viva.

No Quadro 2 mostramos a eficácia biológica relativa de algumas radiações para tecidos vivos; observamos que os nêutrons possuem um valor alto para esta eficácia; isto quer dizer que eles são bastante danosos aos sistemas biológicos, que são constituídos de átomos leves (hidrogênio, oxigênio, carbono etc.). Sabemos que quando nêutrons rápidos atingem uma célula, 90% da sua energia é transferida aos átomos de hidrogênio causando graves danos.

Assim as armas R-R são extremamente perigosas para seres vivos.

<i>Radiações</i>	<i>Eficácia biológica relativa</i>
Raio X ou gama	1
Raio beta	1
Nêutrons	5 - 10
Alfa	10
Núcleos de recuo	20

Quadro 2 — As radiações nucleares e sua eficácia biológica relativa.

PROTEÇÃO RADIOLÓGICA CONTRA ARMAS R-R

A característica dos nêutrons de serem desprovidos de carga e interagirem com átomos de baixo peso atômico, a eles transferindo grande parte de suas energias, dita os fundamentos da proteção contra nêutrons; a moderação e a absorção dos nêutrons vai requerer um material capaz de reduzir e/ou absorver os nêutrons. Na figura 3 temos um esquema onde um fluxo de nêutrons de alta energia é moderado/absorvido por um material hidrogenado; outras substâncias como o boro, grafite etc. podem ser usadas para barrar os nêutrons.

No caso de proteção contra níveis de radiação induzida durante um conflito nuclear tático de baixa potência, pode-se utilizar para a defesa uma pilha de sacos de areia de cerca de 60 cm de altura, que cubra as construções usadas como abrigos. Parece ser proteção eficaz contra os nêutrons das armas R-R segundo Cohen.

No que concerne ao emprego da

tropa em ambiente nuclear com utilização de arma R-R, vários fatores devem ser considerados, muitos dos quais, como por exemplo a radiação induzida em vários materiais, fogem em complexidade e extensão, à finalidade deste artigo. Porém em uma área cuja ocupação ou progressão seja de importância vital (objetivo definido) devemos atentar para um conjunto de fatores que nortearão as linhas de ação e que podem ser visualizados na figura 4.

Assim, avalia-se a importância da decisão de um comandante com relação ao emprego de sua tropa em um ambiente de arma R-R onde deve decidir quando progredir, em função de dois itens principais: a conquista do objetivo e sua necessidade imediata versus a taxa de radiação recebida pela tropa e a eficiência desta mesma tropa na manutenção do objetivo conquistado. Daí, depreende-se a importância da formação de especialistas em guerra QBN para assessorar os diversos escalões de comando em tão árdua, difícil e decisiva tarefa.

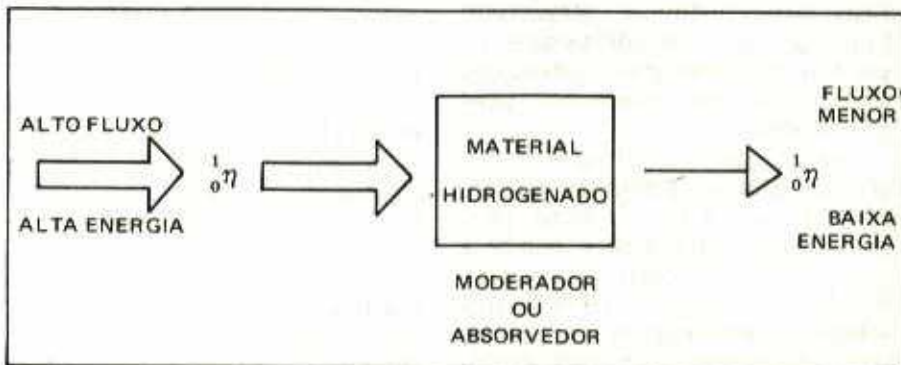


Figura 3 — Absorção e moderação dos nêutrons.

Numa análise mais ampla, percebe-se a necessidade daqueles especialistas em atualizar seus conhecimentos em íntimo contato com o desenvolvimento científico e tecnológico inclusive a troca de informações e experiência com países mais evoluídos; neste sentido já se observa a preocupação dos escalões do Exército em assegurar proposições que norteiam o aparelhamento dos cursos de formação de especialistas e incentivam o in-

tercâmbio tecnológico citado, posto que na oportunidade em que o Brasil ingressa na era atômica em termos de tecnologia nuclear, as Forças Armadas não poderão deixar de possuir em seus quadros, elementos especializados capazes de assessorar o Comando nos planejamentos táticos específicos, como também nos planos referentes às medidas de segurança da tropa e, ainda, no que diz respeito a defesa da população civil.



Figura 4 — Fatores ambientais que influem na missão da unidade, em especial as armas R-R

CONCLUSÃO

No quadro da Guerra Moderna, os sistemas de armas Químicas, Biológicas e Nucleares (QBN), vêm sofrendo evoluções com rapidez extraordinária. Haja vista as vultosas verbas que as grandes potências têm destinado a pesquisas, modernização e ampliação de seus arsenais QBN. Os resultados alcançados são de tal envergadura que, hoje, as armas QBN atingiram proporções que seu uso, em larga escala ou descontrolado, poderá destruir a humanidade.

A bomba de radiação reforçada ou bomba de nêutrons assume hoje um papel importante e definido no conjunto das armas nucleares táticas, proporcionando uma nova alternativa de defesa em caso de um conflito nuclear de curta duração; suas características de construção e sua baixa potência com elevado fluxo de radiação por nêutrons de alta energia, permite prever sua utilização em locais de concentração de tropa, particularmente contra os assaltos com blindados e mecanizados; as propriedades termodinâmicas dos nêutrons em relação com a resposta

dos tecidos biológicos agredidos, permitem fazer frente a uma ameaça de tropas blindadas, lançando mão da arma R-R.

O perfeito conhecimento dos seus efeitos radioativos permitirá o controle de áreas, a defesa civil e o eficiente emprego das tropas empenhadas.

BIBLIOGRAFIA

- 1 - PINTO, COELHO, A. — *Energia Nuclear*, 1977.
- 2 - KAPLAN, I. — *Nuclear Physics*, 1964.
- 3 - HARVEY, I. — *Química Nuclear*, 1972.
- 4 - EISBERG, R.; RESNICK, R. — *Física Quântica*, 1979, Editora Campus.
- 5 - ASIMOV, I. — *O Colapso do Universo*, Francisco Alves, 1977.
- 6 - ZEMANSKY, M. W.; SEARS, F. W. — *Física* — Vol. 3, Livro Técnico S/A, 1977.
- 7 - NEVERT, H. — *Physik Fur Naturwissen Schaftler III*, B. I, 1978.
- 8 - *Fundamentals of Nuclear Radiation and Radiac Instruments*, AUG, 1967, US Army.
- 9 - *Military Review*, 1978, Mai-Jun.
- 10 - *Apostila do Curso de Guerra Biológica*, Cap. V, 1982 (Biofísica das Radiações).
- 11 - *Jornal do Brasil*, 3 Jul 80.

Os autores deste artigo, Ten Cel Cav José Eugênio de Carvalho, Cap Med Antonio Carlos Vieira de Mattos e Cap Inf Luiz Alberto de Barros Sampaio são instrutores do Curso de Química Biológica e Nuclear, da Escola de Instrução Especializada (EstE), Rio de Janeiro, RJ.



"A PROPOSTA PAIDEIA" UM MAGNÍFICO DESAFIO

Roberto Miscow Filho

INTRODUÇÃO

Na capa do periódico onde este artigo está sendo publicado, logo abaixo do título "A Defesa Nacional", aparece um esclarecimento: "Revista de assuntos militares e estudo de problemas brasileiros".

Acreditamos que grande parte dos leitores desta revista, se fossem consultados, responderia que a educação é o maior dos problemas brasileiros.

O presente trabalho aborda justamente o problema da educação; não sendo esse assunto de nossa especialidade, pedimos a paciência dos que nos lêem, mesmo porque pretendemos apresentar, basicamente, conceitos, opiniões de um grande e respeitado educador norte-americano.

UM PEQUENO GRANDE LIVRO — No ano passado, foi editado nos Estados Unidos um livro de pequeno tamanho (cerca de cem páginas), porém de conteúdo tão rico em verdades e tão expressivo em seu dramático apelo que não tememos considerá-lo um dos grandes livros deste final de século.

Trata-se da publicação: "The Paideia Proposal — An Educational Manifesto" ("A Proposta Paideia — Um Manifesto Educacional"), de autoria do insigne pensador Dr. Mortimer J. Adler.

A palavra *Paideia*, do grego, significa: educação, ensino, exercício (para as crianças), método de ensino, formação, arte de fazer qualquer coisa; entretanto, poderíamos traduzi-la mais livremente como: "educação humanista".

Em síntese, o livro de Adler consiste num apelo, numa vigorosa sugestão visando a uma verdadeira reforma no ensino básico norte-americano, em particular o ensino público, reforma essa dirigida no sentido de melhorar sua qualidade e recuperá-lo de uma grave crise cuja extensão, pelo menos por nós, não era bem conhecida.

Neste momento, é possível contarmos com a objeção típica de algum eventual leitor "nacionalista" que ache não valer a pena nos preocuparmos com problemas de outros países. Pedimos a esse hipotético leitor que espere um pouco, porquanto tais problemas talvez não sejam tão estranhos ao nosso próprio ensino.

A "Proposta Paideia" está dividida em quatro partes:

- "A Escolaridade de um Povo"
- "O Essencial da Escolaridade Básica"
- "Ensinar e Aprender"
- "Além da Escolaridade"

num total geral de 12 capítulos, todos de leitura agradável, acessível ao leitor médio, apresentando argumentação baseada em conceitos rigorosos, sem prejuízo da simplicidade do estilo (o que é sempre uma das marcas do bom educador).

O primeiro capítulo intitula-se "Democracia e Educação" e desenvolve considerações sobre a conexão necessária, vital, entre aqueles dois termos. Logo no início do capítulo, diz Adler:

"Os dois — sufrágio universal e escolaridade universal — estão inextricavelmente unidos. Um sem o outro é um perigoso embuste. O sufrágio sem escolaridade produz a

oligocracia, não a democracia, não o regime da lei, não o governo constitucional pelo povo e para o povo".

A esse respeito convinha lembrar a leviandade e o açodamento com que entre nós brasileiros muitos defendem o voto de analfabetos, defesa essa muito comum de ser ouvida entre os partidários da chamada "esquerda festiva".

Adler insiste no princípio de que, para se atingir uma verdadeira democracia não basta dar escola para todos; é fundamental que a todos, sem exceção, seja dada a mesma qualidade de educação; ele cita o ilustre Robert Maynard Hutchins que dizia:

"A melhor educação para o melhor é a melhor educação para todos".

Esse aspecto da qualidade é muitas vezes esquecido pelos responsáveis por nossos meios de comunicação (jornais, rádio, televisão, cinema) que julgam nada existir de mal, de nocivo quando impingem à população notícias, programas, filmes marcados pela mediocridade, pela grosseria, pela exaltação da violência. Seria oportuno lembrar aos responsáveis por tais notícias, programas e filmes, que não se faz, não se constrói uma democracia autêntica rebaixando valores, nivelando as pessoas pela medida do instintivo, do irracional.

Outro ponto importante abordado pelo educador norte americano é o da educação plena, isto é, a idéia de que não basta "treinar" os moços para esse ou aquele trabalho; é necessário, principalmente, educá-los para os deveres da cida-

dania democrática e para a "fruição das coisas do espírito e da mente que são essenciais a uma vida humana".

No capítulo segundo ("Escolaridade — Somente uma Parte da Educação"), Adler nos lembra que o processo educativo dura uma vida inteira, sendo a escolaridade somente uma fase curta, porém necessária daquele processo.

O nosso corpo pára de crescer em torno dos vinte anos; entretanto permanece, para o resto da vida, a possibilidade de crescimento mental, moral e espiritual.

Sobre esse tema, pode ser lembrado um certo tipo de atitude cômoda que seria a do educador omissivo em apontar para o educando aquela possibilidade, fazendo-o crer que basta obter um diploma para ter encerrada sua educação.

O terceiro capítulo ("Os Mesmos Objetivos para Todos") sugere três objetivos que devem existir dentro de uma educação básica para se garantir a qualidade de uma educação democrática:

- todas as crianças devem ser capazes de crescer não só fisicamente como em todas as dimensões humanas; a educação básica (primária e ginásio) deve prepará-las para esse atingimento;
- todas as crianças devem ser educadas para assumir os deveres e as responsabilidades da cidadania; isto exige não só o cultivo de virtudes cívicas como o suficiente entendimento dos princípios políticos que regem o País;

- todas as crianças devem ser educadas de modo a adquirirem habilidades fundamentais para qualquer trabalho e não "treinadas" para executar uma tarefa específica.

O pensador, o filósofo Adler, nos lembra que o ser humano, entre todas as criaturas da terra, é o menos especializado em sua estrutura anatômica e em seu comportamento instintivo; por isso mesmo, uma educação realmente humana deve levar em conta a flexibilidade, a habilidade de adaptação do homem.

Dando seguimento a tais idéias, o capítulo 4, ("O Mesmo Currículo para Todos") apresenta três grupos de atividades, sugeridos por Adler, para constituírem um currículo adequado ao grande objetivo de se obter qualidade na escolaridade básica:

- aquisição de conhecimento organizado, através de livros-texto e aulas convencionais, sobre linguagem, literatura, artes, matemática, ciências naturais, história, geografia e estudos sociais;
- desenvolvimento de habilidades, por meio de exercícios e prática supervisionada, nas operações de ler, escrever, falar, ouvir, calcular, resolver problemas, observar, medir e estimar;
- entendimento geral de idéias e valores, por meio de método Socrático de perguntas e respostas, na leitura e discussão de livros (não livros-texto) e outros trabalhos de arte,

bem como participação em atividades artísticas (música, teatro etc.).

Esse terceiro grupo de atividades pode ser considerado uma contribuição tipicamente Adleriana; o autor do livro comenta a respeito o seguinte:

"O método de ensino interrogativo ou sob forma de discussão a ser usado no terceiro grupo estimula a imaginação e o intelecto despertando as potencialidades criativas e indagadoras. Não há outra maneira de melhorar o entendimento das crianças e de realçar sua apreensão de assuntos culturais".

Percebe-se, implícito, o respeito do educador pela capacidade natural do aluno, bem como a sua crença fundamental na verdade objetiva, verdade presente não só nas chamadas "ciências exatas" como também nas demais obras do intelecto humano.

Os livros sugeridos por Adler são dos mais diversos tipos: históricos, científicos, filosóficos, poemas, contos, ensaios; sua leitura deve atingir um duplo propósito:

- aprimorar a capacidade de pensar claramente, criticamente e reflexivamente, obrigando os participantes a analisarem suas próprias mentes;
- introduzir os alunos no estudo das idéias básicas do governo e das instituições do País.

No capítulo cinco ("Vencendo Dificuldades Iniciais"), Adler mostra estar a par dos problemas reais, diuturnos dos que têm a tarefa de ensinar. Ele sabe que existem crianças carentes de alimentação ade-

quada, carentes de conforto material e de carinho familiar. Para essas crianças se fazem necessários recursos governamentais pré-escolares, bem como outras medidas especiais visando a preparação dos futuros alunos da escola básica, principalmente os da escola pública.

Esse apoio governamental se faz necessário para eliminar o desequilíbrio entre crianças oriundas dos lares mais diversos, muitos dos quais incapazes de fornecer a nutrição adequada a seus filhos (é oportuno lembrar: Adler escreve motivado pelos problemas observados nos *Estados Unidos...*). Eliminando o desequilíbrio, pode-se conseguir, efetivamente, a mesma qualidade de ensino para todos.

Adler insiste:

"Uma sociedade democrática, definida como um ideal a ser aproximado, é aquela na qual, sendo todos iguais em sua humanidade, desfrutam igualdade de tratamento".

No capítulo seis ("Diferenças Individuais"), são refutadas possíveis objeções dos céticos quanto ao estabelecimento de uma mesma educação, de um currículo único para todas as crianças.

Adler nos recorda a fundamental identidade de natureza humana; todas as crianças são igualmente educáveis.

Nem todos podemos nos tornar músicos, porém todos somos potencialmente capazes de nos sensibilizar com o 3º movimento da 9ª Sinfonia de Beethoven ou com os acordes da "Novo Mundo" de Dvorak; nem todos podemos nos

transformar em matemáticos, porém todos somos potencialmente capazes de admirar e entender o rigor e a elegância da geometria Cartesiana; nem todos podemos acabar como escritores, porém todos somos potencialmente capazes de apreciar as aventuras na "Ilha do Tesouro", de Stevenson, ou de avaliar o drama do "Dom Casmurro", de Machado. Não importam as diferenças dos temperamentos ou dos ambientes familiares onde somos criados.

O bom educador não deve temer fazer exigências ao trabalho dos jovens; o autor citado diz textualmente:

"A ausência de estímulo intelectual, o fato de não desafiar os estudantes, deixando de esperar o máximo deles, conduz os moços ao tédio, à delinquência, à violência contra a lei, à dependência das drogas, ao alcoolismo e outras formas de comportamento indesejável."

A menos que as energias transbordantes dos jovens sejam inteiramente e construtivamente usadas, elas se derramarão em todas as formas de comportamento anti-social e destrutivo."

O capítulo sete aborda "O Coração da Matéria". Não basta proclamarmos princípios, estabelecermos objetivos comuns, organizarmos um currículo adequado aos objetivos; todas essas ações constituem pré-requisitos externos. O atendimento desses pré-requisitos, embora necessário, não é suficiente.

O coração da matéria, o núcleo de uma escola de qualidade (e con-

vém lembrar que Adler está muito mais preocupado com a escola pública, primário e ginásio) é representado pelo bom desempenho dos mestres e dos alunos, cada um em sua atividade específica: ensino e aprendizagem.

Quanto aos alunos, Adler enfatiza o princípio de que o aprendizado é eminentemente ativo, não passivo; o ato de aprender envolve todo o espírito, não somente a memória. "É um processo de descoberta, no qual o estudante é o principal agente, não o professor".

O professor deve estar sempre disposto a despertar a curiosidade, o entusiasmo dos alunos; deve aceitar o papel de alguém que ajuda o aluno a descobrir e não o papel de um "sabe-tudo" que pretende empurrar seus conhecimentos dentro da mente do aluno.

Tal posicionamento do professor torna-se mais necessário por ocasião da leitura e discussão, feita em grupo, de livros e outras obras de arte; nesse caso, é recomendável, inclusive, o uso de salas adequadas, diferentes das salas de aula convencionais.

Adler trata, entre outros assuntos, do problema disciplinar, lembrando que a paz dentro da escola é talvez muito mais necessária que nas ruas da cidade. A escola deve se preocupar com o desenvolvimento do caráter moral dos alunos; entretanto o senso moral deve ser desenvolvido por meio da disciplina e dos exemplos que definem comportamentos desejáveis. Não basta darmos "lições de moral" aos alunos.

No capítulo oito, Adler tece oportunas considerações sobre a "Preparação dos Professores" pois serão eles os responsáveis pelo êxito de qualquer reforma do ensino que venha a ser implantada.

O educador norte-americano analisa, com fina perspicácia, as características que deve possuir o professor, em particular o mestre do ensino básico (cursos primário e ginasial), bem como condições ambientais que atualmente se colocam à frente dos professores dificultando seu desempenho. Referindo-se ao ambiente atual de sua sociedade, escreve Adler:

"Não somente pagamos muito pouco a nossos professores pelo trabalho que esperamos deles, como também falhamos, neste país (os Estados Unidos...), deixando de respeitar o valor do serviço que eles prestam à comunidade".

Será a sociedade atual dos Estados Unidos a única a merecer semelhante crítica?

CONCLUSÃO

Fizemos ligeiro comentários sobre alguns dos doze capítulos do livro que, na opinião de Albert Shanker, Presidente da Federação Americana de Professores, "dominará as discussões sobre educação durante a próxima década".

Para nós ficou, da leitura dessa obra, a seguinte idéia básica: não se pode pretender conseguir uma democracia autêntica sem um ensino de *qualidade*, e esse ensino deve ter a mesma qualidade para todos.

Porém, não devemos esquecer que o livro ora citado também nos recordou o sentido da educação como um processo de transformação do homem naquilo que ele deve realmente ser: uma pessoa e não um animal mais complexo que os outros animais.

No que tange à contribuição específica do ensino de qualidade para o futuro das Forças Armadas, é interessante lembrar que entre os grupos de pessoas os quais o livro de Adler é dedicado, logo no preâmbulo, aparecem:

"Aos líderes militares que necessitam, em suas tropas, de pessoal capaz intelectualmente de lidar com armamento sofisticado."

Consta que a editora da Universidade de Brasília lançará brevemente uma tradução do livro de Adler; desse modo, é bem possível que, ao ser publicado este artigo, os leitores poderão contar com a oportunidade de ler integralmente a "Proposta Paideia" cujas sugestões julgamos, "mutatis mutandis", aplicáveis em nosso País.



O Cel ROBERTO MISCOW FILHO pertence ao Quadro de Engenheiros Militares e possui os cursos militares da Academia Militar das Agulhas Negras (Infantaria), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Comunicações) e do Instituto Militar de Engenharia (Engenheiro de Comunicações e Mestre em Ciências em Engenharia Elétrica).

Prestou serviços no 13º Batalhão de Caçadores, Joinville-SC (1953-1956), na Academia Militar das Agulhas Negras (1957-1958) e no Serviço Rádio do Ministério do Exército (1963-1968). Atualmente é o Chefe da Divisão de Ensino e Pesquisa do Instituto Militar de Engenharia (IME).

1983

**CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DO
GENERAL EUCLYDES DE OLIVEIRA FIGUEIREDO
E DO
GENERAL FRANCISCO DE PAULA CIDADE
FUNDADORES DE A DEFESA NACIONAL**



A SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO DIESEL PELO ÁLCOOL

Milton Camara Senna

1. APRESENTAÇÃO DE UM CASO CONCRETO

A substituição do óleo diesel pelo álcool, no transporte da cana e em outras atividades agrícolas correlatas, foi praticada com êxito pela Usina Santa Elisa, a partir de 1981. O suporte agrícola da Usina é dado pela Companhia Agrícola Sertãozinho, que com a mesma compõe o binômio harmônico fábrica-lavoura.

A cana, insumo mais importante para a produção do álcool, do açúcar e da energia elétrica e térmica, é obtida a partir da própria empresa (37%) e de fornecedores autônomos (63%).

1.1. — Dados sobre as Empresas

• Usina Santa Elisa

A Usina Santa Elisa foi fundada em 1934, a partir de um pequeno

engenho de aguardente, adquirido em hasta pública e transformado em usina de açúcar. A empresa cresceu continuamente, desde 1937 quando produziu 18.781 sacas de açúcar de 50 kg, até os dias de hoje, e continua crescendo. Em 1981 processou 2,6 milhões de sacas de açúcar.

O programa de fabricação de álcool em grande escala teve início em 1977 com a inauguração da primeira Destilaria, com capacidade de 300.000 litros de álcool/dia. Após a instalação de novo aparelho de 240.000 litros atingiu, em 1982, a capacidade nominal de 540.000 litros, com uma produção firme e efetiva de 650.000 litros/dia, graças ao programa de desenvolvimento de equipamentos, métodos, técnicas e processos, que é realizado de forma contínua e permanente.

É a segunda maior usina da região e a quarta do Brasil, com capacidade de produzir 3 milhões de sacas de açúcar e 90 milhões de litros de álcool por safra.

A energia elétrica e mecânica de que necessita, inclusive para iluminação de sua vila operária, é gerada na própria Usina. A partir do bagaço de cana, queimado em 7 (sete) caldeiras, são produzidos os 350 mil quilos de vapor/hora que alimentam, ininterruptamente, durante a safra, a termoeletrica de 16.250 KVA, as turbinas de acionamento de moendas e picadores e fornecem o vapor de processo necessário à fabricação do açúcar, do álcool e para outros misteres. O bagaço substitui 20 ton de óleo combustível/hora.

O equipamento é de fabricação Zanini S/A Equipamentos Pesados

• *Companhia Agrícola Sertãozinho*

A Companhia Agrícola Sertãozinho foi constituída em 1973, visando a centralizar as atividades agrícolas de pesquisa, de cultivo e de produção da cana necessárias ao abastecimento da fábrica. São cultivados, também, outros cereais não só pela necessidade de rotação de culturas e adubação verde, bem como para permitir melhor utilização econômica da terra. A Agricultura praticada é intensiva.

Em 1981 o INCRA concedeu Empresa o prêmio de Produtividade de Rural do Município pelos rendimentos obtidos.

	<i>Cana-de-açúcar</i>		<i>96 ton/ha</i>
Arroz	3,1 ton/ha	Girassol	1,5 ton/ha
Amendoim	9 ton/ha	Milho	3 ton/ha
Feijão	5,7 ton/ha	Soja	5 ton/ha

O emprego de adequada e desenvolvida tecnologia agrícola tem permitido o aumento da fertilidade do solo e a recuperação de áreas de cerrado e campo, algumas mas até julgadas improdutivas.

Graças ao emprego orientado e em quantidades adequadas das caldas finais (vinhaça ou vinhoto) e do longo dos filtros foi obtido sensível economia na utilização de fertilizantes químicos. A adubação é realizada com 70% de vinhaça, sob diferentes formas de aplicação, e apenas 30% de fertilizantes (NPK).

No ano de 1981 o volume de vinhaça produzido, e totalmente utilizado, foi de 1,138 milhão de m³.

A aplicação da vinhaça representou, em termos de adubação, seguintes volumes em matéria orgânica e nutrientes:

É de ressaltar que, particularmente no caso do cloreto de potássio, a prática significa grande economia de divisas, já que o potássio é importado.

O aumento do rendimento agrícola e industrial foi obtido, também, pela seleção de variedades

Matéria Orgânica 17065 Ton

<i>Nutrientes existentes na Vinhaça</i>	<i>Correspondência em fertilizantes Elementos necessários</i>
Potássio — expresso em K_2O — 4551 ton	Cloreto de Potássio — 5059 ton
Nitrogênio — expresso em N — 682 ton	Sulfato de Amônia — 3785 ton
Fosfato — expresso em P_2O_5 — 114 ton	Superfosfato Simples — 880 ton

reforma adequada e oportuna dos canaviais associadas a uma conveniente rotação de culturas.

1.1 — A Experiência

As empresas (Usina Santa Elisa/ Companhia Agrícola Sertãozinho) acreditaram; foram pioneiras e investiram na busca de uma solução alternativa para o petróleo — o álcool. Não bastava, no entanto, apenas produzir o álcool; igualmente importante seria usá-lo. Foi decidido modificar a estrutura da frota existente de caminhões, automóveis e utilitários (a diesel e a gasolina), usados no transporte de cana e nos serviços correntes, substituindo-os por viaturas utilizando o álcool como carburante. Era mister realizar uma experiência em escala que, por demonstração, indicasse com segurança os caminhos a serem seguidos por outras empresas.

Já em 1977 foi iniciada a substituição dos automóveis e utilitários a gasolina por outros a álcool e, progressivamente, foi completado o programa. Hoje, mais de 50 veículos a álcool substituem a totalidade da frota de carros de passeio e de utilitários. Não é consumido mais um só litro de gasolina. As bombas de abastecimento foram trocadas pelas de álcool.

O segundo passo teve início com o lançamento dos primeiros caminhões E13-Alcool. Está em fase de conclusão.¹ De forma progressiva procedem-se a substituição das unidades da frota diesel de transporte leve (15 ton carga útil). Hoje são 205 caminhões a álcool em funcionamento, testados em serviço variado e contínuo, na maioria das vezes sob condições adversas, e mais 55 já adquiridos para ultimar a substituição.

Ainda será usado o óleo diesel em tratores de esteira e no transporte pesado.

O terceiro passo — a substituição dos tratores leves e carregadeiras de cana — foi iniciado na presente safra.

Encontram-se em fase de testes os tratores CBT 3000 e o CBT 3500. Foram adquiridas, ao todo, 15 unidades que estão realizando trabalhos agrícolas correntes sob condições normais de serviço. Da mesma forma é avaliado o desempenho da carregadeira VALMET — mod. 88 — motor MWM, bi combustível.

Como no caso dos automóveis, utilitários e caminhões, as deficiências, os defeitos e as dificuldades

¹ A experiência foi dirigida pelo Cel R1 Aglaudio de Freitas — Gerente do Projeto.

notadas vão sendo sanadas, também no caso dos tratores, através de constante relacionamento com os fabricantes.

A Usina Santa Elisa S.A. e a Companhia Agrícola Sertãozinho deixaram de consumir (no período de abril de 1981 — agosto de 1982) 3,013 milhões de litros de óleo diesel com a substituição dos caminhões diesel por caminhões a álcool. Foram percorridos, neste período 7,230 milhões de km. A frota utilizada, que inicialmente dispunha de 50 caminhões comprados em caráter experimental, atinge hoje 205 unidades, que estão realizando a sua segunda safra.

O que representa para o Brasil, em termos de economia de divisas, a experiência da Usina Santa Elisa/Companhia Agrícola Sertãozinho?

Não usando mais gasolina, tendo deixado de consumir 3,013 milhões de litros de óleo diesel no período, e não queimando óleo combustível, já que usa o bagaço da cana, a experiência da Usina Santa Elisa/Companhia Agrícola Sertãozinho permitiu uma economia efetiva de 38.220 barris de petróleo, 1,7 milhão de dólares, entre abril de 81 e agosto 82.

2. A AMPLIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

2.1. — Para a Região de Ribeirão Preto

De acordo com os dados disponíveis² a área cultivada com cana

na região de Ribeirão Preto é de 453.000 ha.³ A produção estimada na presente safra — 82/83 é de 1,8 milhão de ton métricas de açúcar e 1,5 bilhão de litros de álcool, o que exige o transporte de 32 milhões de ton de cana. Deverão ser percorridos 144 milhões de km (transporte de cana). Admitido o consumo médio de 2,6 km/litro por veículo diesel neste tipo de serviço seriam necessários 55,5 milhões de litros de óleo diesel somente para o transporte de cana na região de Ribeirão Preto, nos 180 dias de duração da safra.

Assim sendo, na região de Ribeirão Preto, poderiam ter sido economizados 55,5 milhões de litros de óleo diesel entre maio e dezembro de 82 e os correspondentes barris de petróleo necessários para se obter tal quantidade de óleo.

2.2. — Para o Brasil Canavieiro

A ampliação da experiência da Usina Santa Elisa, se imediata para a região de Ribeirão Preto, exigirá maior tempo para que seja adotada pela agroindústria açucareira-alcoleira do Brasil. Nos primeiros anos, o fator limitativo para a aplicação da experiência será a disponibilidade de caminhões a álcool no mercado. Há pois que estimular a sua fabricação e, paralelamente, criar condições favoráveis para a sua comercialização. Quanto à última, basta adotar uma política semelhante à que foi definida para motivar a substituição do uso da gasolina pelo álcool nos táxis.

² Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, abril, 1982.

³ Cana para "corte".

Usando os parâmetros estabelecidos pela experiência realizada na Usina Santa Elisa e os valores estimados para a safra de 1985⁴ seria possível realizar uma economia de óleo diesel, naquela safra, de cerca de 376 milhões de litros. Seriam percorridos 950 milhões de km e transportados 223 milhões de toneladas de cana, o que exigiria uma frota de cerca de 16 mil caminhões a álcool.

Em 1987 a economia atingiria os 423 milhões de litros de óleo diesel, requerendo uma frota a álcool de 20 mil caminhões.

A ampliação da experiência estaria plenamente justificada pela economia de divisas que poderia acarretar principalmente se for levado em conta que o programa não exigirá dólares, pois será inteiramente realizado em cruzeiros.

3. CONCLUSÕES

A economia de petróleo importado, via menor consumo de óleo diesel, é factível.

Substituídos: a gasolina pelo álcool; o óleo combustível pelo carvão (mineral e/ou vegetal) pela lenha, bagaço de cana, resíduos agrícolas etc; urge substituir o óleo diesel e outros derivados.

O Ciclo Otto apresenta vantagens sobre os motores diesel em determinadas faixas de potência do motor. Nos utilitários e veículos de transporte de carga, até médios, sempre se optou pelo motor a gasolina até que o subsídio concedido ao diesel deformou a estru-

tura do transporte de carga no Brasil.

Foi o subsídio e não a superioridade do combustível que forçou a substituição do caminhão leve e médio a gasolina. Se esta faixa voltar ao Ciclo Otto, com o álcool como carburante, será possível equilibrar novamente o consumo dos derivados-diesel-gasolina-óleo combustível.

A experiência realizada na Usina Santa Elisa demonstrou a viabilidade do uso do álcool em frota de caminhões canavieiros (13 toneladas útil),⁵ principalmente.

No caso da indústria canvieira o transporte a álcool é mais conveniente e, quando não mais barato, pelo menos equivalente em custo (ton/km transportada) apesar do subsídio ainda concedido ao diesel.

O álcool é um combustível nacional, obtido a partir de fontes renováveis, com tecnologia própria, equipamentos nacionais e com base em atividade agroindustrial bem estruturada. O Programa Nacional do Alcool gera empregos, a sua implantação não é feita em dólares e o "valor agregado" fica no Brasil.

O ÁLCOOL CUSTA CRUZEIROS

O Petróleo Custa Dólares

E o petróleo, que não é substituído, agrava a dívida externa do Brasil, que se aproxima do insuportável.

⁴ Instituto do Açúcar e do Alcool.

⁵ 13 toneladas útil — imposto pelo setor agrícola — minimizar compactação do solo nos talhões.

Se forem substituídos de forma equilibrada:

- gasolina — pelo álcool, mediante a substituição da frota existente, de forma progressiva, como vem sendo realizado;

- pelo uso da mistura;

- óleo diesel — pelo álcool, mediante a substituição progressiva do Ciclo Diesel pelo Ciclo Otto nos caminhões até 15 ou 20 ton de carga útil, cuja fabricação deve ser incentivada;

- pela dupla alimentação (álcool-gasolina + diesel) nos veícu-

los existentes, como opção mais próxima;

- pelo álcool aditivado nos veículos do Ciclo Diesel já existente e em circulação;

- óleo combustível — por carvão (mineral ou vegetal), eletrotér-mia, lenha, bagaço de cana, resí-duos vegetais etc; será possível diminuir a quantidade de petróleo importado e, aí sim, economizar divisas tão preciosas. O petróleo pode ser enquadrado na política de substituição de importações.



O Coronel de Artilharia R/1 Milton Camara Senna, ex-Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército — ECEME — e ex-Superintendente da SUDAM, é atualmente o Vice-Presidente da firma Zanini S.A. Equipamentos Pesados, Rio de Janeiro. "Energia, Modelo Alternativo, a Biomassa na Composição da Matriz" é o título da colaboração anterior do Autor em A DEFESA NACIONAL (Nº 686).

A

CPRM sabe bem como a energia é importante nos dias atuais. Desde 1971 suas pesquisas em solo brasileiro têm permitido a ampliação das áreas contendo carvão mineral e indicado outras com boas perspectivas de existência do mineral.

Na Bacia sedimentar do Paraná, que abrange partes dos Estados de S. Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os três projetos de estudo revelaram a presença de elevadas reservas econômicas de carvão.

Tais projetos, além de possibilitarem a avaliação de reservas exigidas pelo processamento de gaseificação, visam à delimitação de áreas para a implantação de minas mecanizadas.

Na área de Gravataí verificou-se a primeira ocorrência de carvão com possibilidades metalúrgicas convencionais, no Estado do Rio Grande do Sul.

No estimulante trabalho de redescoberta do Brasil, nem só o carvão faz parte do dia-a-dia da CPRM. Com o mesmo entusiasmo, a empresa se dedica às pesquisas de fosfato em Minas Gerais; cobre em Goiás, Ceará, Minas Gerais e Pará; cassiterita, chumbo e zinco em Rondônia; calcário e magnésio no Pará; salgema, carnalita e enxofre no Médio Amazonas; chumbo na Bahia; ouro no Ceará.

Há oito anos a CPRM dá seu apoio técnico aos órgãos envolvidos na pesquisa mineral e hídrica, orientando, incentivando e financiando projetos de pesquisa e beneficiamento mineral.

CPRM, oito anos redescobrimo o País.



Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais-CPRM

CARVÃO É ENERGIA



CASTELLO BRANCO- IDÉIAS E PERSONALIDADE

Ferdinando de Carvalho

1. Castello Branco

A vida do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco superou as fronteiras do Exército que ele ilustrou e honrou de forma memorável, sobretudo por sua atuação na Força Expedicionária Brasileira e na Escola de Comando e Estado-Maior.

Mas, o seu nome hoje pertence à História de nossa Pátria e se projeta internacionalmente, através de depoimentos de vários biógrafos nacionais e estrangeiros, porque exerceu a Suprema Magistratura do País em um dos seus períodos mais críticos.

O Brasil, naquela conjuntura explosiva que precedeu à Revolução de 31 de março de 1964, abeirava-se da calamidade social e econômica. A crise de autoridade submergia as chefias autênticas, fazendo

ascender falsas lideranças, notabilizando demagogos e exploradores da credulidade popular. O descrédito e a insegurança dominavam os ambientes. O povo estava atônito e desorientado. O País marchava inapelavelmente para uma ditadura do tipo bolchevista.

A Revolução de 1964, impulsionada por forças espontâneas e responsáveis, conduziu Castello Branco à investidura presidencial. Poucos eram os que, como ele, por sua cultura e tradição, possuíam o prestígio e a capacidade para assumir esse posto em tais circunstâncias.

Castello Branco cumpriu o seu mandato com sabedoria e descortino, consciente dos objetivos revolucionários e das tendências nacionais, sempre demonstrando patriótica desambição. Soube conduzir a um porto sereno a nau

que dantes ameaçava soçobrar. Fez-se respeitar e admirar por toda a Nação. E esta alcançou um clima de normalidade institucional que lhe garantiu uma fase de progresso cultural e econômico sem par em todo o seu passado histórico.

Não desejamos, entretanto, discorrer sobre a imorredoura obra de Castello Branco como Presidente da República, nem exaltar-lhe suas reconhecidas qualidades como político e estadista, tema sobre o qual existem notórias obras, para atestar-lhe os méritos e a glória que o Brasil hoje lhe reconhece. Nem tencionamos traçar-lhe aqui uma integral biografia, acompanhando-lhe a trajetória profissional, desde os bancos do Colégio Militar de Porto Alegre até a Chefia do Estado-Maior do Exército, focalizando o seu invulgar desempenho na Força Expedicionária Brasileira no Teatro de Operações da Itália.

Pensamos que nesta hora, nesta Casa e nesta homenagem, melhormente cabe lembrar o trabalho que aqui mesmo Castello Branco realizou e que pessoalmente testemunhamos nas tarefas diárias, intensas e absorventes, nas lides profissionais procurando o maior desvelo e eficiência na formação dos oficiais de estado-maior, cujo elevado padrão faz o renome e o prestígio desta Escola como um dos melhores institutos de ensino militar hoje conhecidos.

Apreciaria recordar a figura inesquecível do Coronel e do General-de-Brigada Castello Branco, aquele mesmo que conheci nestas salas, há muitos anos; a imagem do

militar austero e competente, do instrutor brilhante que nos proporcionou grandes ensinamentos, do chefe interessado que admirávamos como um soldado de legítima estirpe, um verdadeiro exemplo.

Pretendo discorrer sobre a sua atuação como Diretor de Ensino e depois, como Comandante desta Escola, evidenciar caracteres peculiares de sua personalidade que podem servir de modelo e estímulo para os oficiais do Exército, mostrar a influência decisiva que exerceu na evolução doutrinária e pedagógica experimentada pela ECEME, segundo suas diretivas, transformações importantes na mentalidade profissional, decorrentes da influencição do caráter de um chefe convicto e dominante, aureolado por uma bagagem cultural e por uma experiência indiscutíveis, trazendo inclusive um apoio integral dos escalões superiores.

Na verdade, aparentando um seguidor inflexível dos regulamentos, Castello Branco foi sempre um inovador, um criador, movido por idéias pessoais muito bem elaboradas e meditadas. Era, no fundo, um verdadeiro revolucionário intelectual.

Sentir-me-ia gratificado se conseguisse retratar, com relativa nitidez, a impressão que nos deixou, a nós, oficiais-alunos e instrutores desta Escola, naqueles tempos, o Coronel e o General Castello Branco, figura que simbolizou a mentalidade da própria Escola de Comando e Estado-Maior, na época.

Era um homem extremamente preocupado com suas responsabilidades, altamente sensível diante dos múltiplos problemas que surgiam em sua esfera. Afável e compreensivo, sem permitir intimidações, no trato informal, gostava, por vezes, de estimular reações com uma ou outra estocada de inteligente ironia. No trabalho profissional, porém, revestia-se de uma severa formalidade, engendrando uma atmosfera que fazia ressaltar a sua autoridade. Expunha seu pensamento com clareza e decidida argumentação. Aceitava a discussão e provocava ponderações. Mas, era muito difícil movê-lo de seus pontos de vista. "Teimoso é quem teima comigo", costumava dizer.

Desenvolvia impressionante atividade. Sua capacidade de trabalho suplantava as expectativas. Sua presença era constante nas aulas e outras tarefas escolares.

Franco e sincero, não se preocupava em agradar. Valorizava suas funções por sua dedicação, tino e resultados alcançados.

Muitos dos oficiais que aqui se encontravam naquela época, como alunos e instrutores, já haviam servido com Castello Branco na Escola Militar, em unidades e estados-maiores e na FEB. Eles propagavam-lhe a nomeada, assegurando ao chefe uma reputação que contribuía para ressaltar a sua personalidade incisiva e, às vezes mesmo, autoritária.

Um companheiro definiu-me em uma única palavra o feito pessoal de Castello Branco, expressão sintética tão adequada que jamais

esqueci. "O Castello é um homem forte", disse ele. Um homem "forte". Realmente a força transparecia como o traço marcante de sua personalidade e transbordava-se tão evidente que nos dava a impressão de que uma armadura moral e intelectual a revestia permanentemente. É claro que tal atributo teria que originar alguns choques com outras personalidades igualmente fortes, nos entevos de opinião que as lides escolares podem suscitar. Mas, geralmente, Castello Branco convencia pela autenticidade de seu pensamento e pela seriedade que ele emprestava ao desempenho de sua missão.

Este era o caráter do homem. Encaramos o seu trabalho na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

2. O Diretor de Ensino

Quando o Coronel Castello Branco assumiu as funções de Diretor de Ensino da Escola de Estado-Maior, em 1946, o Exército ainda vivia as tradições da Missão Militar Francesa, cujas realizações no aperfeiçoamento profissional de nossos oficiais foi deveras notável, mas que já se achavam ultrapassadas e não mais atendiam às imposições da guerra moderna onde surgiram grandes inovações técnicas e táticas. Embora fosse elevado o padrão da instrução, havia, na formação dos oficiais de estado-maior, um excesso de academismo, incentivado pela grande descentralização do ensino no âmbito desta Escola.

A hipótese de uma guerra continental era ainda dominante. Os

regulamentos franceses eram os modelos adotados e o livro de Tática do Coronel Curnier era considerado como o melhor repositório de doutrina tática. Os planos e ordens de operações eram elaborados com grande preocupação literária, mas reduzida eficácia executiva.

Os assuntos de Mobilização, Logística e Serviço de Estado-Maior tinham um desenvolvimento muito restrito. Em geral, esses conhecimentos eram adquiridos depois do Curso, nos estágios e no trabalho das Seções. Não se falava em guerra revolucionária. O emprego de mecanizados e blindados era estudado superfluamente, como auxílios complementares da infantaria e cavalaria.

O método pedagógico, então adotado, colocava uma respeitável distância entre os que ensinavam e os que aprendiam, ressaltando a infalibilidade do instrutor e a inesperienza do aluno. Em cada trabalho, o instrutor procurava evidenciar mais os atributos personalistas e singulares de comando, do que exercitar a prática de estado-maior.

Havia uma grande variedade na formulação dos documentos, conforme os cursos, as Armas e até as pessoas dos instrutores, demonstrando falhas na coordenação.

Esse currículo originava, ao fim de três anos do curso, um oficial de estado-maior altamente intelectualizado, mas com pouca prática funcional, o que concorria para que fosse considerado um teórico por seus companheiros da tropa.

Até 1945, a experiência da 2ª Guerra Mundial ainda não havia

transposto os umbrais da Escola, onde, inclusive, se encarava com certa prevenção a perspectiva de modificações que deveriam advir na bagagem que os oficiais da FEB traziam da Itália. Os homens têm intuitivamente maior relutância em abandonar as velhas idéias do que mesmo em se desfazer de antigos objetos de sua afeição.

O Coronel Castello Branco, precedido por sua fama como o Chefe de Operações da Divisão Expedicionária Brasileira, subiu as escadarias desta Escola e sentou-se em seu gabinete de Diretor de Ensino, sentindo-se talvez como um arquiteto que tem de demolir um antigo prédio para construir um novo edifício. Acompanhava-se de um grupo de oficiais, oriundos da FEB; alguns como instrutores e outros como alunos. Seu caráter pragmático e centralizador logo manifestou-se através de providências positivas.

O ambiente escolar alterou-se radicalmente. Programas foram reformulados. Notas escolares foram tornadas obsoletas. Uma agitação de novos conceitos dominou todos os lugares. Horários foram revisados. O ritmo de trabalho foi intensificado. Assim iniciou-se o ano letivo de 1946.

A impressão que tínhamos, nós, os alunos, reforçada pelos próprios comentários dos novos instrutores, era a de ser bastante deficiente o preparo profissional que havíamos adquirido até então, e que agora é que se ia iniciar o verdadeiro Curso.

O Coronel Castello Branco veio pessoalmente advertir-nos da nova

orientação, através de palestras doutrinárias, declarando textualmente que seria muito intenso o treinamento de redação de documentos de estado-maior.

Mas, a tarefa que empreendeu, o Diretor de Ensino, de readaptação curricular não deve ter sido fácil. O entulho de idéias antiquadas formava verdadeiras montanhas, difíceis de remover. Vários instrutores deixaram a Escola, inconformados com as modificações impostas. Houve atritos funcionais. A inércia-intelectual é pior do que a inércia mecânica.

O Coronel Castello Branco fazia questão de rever pessoal e pormenorizadamente todos os temas e notas escolares, submetendo-os a uma inspeção rigorosa e inflexível. Avocou a si a responsabilidade de guardião da nova doutrina. Lia toda a documentação, eliminando a literatura supérflua, corrigindo os termos, filtrando as redações através do crivo minucioso da atualização. Desmoronavam-se, dest'arte, as idéias cinzeladas pela arte pessoal elegante, voluntariosa, mas destituída de realismo e exequibilidade.

A apresentação de um tema, ao Diretor de Ensino, era assim uma operação arriscada e difícil, sujeita a tropeços e correções que representavam idas e vindas ao gabinete em que pontificava o Coronel intransigente. Raros eram os trabalhos aprovados sem emendas. Alguns tiveram de ser refeitos totalmente. Discussões acaloradas eram travadas sobre as cartas na mesa e houve casos em que nem as cartas se salvaram. Eram verdadeiras ba-

talhas com muitas perdas e estropiados. Instrutores entravam, sobraçando temas laboriosamente trabalhados durante meses, e viam, de repente, esses escritos serem refutados sob a crítica severa e inteligente do Coronel.

Esse processo de revisão documental tinha, entretanto, uma desvantagem. Era o tempo e o ingente esforço que exigia do Diretor do Ensino. Castello Branco, no empenho de rever todos os trabalhos dos três anos do Curso, além de outras atividades curriculares, como o preparo de palestras e assistência de trabalhos em sala e no terreno, era extremamente solicitado. As revisões faziam-se, em geral, às vésperas da apresentação em sala, sobrando pouco tempo para a impressão dos documentos e rearticulação das aulas pelos instrutores, exigindo, muitas vezes, tarefas pela noite e madrugadas. Era uma contingência daquela fase de rearticulação do ensino.

Castello Branco fazia questão de comparecer a todas as sessões de encerramento dos exercícios, realizando, normalmente, uma crítica final onde, através de preciosos ensinamentos, dava ao Corpo de Alunos uma medida de sua capacidade e de seu interesse.

A Escola de Comando e Estado-Maior viveu uma fase tão agitada como gloriosa, foi um "período de renascimento", como a denominou o General Tristão de Alencar Araripe, que era o Comandante. A Escola representou o cadinho de uma grande mudança. Nela foram elaborados documentos doutrinários que se disseminaram por todo

o Exército, como o Regulamento de Operações e o Manual de Estado-Maior e Ordens.

O Coronel Castello Branco procurou sistematizar a doutrina, sempre preocupado com as adaptações necessárias ao caso brasileiro. Desenvolveu uma nova concepção do método de raciocínio, um esquema de coordenação dos trabalhos do comandante e do estado-maior que denominou Trabalho de Comando.

Encarando a função do Comandante, Castello Branco procurou mostrar a inconveniência de confiar-se exclusivamente na inspiração, como era próprio de antigos chefes que se julgavam divinamente dotados de um senso infalível. Castello Branco recomendava que não se devia confundir intuição com rapidez de raciocínio e de decisão. A Escola de Comando e Estado-Maior não se destinava a formar Napoleões. As decisões intuitivas são freqüentemente baseadas na ilusão ou no acaso. A rapidez de decisão de um comandante deve ser fruto do pensamento amadurecido de quem, com antecedência e profundidade, refletiu sobre todas as possibilidades e viabilidades.

O método de raciocínio não é um trilho que conduz infalivelmente à melhor solução, nem tampouco um trapézio para malabarismo intelectual que não conduz a nada. Fundamenta-se na experiência e orienta o pensamento em termos de equilíbrio. O oficial de estado-maior elabora idéias, cria hipóteses exequíveis, compara soluções, mede vantagens e desvantagens,

elimina inexequibilidades, oferece ao comandante não dúvidas, mas probabilidades, guardando sempre em mente que o inimigo é dono de sua vontade.

Foi um esforço notável o do Coronel Castello Branco, que conseguiu vencer todas as dificuldades e resistências que se interpuseram a seu objetivo.

Se nós, alunos e instrutores, sofrermos, muitas vezes, com o temperamento centralista e agressivo do saudoso chefe, pudemos, mais tarde, avaliar maduramente a importância de sua ação e a extraordinária força de vontade com que se teve nesse meritório encargo.

Hoje, distanciados daqueles acontecimentos, reconhecemos a influência que exerceu o antigo Coronel Castello Branco nas novas gerações de oficiais de estado-maior e, conseqüentemente, em todo o Exército brasileiro, onde repercute profundamente a essência do trabalho que se realiza nestas salas. Pensamos mesmo que Castello Branco, como Diretor de Ensino desta Escola, foi o maior artífice da evolução doutrinária do Exército nessa fase, pois a semente que aqui lançou, germinou, cresceu e frutificou pela ação de seus discípulos e seguidores, egressos deste Curso e espalhados pelas Unidades e Grandes Unidades em todos os quadrantes do País.

3. O Comandante da ECEME

Depois de promovido a General-de-Brigada, Castello Branco exerceu o comando da ECEME em 1955 e início de 1956.

Ao assumir essa função, o General Castello pôde constatar que o trabalho que realizara como Diretor de Ensino, alguns anos antes, havia progredido, principalmente durante a gestão do então Coronel Orlando Geisel.

O desenvolvimento do Curso passara a ser coordenado pelos Diretores de Ano. Novos assuntos foram incluídos no currículo escolar, tais como Chefia e Liderança, Guerra Revolucionária, Guerra Psicológica e Armas Atômicas. Foi criado o Curso de Serviço de Estado-Maior, ministrando assuntos específicos de trabalho das Seções de Estado-Maior. O programa escolar tornou-se um documento pormenorizado e bastante objetivo. Uma nova didática estava sendo experimentada, com base na orientação do estudo em domicílio, mediante documentação previamente distribuída aos alunos. Os temas táticos, anteriormente demasiado longos, foram reduzidos em suas dimensões, em proveito de maior variedade de situações táticas e de maior número de assuntos, visando a proporcionar flexibilidade e desenvolvimento da personalidade dos alunos.

O General Castello Branco aprovou, de um modo geral, as novas disposições que constituíam um prolongamento de sua gestão na Direção do Ensino. Procurou, porém, como era de seu feitio, dar maior intensidade aos trabalhos, restabelecendo, inclusive, o expediente aos sábados, antes reservado para o estudo em domicílio.

Empenhou-se em nova remodelação do Trabalho de Comando

para o qual havia sido adotado o modelo norte-americano. Procurou torná-lo mais coerente com as condições brasileiras. Não se conformava com a tendência para uma tradução literal dos regulamentos norte-americanos. Rebelava-se contra essa orientação que surgira com a participação do Brasil na Guerra. Era de opinião que o temperamento brasileiro exigia adaptações apropriadas ao Exército "tupiniquim", como denominava o nosso Exército. Em várias palestras, narrando casos vividos, mostrava ele como as características do homem brasileiro, derivadas de sua formação histórica, criavam atitudes e ações diversas das estrangeiras, ora como vantagens que se deviam incentivar, ora como desvantagens que se deviam combater.

O esquema de desenvolvimento do Trabalho de Comando que preconizava, partia de uma Idéia Geral de Operação, conceito de responsabilidade integral e intransferível do Comandante.

O método de raciocínio e a sequência dos estudos deviam basear-se na capacidade prática e no senso psicológico dos oficiais de estado-maior, através de Estudos de Situação, orientados pela Idéia Geral do Comandante. As soluções não podem ser absolutas, recomendava Castello Branco. Elas são formuladas e avaliadas para assegurar a decisão do Chefe, de acordo com o seu caráter, e devem comportar normalmente várias alternativas oferecidas à escolha do Comandante.

Em termos de estrutura da

ECEME, o General Castello propôs um novo regulamento, com várias alterações, incluindo a criação da Divisão de Estudos e Pesquisas e do Grupo de Assessores.

A Divisão de Estudos e Pesquisas assumiu o encargo de estudar a evolução doutrinária, aperfeiçoar as normas e documentos doutrinários e organizar a Biblioteca dos Instrutores.

O Grupo de Assessores, por sua vez, respondia à necessidade de sistematizar a revisão prévia da documentação de ensino. O General reconhecia que não era mais possível adotar o processo de controlar pessoalmente toda a volumosa documentação de temas táticos e notas escolares. O currículo se ampliara e diversificara. Criou, pois, um grupo de oficiais assessores que constituía o seu estado-maior pessoal e realizaria, anonimamente, o controle da temática escolar, elaborando relatórios que o Comandante examinaria, dando as suas decisões e assegurando, por sua responsabilidade, a cobertura hierárquica necessária para prevenir suscetibilidades e casos pessoais.

O novo regulamento, aprovado pelos escalões superiores, entrou em imediata execução, criando inclusive o brasão heráldico da Escola, no qual foram adotados simbolicamente as cores azul e vermelho de Caxias e o triângulo de vértice voltado para cima, representando o espírito ofensivo.

A nova organização gerou, evidentemente, grande movimentação no interior da ECEME, para a rearticulação do dispositivo esco-

lar, com remanejamento de instrutores, designação de salas, elaboração de documentos e outras providências. Mais uma vez Castello Branco agitava o ambiente. Era de seu temperamento o gosto de movimentar, de vencer a inércia. Não se conformava com a rotina, com a estagnação.

Era um inimigo declarado dos mementos inflexíveis, das linhas de ação padronizadas, fazendo constante apelo à imaginação criadora. Embora centralizador, respeitava a iniciativa. Embora autoritário, respeitava as manifestações de personalidade, impondo-se mais pela competência do que pela hierarquia. Tinha um conceito pessoal da disciplina consciente em um Exército democrático. Lembrava o pensamento de um antigo militar que conclamava à luta contra três coisas: a tolice humana, a burocracia e as fórmulas feitas. A tolice humana não se pode combater. A burocracia militar é também invencível. Empreendamos, pelo menos, na profissão das Armas a luta contra as fórmulas feitas. Mas, insistia ele, não procureis demolir as fórmulas feitas simplesmente com obra de imaginação. Procurai a visão concreta dos problemas, ao invés de sentenças abstratas. Apelai para o bom senso em lugar de concepções aéreas.

No exercício de suas atribuições de comandante, Castello Branco não gostava de delegar funções, a não ser as meramente rotineiras da administração absorvente. Fazia questão de considerar como seus todos os problemas que envolviam a Escola com os setores externos,

e os procurava enfrentar com dedicação e zelo. Desenvolvia uma liderança espontânea e decidida.

Tinha uma concepção elevada de suas responsabilidades de Comandante do mais alto instituto de ensino do Exército e procurava incutir nos instrutores e alunos a mística do prestígio da ECEME.

Infelizmente, a sua gestão tão produtiva foi interrompida prematuramente e a sua obra de comando não pôde ser completada. Os acontecimentos políticos que culminaram com o golpe de 11 de novembro e agitaram os meios militares, dividindo as opiniões dentro do Exército, acabaram por repercutir na Escola, criando situações difíceis. Castello Branco procurou manter a ECEME fora do tumulto político e dedicada a suas tarefas regulamentares, manifestando uma atitude de serena neutralidade.

Alunos e instrutores procuravam, nestes dias, o Gabinete do Comando para obter uma definição e manifestar seus pontos de vista. Recebiam do Comandante conselhos de tranquilidade e confiança.

A transferência inopinada de três instrutores para guarnições afastadas, sem qualquer consulta ou anuência do comandante, gerou, entretanto, por parte do General Castello séria divergência com o Ministro da Guerra, atitude que valeu ao Comandante da ECEME a sua exoneração e o temporário ostracismo.

Castello Branco deixou a Escola de Comando e Estado-Maior cercado pela admiração e solidariedade

dos instrutores e alunos. Afastou-se contrariado, mas deixou na Escola o eco de suas lições como instrutor e chefe, suas palavras repletas de ensinamentos, a sombra de sua personalidade e a realidade de seus empreendimentos.

Os homens passam e a posteridade esquece os seus nomes que o tempo vai apagando imperceptivelmente. Mas a obra fica e as lições se propagam como ondulações que partem de um centro de irradiação.

Castello Branco não se considerava insubstituível. Os cemitérios estão cheios de homens insubstituíveis, costumava dizer ele. Mas, nós, instrutores e alunos que o conhecíamos, sabíamos quão difícil seria conseguir um substituto à altura de Castello Branco.

4. Idéias Sobre a Formação do Oficial

O General Castello Branco deixou grande número de escritos sobre assuntos militares, além de vários volumes de discursos presidenciais.

Seus trabalhos militares são, na maioria, notas resumidas, redigidas para seu uso pessoal nas palestras e conferências proferidas na Escola Superior de Guerra, na ECEME e em vários outros institutos. O acúmulo de tarefas e a forma intensiva de trabalho não lhe permitiam tempo para uma preparação demorada de um texto integral. Muitas das conferências que deixou foram transcritas de gravações, após sua realização.

O General Castello Branco costumava preparar notas sintéticas

dos pontos principais sobre os quais ia discorrer, escrevendo-as em folhas soltas, com letra grande para evitar o uso de óculos. Os quadros murais eram, normalmente, desenhados no mesmo dia da conferência, uma ou duas horas antes, o que obrigava os desenhistas a madrugadas de trabalho.

As apresentações sempre brilhantes não denunciavam, entretanto, para os auditórios, esses aspectos de improvisação, em virtude da admirável facilidade de expressão e da notável experiência de cátedra que Castello Branco possuía.

Lembro-me de um episódio interessante, que demonstra a grande capacidade de instrutor que lhe era indiscutível atributo: foi nesta Escola, durante a sessão de encerramento de um exercício em sala de operações anfíbias. O auditório estava repleto, inclusive com a presença de visitantes e oficiais da Marinha. No momento da apresentação final, o instrutor, que há longo tempo preparara essa exposição, ficou na tribuna pálido e nervoso, sofrendo uma inesperada e terrível inibição. Inteiramente perplexo, cristalizou-se diante da assistência expectante e não conseguiu articular uma única palavra. Castello Branco levantou-se calmamente e, como tivesse sido adrede planejado, assumiu a tribuna e realizou pessoalmente a exposição de encerramento, de uma forma tão adequada e notável que apagou por completo a desagradável impressão do incidente.

Castello Branco não era seguramente um modelo de método de

trabalho. Ele sobrepunha o tirocínio à minuciosidade. Sua bagagem cultural preenchia as lacunas de organização. Sua inteligência privilegiada e sensível e a sua vivência militar, na paz e na guerra, asseguravam-lhe o sucesso em qualquer intervenção.

A Escola de Comando e Estado-Maior realizou um trabalho paciente de coleta, estudo e sistematização dos documentos deixados por Castello Branco, publicando um precioso volume sobre o pensamento militar do grande chefe. Alguns textos tiveram de ser montados na base de notas esparsas. Mas, o livro constitui um repositório de profundos ensinamentos, onde os oficiais de estado-maior poderão colher uma orientação abalizada sobre questões de alto interesse militar.

O General Castello Branco, tanto por suas atitudes, como pelo exemplo pessoal, era um defensor intransigente da mentalidade profissional do militar, enaltecendo a integral dedicação ao serviço das armas, o primado da profissão, como chamava. Por ironia, as contingências da vida nacional conduziram-no, ao fim de sua carreira, a um posto político. Mas, em toda a sua vida militar, foi ele um adversário da intromissão dos militares na política, sem que isto significasse um alheamento em relação aos grandes problemas do País. Ele era um soldado, na expressão integral do termo. O seu interesse pelos problemas nacionais está claro em suas palavras, quando escreve: "O homem que serve nas fileiras e se transforma em combatente não é

um desgarrado da sua gente e de sua terra. Depende do espírito nacional e do lugar de onde veio”.

A atração pelas posições civis era, em sua opinião, uma aberração do espírito militar. “Existe”, dizia ele, “em muitos a incompreensão do que deve fazer um profissional, da importância de sua ação na segurança nacional e do tirocínio que só pode ser adquirido no trabalho privativo da carreira das armas”.

Em certa ocasião, Castello Branco declarou: “Vários oficiais sentem a tentação pelos cargos públicos civis. O que sobreleva é a teimosia do oficial em fazer uma carreira civil paralela a uma carreira militar. Não se pode invalidar o direito do oficial de ser candidato a qualquer cargo eletivo. O que não é admissível é considerar as atividades civis como serviço militar”.

A Revolução de 1964, através da Constituição de 1967, deu solução adequada a essa anomalia a que se referia o General.

A preparação moral e profissional dos oficiais e, de um modo geral, dos militares, foi sempre uma preocupação do General Castello Branco e ele a manifesta em vários depoimentos. Tinha assistido, na realidade da guerra, a suprema importância do adestramento militar. Presenciara os problemas que as deficiências pessoais acarretavam no duro confronto do combate, representando prejuízos morais e materiais irreparáveis. Grandes desastres são, por vezes, o resultado de pequenas falhas humanas e, não raramente, de apenas uma pequena falha humana.

A guerra põe em prova brutal a condição física e mental do soldado. Na opinião do Gen Castello Branco, quando a FEB chegou ao Teatro de Operações da Itália, nossos soldados ainda não estavam suficientemente preparados para as necessidades da guerra que lá se desenvolvia. Isso deve ter custado à Divisão situações de incerteza e vidas humanas. Castello Branco nos conta que, em pleno combate, os expedicionários brasileiros tiveram que aprender e reagir. “Em plena luta”, disse ele, “a FEB restabeleceu-se e marchou para a vitória”. Qual o segredo dessa transformação? Instrução, disciplina e compreensão da realidade. Mas, se a guerra é mestra infalível que não perdoa o descaso, não há dúvida que o adestramento militar dedicado e eficiente, em tempo de paz, é a melhor forma de garantir o sucesso em qualquer emergência.

As forças morais são essenciais para que o soldado possa enfrentar as contingências do combate. “O moral”, diz Castello, “é a força que mantém a dignidade humana”. Nos regimes democráticos, baseados na liberdade e na consciência do dever, essa força assume extraordinária relevância. É o predomínio espiritual que se fundamenta na confiança do indivíduo em sua causa, em seus chefes e em si próprio.

As componentes das forças morais são a solidariedade entre os combatentes, a coesão das forças militares e a confiança, tudo isso servido por um alto grau de instrução individual e coletiva.

O oficial em um regime demo-

crático deve ser um homem altamente consciente de sua competência profissional. Deve ter imaginação e flexibilidade para perceber a realidade em uma multiplicidade de situações e saber enfrentá-las adequadamente.

A mecanização de atitudes, a padronização de reações são contraproducentes e, em geral, mal sucedidas. "O combate", escreve Castello Branco, "tendo por base o homem, não pode ser esquemático. Na arte da guerra, um processo não tem o valor de uma regra geral, ou de um princípio, nem uma verdade relativa toma a feição de uma verdade absoluta. O dogmatismo militar é um recurso desastroso que desconhece o pensamento e a vontade, as forças que concebem e decidem. Onde ele impera, não tardará o advento irremediável da decadência da arte da guerra. A crítica e o ensino devem admitir a evolução da Tática. Ao lado de regras que caducam, há outras que se renovam, devido à evolução do armamento, da organização e da tática".

Castello Branco era assim um adversário das situações esquemáticas que, muitas vezes, são usadas para ilustrar o ensino das escolas militares. Ele conta que, certa vez, um oficial de estado-maior, na guerra, tirou da gaveta um tema de Leavenworth para associá-lo a uma situação de combate, existente na ocasião, e propor uma decisão baseada naquela que foi adotada pela escola de estado-maior norte-americana.

É preciso, entretanto, considerar o reverso. Nem sempre uma so-

lução adotada em uma situação de guerra pode servir de modelo para a solução de um problema escolar.

O pensamento do ilustre chefe e a lição que pode servir à meditação dos oficiais de estado-maior, mostram-nos que mais vale o exercício do raciocínio e a flexibilidade mental que se adentra na Escola, do que a volumosa bagagem de dados, esquemas e mementos que se acumula nos anos do Curso, porque as situações militares, na paz e na guerra, desconhecem e, algumas vezes desmentem as regras clássicas, uma vez que o inimigo, como nós, tem vontade de vencer e, para isso, pode deixar de cumprir os procedimentos previstos.

Castello Branco estudou profundamente os ensinamentos da participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial. Confrontou nossa mentalidade, nossas qualidades e limitações com as de militares de outras nações, com os quais conviveu, verificou similaridades e dissimilaridades, extraiu conclusões inteligentes e coerentes. Ninguém como ele, talvez, tenha tido tão boa oportunidade e tanta autoridade para tal comparação e para dela extrair ensinamentos capazes de orientar a elaboração de uma doutrina militar genuinamente brasileira, apta a proporcionar a maior eficiência na formação profissional de nossos oficiais e de nossa tropa em face das condições da guerra moderna.

Um fato contraditório nas manifestações de seu pensamento, desmentindo as tendências militaristas que, muitas vezes, a crítica tendiosa quer atribuir aos militares brasileiros, é a confiança e a cren-

ça na base democrática que sempre conduziu a formação e a evolução de nossa sociedade e que repercutem inelutavelmente nas Forças Armadas de nosso País.

"A nossa ideologia", declara Castello Branco, "deve ser assentada na liberdade humana, na preponderância da dignidade do homem, na ausência do meio entre cidadãos e perante o poder. A escravidão não pertence a seus adeptos e quem está e estiver na direção do Estado não tem o direito de bitolar as opiniões e a atitude do povo. A nossa ideologia pugna pela independência dos povos contra os imperialismos e contra as ditaduras internacionais."

O comunismo é o pior veículo de deterioração dessa ideologia, explorando sentimentos inocentes da massa popular. Os seus caminhos conduzem, infalivelmente, à opressão. A sua infiltração nas Forças Armadas é um grande perigo, porque as torna vulneráveis à criação de uma mentalidade cega de apoio às forças destrutivas e dominadoras. Castello Branco julgava, entretanto, que, no meio militar, não se poderia enfrentar essa ameaça, apenas na base da propaganda. Ele considerava que a instrução, o enquadramento, o comando dinâmico, a autoridade e o respeito democrático eram mais eficazes do que a simples doutrinação verbal. Esses elementos dão às Forças Armadas o vigor e a confiança que naturalmente se opõem à corrosão ideológica, tornando-as o maior fator de contenção da infiltração comunista e uma garantia

da evolução nacional em um clima democrático.

A formação moral e profissional dos oficiais e, particularmente os de estado-maior, asseguram às Forças Armadas os atributos primordiais para as colocarem na altura de suas responsabilidades na segurança nacional e na garantia dos poderes legais. Por essa razão, a Escola de Comando e Estado-Maior não é apenas um estabelecimento de ensino militar de alto nível, ela é uma verdadeira matriz da mentalidade militar essencial à segurança e ao progresso do País.

5. Ideais Sobre a Doutrina Militar Brasileira

Os grandes esteios da sólida cultura militar de Castello Branco, que davam a suas aulas uma substância excepcional, eram os seus grandes conhecimentos da História Militar e a sua experiência de guerra, de cujos episódios costumava tirar oportunas conclusões.

A História Militar, particularmente a brasileira, não era para ele um manual de receitas táticas e estratégicas, mas sim, uma base de fatos concretos para a formulação de princípios capazes de nortear a conduta da guerra e de encaminhar a previsão de reações das forças amigas e inimigas no combate.

Esses conhecimentos permitiram a Castello Branco manifestar-se com objetividade sobre a doutrina militar brasileira em várias conferências, nas quais preconizava a observância de princípios básicos, como sejam: o princípio do

objetivo, da ofensiva, da economia de forças, da segurança e da disciplina intelectual.

A necessidade de consolidação dessa doutrina militar brasileira não deve ser encarada como uma manifestação nacionalista, mas, como a interpretação dos princípios de guerra consoante à mentalidade nacional, com reflexos, na organização, no emprego e na instrução das Forças Armadas.

Castello Branco combatia o hábito tradicional de simples importação de doutrinas e idéias militares de outras nações, consubstanciadas na tradução integral de regulamentos, sem o cuidado de avaliar e experimentar a aplicação dessas normas no âmbito das Forças Armadas nacionais.

Ele achava que devíamos estar preparados tanto para uma guerra continental, quanto para uma guerra extracontinental. No programa de ensino que adotou na ECEME, encarava, além das operações clássicas da ofensiva e da defensiva, um tipo especial de operações de grande rapidez e mobilidade, comportando variadas atitudes, em largos espaços e com amplos deslocamentos. Os temas, para esses estudos, eram intitulados de "operações diversas". Focalizavam as manobras que Castello Branco denominava "em raza campanha", expressão que ficou célebre entre os alunos, submetidos a problemas táticos que exigiam muita flexibilidade e audácia.

Castello Branco considerava que a eficiência operacional das Forças Armadas, para atender à multiplicidade de suas missões, estava a

exigir uma revisão estrutural de vulto. Dizia ele a propósito: "A organização atual do Exército não está à altura da época e, sobretudo, das necessidades da evolução. É essencialmente departamental com o derivativo generalizado das funções burocráticas. Nele não domina o sentido de que se deve, principalmente, ativar um instrumento bélico. Permite, ao contrário, a rotina e o conservantismo."

Referindo-se à conjuntura militar dos anos que precederam imediatamente à Revolução de 1964, Castello Branco condenava dois males que se opunham ao imperativo da profissionalização modernizadora das Forças Armadas, quais sejam: a mentalidade milicianiana e a mentalidade pretoriana.

O milicianismo é o envolvimento indevido das Forças Armadas nos problemas de política regional. Embora concordando que os militares, especialmente nos mais altos postos, devessem estar atentos à política nacional, Castello dizia que era preciso dominar a corrupção e vitalizar os comandos através da confiança profissional e não, do prestígio político-partidário. Política partidária e profissionalismo militar são duas coisas antagônicas.

A mentalidade pretoriana, por sua vez, um dos males a combater, é a cobertura muitas vezes exigida das Forças Armadas para governos e administrações viciadas ou ilegítimas.

Castello Branco reconhecia, porém, que esses males afetavam apenas a uma parte restrita das Forças Armadas. O Exército tinha, em sua opinião, um cerne vigoroso e

incontaminado que era capaz de vitalizar a recuperação que se impunha.

Mas, uma série de fatores exigia a revisão estrutural das Forças Armadas. Castello Branco tinha a impressão de que todas as tentativas parciais de reorganização, promovidas até então, só tinham feito agravar o atraso da reorganização de conjunto. E preconizava, além da reestruturação da Marinha e da Aeronáutica, um Exército com excelentes unidades de fronteira, uma tropa aeroterrestre robusta, unidades flexíveis e leves, aptas ao transporte aéreo, e atrás de tudo isso, uma logística adaptada a esses elementos e ao padrão de vida nacional.

E explicava o que entendia por Forças Armadas democráticas: devem ser Forças Armadas que atendam às hipóteses de guerra, mantenham a unidade do País e as instituições. Devem ser nacionais, e não, afeiçãoadas a qualquer governo estadual. Devem ser voltadas para o treinamento e ao planejamento, e, assim, aptas a cumprir as suas missões operacionais. Devem ser integradas na mentalidade do povo e possuídas das necessidades dos Objetivos Nacionais. Devem ter oficiais instruídos, disciplinados, com a faculdade de individualmente possuir a sua opinião própria, dentro da ordem política e militar da Nação, compatível com a sua fidelidade militar. Devem ter chefes com autoridade e capacidade, inclusive para respeitar as opiniões legítimas de seus subordinados. Não devem ter ele-

mentos que desfrutavam de privilégios em relação aos civis. Devem ter elementos capazes de opinar sobre assuntos que envolvam a Segurança Nacional. Devem possuir coesão profissional e moral para merecer o acatamento do meio civil e para a sua própria eficiência.

Ao lado de suas idéias muito esclarecidas sobre a organização de nossas forças militares, Castello Branco apresentou várias considerações sobre a Doutrina Militar brasileira, colocando-a, não apenas como resultante de tendências tradicionais de nossa mentalidade castrense, mas, como uma forma indispensável de orientação para a evolução e atualização das Forças Armadas no preparo e no desempenho de suas missões no quadro complexo da guerra moderna em seus variadíssimos aspectos.

O problema da Guerra Revolucionária era inicialmente encarado por Castello Branco com relativa discrição. Ele não estava convencido de sua periculosidade, confiante na reduzida contaminação comunista em nossas Forças Armadas. Concordava, todavia, com a inclusão de seu estudo na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e na Escola de Comando e Estado-Maior.

Castello Branco julgava que a Guerra Revolucionária era maior ameaça para os regimes fracos do que para os sistemas democráticos, já que estes, por sua essência, repelem naturalmente as soluções anunciadas pela propaganda comunista. Apoiava a doutrina que preconiza-

va ser preferível combater as causas das deteriorações da democracia do que atacar diretamente a subversão.

A ameaça da Guerra Revolucionária, dizia ele, está na história e no futuro do comunismo. Entre nós, está na fase do solapamento da nossa coesão interna, de infiltração muito lenta e muito limitada nas Forças Armadas.

O desenvolvimento do espírito militar era o meio mais vigoroso contra as idéias dissociadoras. A instrução, além de tornar a disciplina mais consciente, contribui para a coesão, eliminando a ação divisionista das forças partidárias.

Os acontecimentos, na época que precedeu à Revolução de 1964, deram a Castello Branco uma visão mais realista e menos tranqüila sobre o perigo comunista e ele evoluiu, de certo modo, em sua conceituação de tal ameaça. No discurso que pronunciou em 1965, por ocasião da Segunda Conferência Interamericana Extraordinária do Rio de Janeiro, declarou: "O Sistema Interamericano foi concebido em uma época em que o perigo principal era, internamente, as guerras de fronteira e, externamente, a agressão armada extracontinental. Hoje em dia, confrontamos formas muito mais sutis de agressão, por meio da infiltração e subversão. Ainda não desapareceu o imperialismo político e econômico e já surge o novo espectro do imperialismo ideológico, que, com frequência, nos leva a confundir a autodeterminação de um partido com a autodeterminação de um povo. A não ser que adaptemos a

teoria e a prática do Sistema Interamericano às realidades atuais, corremos o risco de nos mantermos alertas contra um inimigo obsoleto e indefeso, ao invés de nos mantermos alertas contra o verdadeiro inimigo.

Os argumentos notáveis que encontramos nos estudos de Castello Branco sobre a estrutura das Forças Armadas e sobre a elaboração de uma Doutrina Militar brasileira não perderam a atualidade, mesmo após tantos anos, porque são a expressão de necessidades constantes da evolução material e doutrinária da arte da guerra. São conceitos que devem servir à meditação dos chefes das Forças Armadas e a seu empenho para a modernização e adequação dessas forças diante das exigências extremamente mutáveis e onerosas de suas missões na Segurança Nacional.

6. Projeção da Personalidade de Castello Branco

Em nossa carreira militar, sempre temos ocasião de servir com chefes cujo tirocínio, e cuja conduta constituem verdadeiros símbolos. O traço comum desses líderes militares é a fidelidade no cumprimento de suas missões, a devoção a seus misteres e a notável aptidão para enfrentar as situações mais adversas com firmeza e resolução. Denotam uma sensibilidade superior para a compreensão nítida dos problemas gerais e particulares que constantemente são levados a enfrentar.

As atitudes e as reações desses líderes podem ser muito diversas; mas, nunca deixam de manifestar

uma energia, uma vontade que chega, às vezes, às raias da obstinação.

Castello Branco foi um desses homens. Nas várias funções que exerceu, com reconhecida proficiência, a sua personalidade se expandia como um clarão, iluminando novos caminhos, criando novas idéias, em uma mensagem otimista de renovação.

O sucesso com que se houve em seus encargos, principalmente na Escola de Comando e Estado-Maior, na Diretoria do Ensino do Exército, na Escola Superior de Guerra e no Estado-Maior do Exército, permitiu-lhe a oportunidade para disseminar conhecimentos, impondo, por sua competência, a sua autoridade e merecendo a irrestrita confiança de seus subordinados, fato importante naquela fase de agitação que envolveu todo o País.

Somente o sentimento de amor à instituição e a indeclinável consciência de suas responsabilidades, levaram-no como Chefe do Estado-Maior do Exército, ao constatar o deterioramento do regime e da coesão das Forças Armadas, a emitir uma nota circular que se espalhou por todo o Exército, denunciando a situação nacional que se tornava crítica e incontornável. A emissão desse documento foi uma atitude corajosa, na qual se presenteia, conquanto limitada pelas imposições da disciplina militar, a indisfarçável aversão pelo rumo da política nacional e pela conduta do Governo, tergiversante, desautorado e pactuante com a subversão.

“Os meios militares”, dizia Castello Branco nessa circular, “não são propriamente para defender programas de governo, muito menos a sua propaganda, mas para garantir os poderes constitucionais e a aplicação da lei.” “Não sendo malícia, as Forças Armadas não são armas para empreendimentos antidemocráticos. Destinam-se a garantir os poderes constitucionais e sua coexistência.”

Esse pronunciamento, de grande repercussão nos meios militares e políticos, deve ter sido considerado como audaciosa impertinência por um Governo que anunciava a falência da Constituição, planejava o fechamento do Congresso e marchava para uma solução socialista, tendo à frente comunistas, demagogos e pelegos, irmanados na chamada Frente Popular. Mas, não teve força suficiente para exonerar o Chefe do Estado-Maior que levantava tal advertência, esse Governo, temeroso da reação militar que procurou mais tarde anestesiar na infausta comemoração do Automóvel Clube.

O crédito de liderança, adquirido por Castello Branco, durante toda a sua vida militar e em clara emergência nesses dias sombrios de março de 1964, foi tão decisivo que seu nome se impôs, desencadeada a Revolução, como a solução incontestável para a Chefia Suprema da Nação.

Extremamente dedicado às atividades profissionais, jamais cogitara Castello Branco de qualquer ingerência política e, muito menos, em tão elevada investidura.

No desempenho da Presidência da República, Castello Branco deu prosseguimento a suas idéias, procurando assegurar a coesão das Forças Armadas e aumentar a sua eficiência operativa. Foi um chefe-de-estado democrata, desambicioso e produtivo.

Acreditamos que, não fora o seu lamentável e prematuro desaparecimento, mesmo após ter deixado a Presidência da República, a autoridade moral e a experiência política e profissional de Castello Branco, ainda muito poderia influenciar em benefício das Forças Armadas e da Nação.

Meus Senhores:

Na oportunidade com que me honrastes de vos falar, como antigo e simples companheiro, para exaltar a figura de um dos mais ilustres nomes do Exército, desejaria apenas ter retratado a imagem do Marechal Castello Branco com o conceito e a significação que ele merece por sua vida militar e pelos trabalhos que realizou.

Resta-me agora, inspirado na figura desse líder, lembrar-vos um precioso ensinamento que ele nos deixou.

Não vos iludais quanto à constante mutabilidade da ciência militar. À exceção dos valores morais que aqui se robustecem e da flexibilidade mental que aqui se adentra, tudo o que aprendeis e praticais nestas salas não tem ilimitada duração. Tudo evolui: O oficial de estado-maior tem de manter uma atitude permanente de investigação, um perene esforço de renovação. É preciso conhecer a realidade mutável e assegurar a validade dos conhecimentos profissionais.

Castello Branco foi um chefe sempre voltado para o contínuo aperfeiçoamento militar. Jamais se conformou com a rotina, nem se enclausurou na torre de marfim das conveniências pessoais. A sua personalidade se projetou pela atualidade e pelo vigor de suas idéias e de seus ideais. Foi um vulto de que se orgulha o Exército e que merece o reconhecimento imperecível de nossa Pátria.



O General-de-Brigada R/1 Ferdinando de Carvalho, formado pela Escola Militar do Realengo, fez uma carreira brilhante no Exército, quer pelos altos cursos que realizou (Comando e Estado-Maior do Exército, Comando e Estado-Maior do Exército, Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA, Estado-Maior das Forças Armadas e Superior de Guerra), quer pelas funções exercidas (instrutor da ECEME, membro do Grupo Permanente da Escola Superior de Guerra, membro da Junta Americana de Defesa, Diretor de Processamento de Dados do Exército, Comandante da Artilharia Divisionária da 6ª DE, e Diretor de Administração Financeira). Conferencista e escritor, é autor dos livros "O Comunismo no Brasil", "Os Sete Matizes do Vermelho", "Os Sete Matizes do Rosa" e "O Arraial".



A INFORMÁTICA NO EXÉRCITO BRASILEIRO

Inhaúma Neves Ferraz

PRÓLOGO

No 1º Seminário de Informática das Forças Armadas, realizado no EMFA de 23 a 27 Nov 81, foi programada uma palestra sob o título "A Informática na Área de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento no Exército Brasileiro". O autor, tendo apresentado tal palestra, observou que a maioria dos militares ficou agradavelmente surpreendida com o desempenho do Departamento de Ensino e Pesquisa na área da Informática em que a iniciativa compete ao Departamento: a do enfoque instrumental. Solicitou então às autoridades competentes autorização para, com as devidas adaptações ao público alvo e meio de comunicação, transformar tal palestra em artigo, através do qual pudesse compartilhar com os demais

militares seu entusiasmo pela informatização da sociedade militar.

HISTÓRICO

Ao longo da História, por diversas vezes, o impacto da tecnologia tem alterado substancialmente a organização da sociedade. Presentemente o efeito combinado de várias tecnologias e teorias matemáticas desenvolvidas independentemente, e que tem convergido no tratamento da Informação, marca o início de uma nova era: a Era da Informática. Não se trata da caracterização de uma tecnologia ou de um conjunto de equipamentos e dispositivos. Muito mais do que isso trata-se de uma nova cultura e da possibilidade de uma nova organização social com descentralização da produção e centralização das decisões. Trata-se ainda de uma

possível reordenação política da sociedade e das organizações humanas. Uma sociedade na qual cada indivíduo em sua própria "tenda eletrônica" possa, utilizando o mesmo equipamento, trabalhar, comunicar-se com o exterior, efetuar transações comerciais, estudar, usufruir seu lazer e eventualmente votar certamente não será a que conhecemos hoje.

Na esfera militar pode-se esperar um grande incremento da eficiência dos comandos que passarão a ter informações mais abundantes e precisas, inclusive sobre o cumprimento das decisões. Por outro lado a carga de responsabilidade deverá crescer exponencialmente pois se os processadores de informação permitem imediato acionamento de equipamentos ou de unidades subordinadas, a redução da cadeia humana de subordinados ou de irmãos d'armas não mais "filtrará" eventuais atos falhos ocorrentes no detalhamento de missões.

CONCEITOS INICIAIS

A Informática

As raízes da Informática situam-se no período entre as duas guerras mundiais. A Teoria da Computação "nasceu" quando Gödel, em 1931, refutou a tese de Hilbert da solução mecânica de algoritmos [1;5] e, em 1936, Church e Alan Turing [1;7] lançaram proposições básicas sobre a automatização de procedimentos.

Na década de 40 construiu-se nos Estados Unidos da América o primeiro computador (científi-

co) o ENIAC. Coberto pelo segredo de guerra desenvolveu-se simultaneamente na Inglaterra, por Alan Turing, um equipamento de criptoanálise denominado "bombe" 2 que nada mais era que um computador de processamento paralelo.

O Departamento de Defesa norte-americano logo detectou a possibilidade de emprego militar do novo engenho tendo encomendado a primeira linguagem de programação de emprego geral [3;48].

No início da década de 50 os centros de pesquisa adotaram o emprego de computadores, o mesmo ocorrendo com a engenharia no final dessa década. Criou-se então a expressão "processamento de dados" para o emprego de computadores eletrônicos. Na década de 60 as escolas, instituições governamentais e empresas em geral associaram-se aos usuários da nova tecnologia.

As pesquisas encomendadas durante a 2ª Guerra Mundial pelo governo norte-americano começaram a vir à luz. Em 1948 Claude Shannon formalizou a Teoria da Informação [4]. Em 1950 Hamming publicou a base da Teoria da Codificação [5].

O emprego de computadores eletrônicos e a digitalização da informação deram origem a uma ciência que, à semelhança dos ideais matemáticos, é de uma singular abrangência, tendendo a atrair irresistivelmente os demais ramos do conhecimento que com ela operam.

A necessidade de rapidez e a economia de tempo e espaço logo

incorporou a microfilmagem à técnica de tratamento de informações.

A ciência da computação, de uma posição passiva passou a uma posição ativa invadindo a eletrônica e a microeletrônica. Surgiu então na década de 70 a Informática como ciência do tratamento da informação e suas tecnologias afins.

Prosseguindo seu avanço a Teoria da Informação mostrou que a transmissão da informação de um tempo para outro (armazenamento e recuperação) é idêntica à transmissão de um local para outro e assim a Informática invadiu as telecomunicações [6;19].

A transmissão digital permitindo driblar a amplificação do "ruído branco" tende a integrar som, imagem, dados e correspondência. Esta desagregação de "fronteiras" de áreas de atuação vem provocando conflitos e reajustes de diversas instituições e grupos humanos. Fundamentalmente Informação é Poder e mexer na estrutura de controle de informações é mexer na estrutura do Poder.

Nos Estados Unidos da América do Norte os conflitos foram inicialmente mascarados como competição comercial entre os gigantes IBM (computação) e AT&T (comunicação). Na Europa, contudo, as comunicações são estatais e as empresas de computação são privadas e predominantemente estrangeiras. O famoso Rapport Nora 7 foi um relatório apresentado à Presidência da República Francesa, em 1978, anunciando a informatização da sociedade e chamando a atenção do governo para a Nova Cultura que se avizinhava.

Em outubro de 1979 o governo brasileiro criou uma Secretaria Especial de Informática, SEI, subordinada ao Conselho de Segurança Nacional, para, entre outras tarefas, estudar e normalizar a informatização de nossa sociedade. Se aceitarmos a divisão do mundo em três zonas de telecomunicações, o que segundo Martin [8;557] ocorrerá no final da década de 80, compreendendo a zona de redes faixa larga (EUA e Japão), a zona de redes X.25 de faixa virtual estreita (Europa) e a zona de POTS — "plain old telephone service" — (o resto do mundo), os esforços do SEI deverão deslocar o Brasil da terceira para a segunda zona.

Quanto às Forças Armadas há que se distinguir dois enfoques: o enfoque cultural e o enfoque instrumental. O primeiro compreende uma colocação doutrinária da Força Armada e é implementado pelas escolas militares e pela instrução militar. A propósito, a Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento nomeou em 1980 um Grupo de Trabalho para estudar o ensino da Informática nas escolas militares. Os novos currículos propostos por tal grupo de Trabalho foram aprovados em 1981 para adoção no ano letivo de 1982 devendo haver uma reavaliação bianual dos resultados alcançados.

O enfoque instrumental compreende a criação e a manutenção de organizações, efetivos e meios materiais para o cumprimento das atividades fim. Para estar em condições de assessorar os escalões superiores e poder executar pesquisas de ponta, as organizações de

pesquisa e os pesquisadores, além de cumprirem as missões que lhes forem atribuídas, devem acompanhar, "ex-officio", os trabalhos dos centros mais desenvolvidos e seguir sua intuição ainda que com risco de, eventualmente, efetuar pesquisas fadadas ao insucesso ao até "reinventar a roda".

O presente trabalho pretende mostrar a posição do Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército em relação ao enfoque instrumental da Informática.

Postura doutrinária

A formação técnica dos militares deve ser direcionada no sentido de habilitá-los a explorar todas as potencialidades dos equipamentos e técnicas de emprego militar, ainda mais, sempre que a indústria nacional não tiver capacidade ou interesse de desenvolver tais equipamentos e técnicas, devem estar os militares em condições de desenvolver pesquisas e desenvolvimentos pioneiros.

Centros de Informação

Os recursos tecnológicos tornados disponíveis pela Informática possibilitaram a implementação dos Centros de Informação.

Tais Centros funcionam como superbibliotecas com participação ativa junto aos usuários. Considerando que a veiculação das informações tecnológicas é feita primordialmente por artigos de revistas, apostilas, teses e relatórios de pesquisas, os Centros de Informação especializam-se em tais publicações. Após as informações terem

sido coletadas são as mesmas preparadas para disseminação. Esta preparação compreende a indexação, a criação de MRF e a microfilmagem. Indexação é a operação na qual um especialista no assunto identifica a publicação por um conjunto de palavras-chave, constantes de um dicionário controlado, caracterizando perfeitamente seu conteúdo.

A criação de MRF ou "machine readable form" é a operação na qual transcreve-se para meio magnético o título da publicação, palavras-chave, resumo e outras informações relativas a técnicas bibliográficas.

Através da microfilmagem a íntegra da publicação é reproduzida em microfimes e/ou microfichas (ver foto nº 1).

Por outro lado os usuários dos Centros de Informações cadastram-se identificando sua área de interesse por meio das mesmas palavras-chave utilizadas na indexação das informações.

Obedecendo uma certa periodicidade, quinzenalmente por exemplo, os Centros de Informação produzem ou recebem de outros Centros um lote de informações. Este lote, sob forma de fitas magnéticas e microfimes é incorporado ao acervo.

As atividades mais características dos Centros são a disseminação seletiva de informações, ou SDI, e a busca retrospectiva, ou RS.

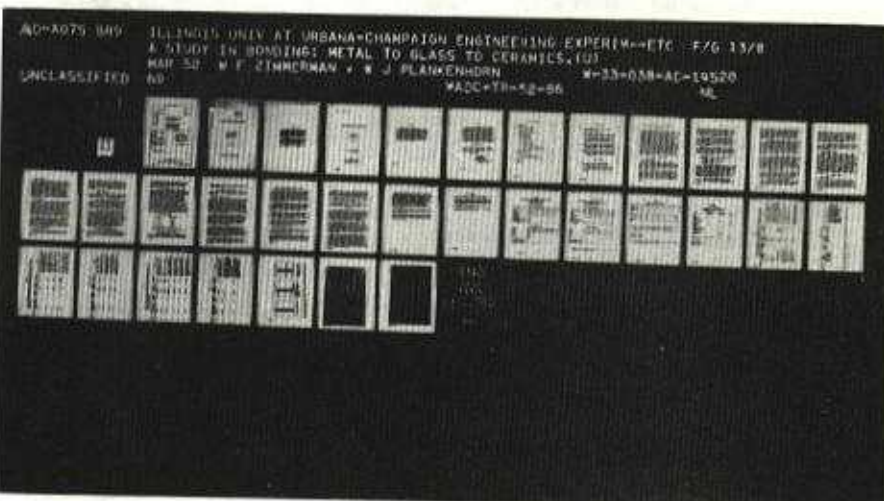
A atividade de SDI consiste em, através de técnicas da teoria dos conjuntos nebulosos, comparar os perfis das publicações de um lote com os perfis dos usuários, via co-

incidência de palavras-chave. Todas as publicações consideradas relevantes para cada usuário tem sua identificação, resumo e indicadores de opção transcritos em uma folha de um documento apelidado de sanfona. As opções consistem em manifestar seu grau de interesse naquela informação em particular e sua intenção de solicitar a reprodução da íntegra do documento e, caso positivo, qual o meio solicitado: papel ou microficha. Ao receber a sanfona o usuário deve assinalar os indicadores de opção e, devolvendo-os ao Centro solicitando, se for o caso, as reproduções, permitir o processo computacional de permanente atualização do perfil de interesse do usuário detectando inclusive suas migrações de área de interesse (ver fotos nºs 2 e 3).

Ao contrário da atividade sistemática e periódica de SDI, a atividade de RS caracteriza-se por sua

eventualidade. Quando determinado usuário necessita não de uma constante atualização de conhecimento e sim uma pesquisa profunda em determinado assunto, faz uma consulta iterativa a todo o acervo do Centro de Informações. Isto geralmente é feito utilizando um terminal de vídeo-teclado e a consulta vai sendo ampliada ou restringida até a perfeita caracterização das publicações desejadas. Em um tempo razoável (dois a três dias) o usuário receberá as microfichas das informações por ele eleitas (ver foto nº 4).

A partir de 1979 o Exército vem implantando o Centro de Informações Científico-Tecnológicas — CICT. Presentemente o CICT está operando com informações adquiridas do National Technical Information Service, órgão do Departamento de Comércio Norte-Americano, e está em fase de implantação.



Microficha



Sanfona (Verso)

[illegible]

Solicitação de RS

YOL-86 NLP-20 29/12/82 0001-1

001762 (098) 525 N09-26 22/1
PC A34/MF A11122 Comp. Houston, TX. *National Aeronautics
and Space Administration. Washington, DC. Some Queuing
Network Models of Computer Systems. Baradon, E. S. Mar 60,
560. *NASA-CN-108661. *MO-7. DISC 1155. *Cardolatura,
*Computer system programs. *Queuing theory. *Priorities.
*But processes. *Statistics (Mathematics). *Response time
(Computers). IDENTIFIADORS: A11122

RESUME: Queueing network models of a computer system operating with a single workload type are presented. Program algorithms are adapted for use on the Ixus Instruments SK-62 programmable calculator, by slightly altering the algorithm to process the G and Z matrices row by row instead of column by column, six devices and an unlimited job/terminal population could be handled on the SK-62. Techniques are also introduced for handling a simple load dependent server and for studying interactive systems with fixed multiprogramming limits.

A descrição que se segue reflete a situação da Informática na Área de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento no Exército brasileiro.

TECNOLOGIAS AFINS À INFORMÁTICA

Componentes eletrônicos

O Instituto Militar de Engenharia e o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento têm desenvolvido pesquisas nas seguintes áreas:

- Fabricação de filmes finos de materiais semicondutores, estudo de suas estruturas e suas propriedades e utilização na fabricação de componentes eletrônicos.

- Estudo de materiais de contato para semicondutores, fabricação de camadas múltiplas e estudo de interdifusão e formação de fases com finalidade de obtenção de contatos duráveis e confiáveis.

- Desenvolvimento de dispositivos afins, fabricação de sanduíches de camadas transparentes e condutoras para mostradores de cristais líquidos.

Eletrônica e dispositivos

O Instituto Militar de Engenharia e o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento têm desenvolvido pesquisas nas seguintes áreas:

- Laser e telemetria.
- Microprocessadores para equipamentos dedicados.
- Controlador de tiro para artilharia de costa.
- Infravermelho e visão noturna.

"Software"

O Instituto Militar de Engenharia tem desenvolvido pesquisas nos seguintes tópicos:

- Compilador BASIC para computadores nacionais.

- Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados, para computadores nacionais.

- Sistemas criptográficos algébricos, aditivos e de chave pública e o Padrão de Codificação de Dados norte-americano.

- Sistema para recuperação de informações.

"Hardware" e "Software"

O Instituto Militar de Engenharia tem desenvolvido pesquisas na área de reconhecimento automático de voz.

Microfilmagem

O Centro de Informações Científico-Tecnológicas dispõe de completa aparelhagem reprográfica compreendendo:

- microfilmagem;
- reprodução de microfichas e microfilmes;
- enjaquetamento e reprodução em papel (ver fotos n^{os} 5 a 9).

TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO: O SIPRODEP

Generalidades

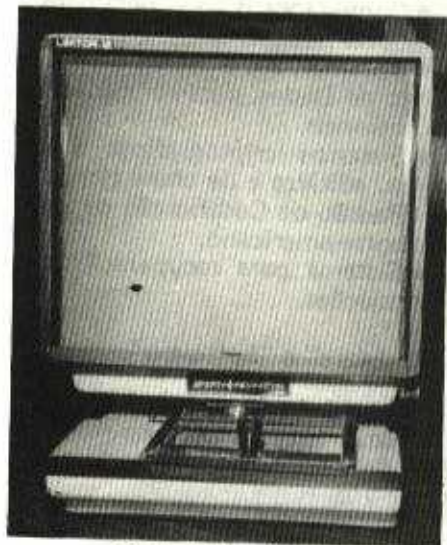
O Departamento de Ensino e Pesquisa está implantando dois Projetos de Pesquisa que se entrelaçam no tratamento de informa-

ções: o Sistema de Processamento de Dados para o Ensino e a Pesquisa (SIPRODEP) e o Centro de Informações Científico-Tecnológicas (CICT).

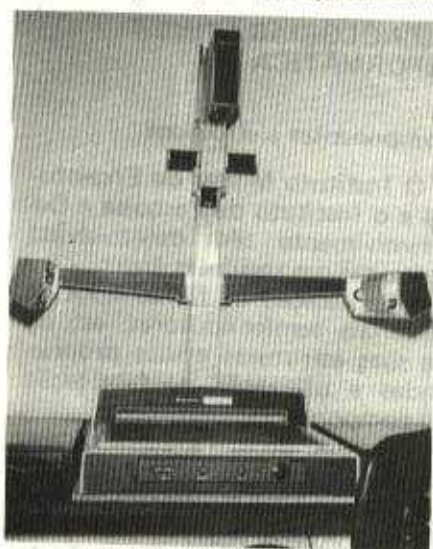
Missões do SIPRODEP

As missões principais do SIPRODEP são as seguintes:

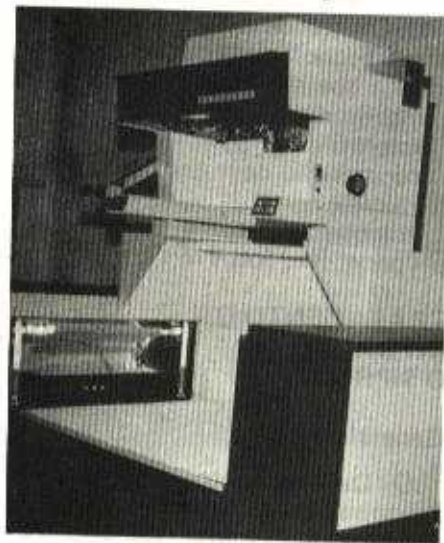
- Fornecer capacidade e suporte de computação à pesquisa Cien-



Leitora de Microfilmagem



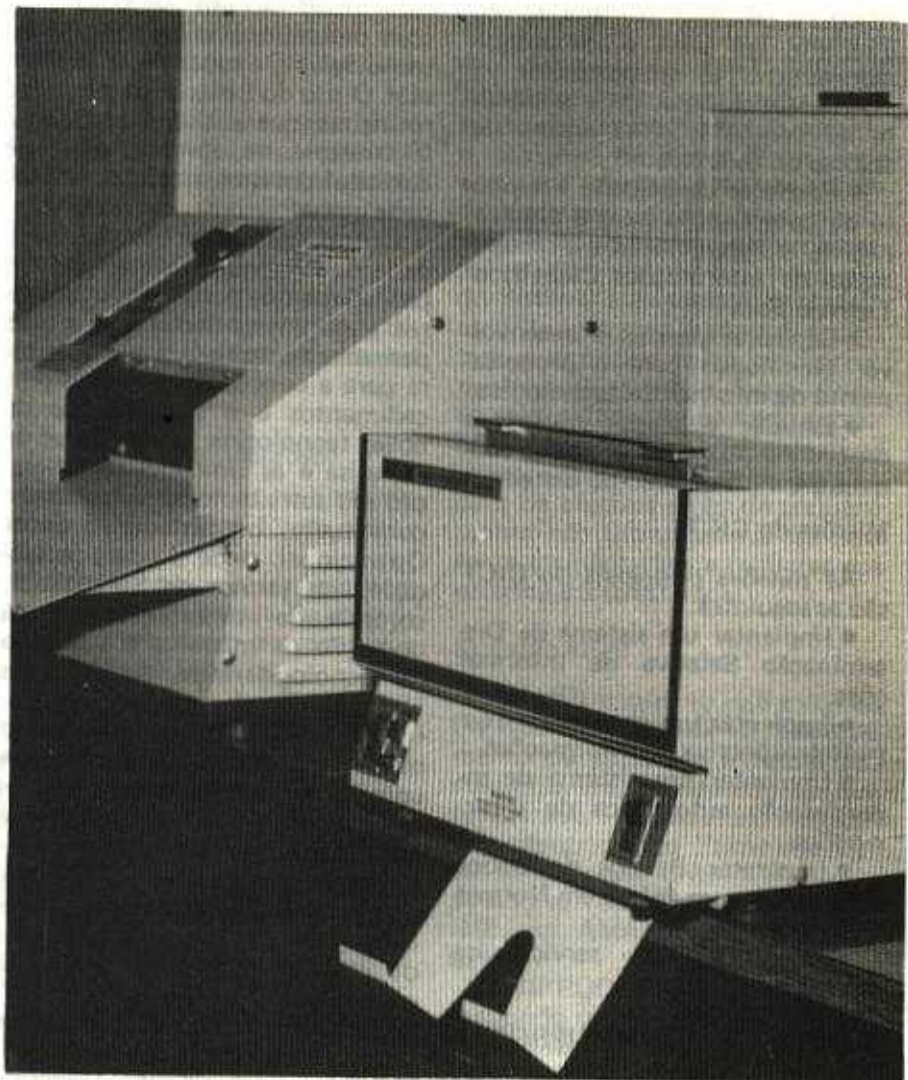
Microfilmadora Planetária



Microfilmadora de Documentos



Inseridor de Jaqueta



Conjunto Duplicador e Processador

tífico-Tecnológica no âmbito do Exército, em geral, e aos pesquisadores do CTEX em particular.

- Fornecer capacidade e suporte de computação ao ensino no âmbito do Exército.

- Fornecer capacidade e suporte de computação para a armazenagem, a disseminação e a recuperação de informações Científico-Tecnológicas.

- Capacitar pessoal e desenvolver tecnologias para o processamento de informática tecnológica.

- Estudar e propor normas e procedimentos para o aperfeiçoamento e a otimização do Sistema.

Missões do CICT

As missões principais do CICT são as seguintes:

- Implantar um sistema de Disseminação Seletiva de Informações.

- Implantar um sistema de Busca Retrospectiva de Informações.

- Implantar um sistema de incorporação automática de informações.

- Implantar Bancos de Dados Gerenciais, com ênfase em Normas Técnicas.

- Implantar um serviço de apoio bibliográfico.

Estrutura funcional do SIPRODEP

A estrutura funcional do SIPRODEP compreende:

- Unidades de Pesquisa;
- Unidades de Operação;
- Unidades Usuárias.

O SIPRODEP é um Sistema peculiar, de apoio ao ensino e a pesquisa, contexto em que, entre as

suas atividades-fim, se posiciona, com destaque, a criação de novas tecnologias e a capacitação de pessoal. O uso do Sistema para tarefas rotineiras, das quais um exemplo é o controle da aprendizagem, se constitui em uma fração da finalidade global.

Outras manifestações da finalidade do Sistema são o apoio, em procedimento, a trabalhos pioneiros e originais, bem como o uso permanente de toda a sua estrutura para a concepção de novos procedimentos e a consolidação de novas tecnologias. As Unidades de Pesquisa e as Unidades de Operação são estreitamente vinculadas e constituem, no Sistema, o Setor Operacional, onde a operacionalidade, em termos de SIPRODEP, compreende simultaneamente a operação de máquina e a criação de tecnologias afins. As Unidades Usuárias não abrangem a totalidade dos utilizadores já que, tendo em vista a vinculação do Sistema com a pesquisa, uma considerável fração dos elementos apoiados é constituída por pesquisadores individuais, desprovidos dos necessários programas de máquina, e necessitando do apoio de Unidades de Pesquisa para poder levá-los à consecução.

Tidas em conta as observações precedentes são as seguintes atribuições principais das Unidades supramencionadas:

a) Unidades de Pesquisa:

analisar problemas e desenvolver programas para os procedimentos específicos da informática tecnológica;

prestar apoio técnico em análise e programação aos projetos a cargo do DEP e de suas OM subordinadas;

prestar apoio técnico em análise e programação aos problemas específicos que se apresentarem aos pesquisadores individuais, do CTEx;

treinar pessoal em análise e programação, para uso próprio do Sistema e para apoio aos encargos didáticos de OM subordinadas ao DEP.

b) Unidades de Operação:

operar e manter os equipamentos de PD que lhes forem distribuídos;

executar os processamentos, providos de programas de máquina, que lhes forem apresentados pelas Unidades Usuárias;

processar as rotinas de informática tecnológica para o Centro de Informações Científico-Tecnológicas do CTEx (CICT);

prestar apoio aos pesquisadores individuais na otimização e no processamento dos seus programas de máquinas;

executar atividades técnicas de processamento de dados necessárias ao seu próprio funcionamento.

As Unidades Usuárias são Organizações Militares, ou frações de Organizações Militares, não necessariamente subordinadas ao DEP, cujos encargos, rotineiros ou temporários, necessitam de apoios de processamento ou de pesquisa, específicos das atribuições do SIPRODEP.

Uma particularidade do SIPRODEP é que seus usuários são, fundamentalmente, militares isolados e não Organizações Militares, carecendo assim de sentido o conceito de Sistemas Usuários com sua conseqüente atribuição de responsabilidades administrativas tal como ocorre no processamento administrativo. A produção do Sistema é essencialmente analisada, programada, preparada, digitada e expedida pelos instrutores, professores, pesquisadores, monitores e alunos dispensando a criação de estruturas administrativas independentes. Eventuais ampliações de efetivos serão de pequena monta não ultrapassando 65 (sessenta e cinco) civis e militares nos próximos 3 (três) anos.

Situação atual

Anteriormente ao advento do SIPRODEP, possuía o Departamento de Ensino e Pesquisa um conjunto de computadores que funcionavam apenas em "batch" não comportando "time-sharing" ou teleprocessamento. Estes computadores estavam situados no IME, na AMAN, na EsI E e no CPm.

O SIPRODEP está nascendo sobrepondo um Sistema baseado em "time-sharing" e teleprocessamento ao Sistema anterior.

Presentemente estão fisicamente conectados ao novo Sistema o CTEx, o IME, a ECEME, o IPD e o CICT.

Em 1982 deverão ser transformados em enlaces físicos os elos sistêmicos conectando ao Sistema

o Estado-Maior do Exército, a Chefia do Departamento de Ensino e Pesquisa, a Escola de Instrução Especializada e a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ver fotos n.ºs 10 a 14).

PERSPECTIVAS

O Brasil está adotando uma nova postura em relação à Informática tendo criado uma Secretaria Especial de Informática, subordinada ao Conselho de Segurança Nacional, em outubro de 1979.

O Ministério do Exército tem dedicado um vivo empenho às atividades de Informática no âmbito da Força, facilitando as medidas administrativas básicas para um enfoque globalizado do tema.

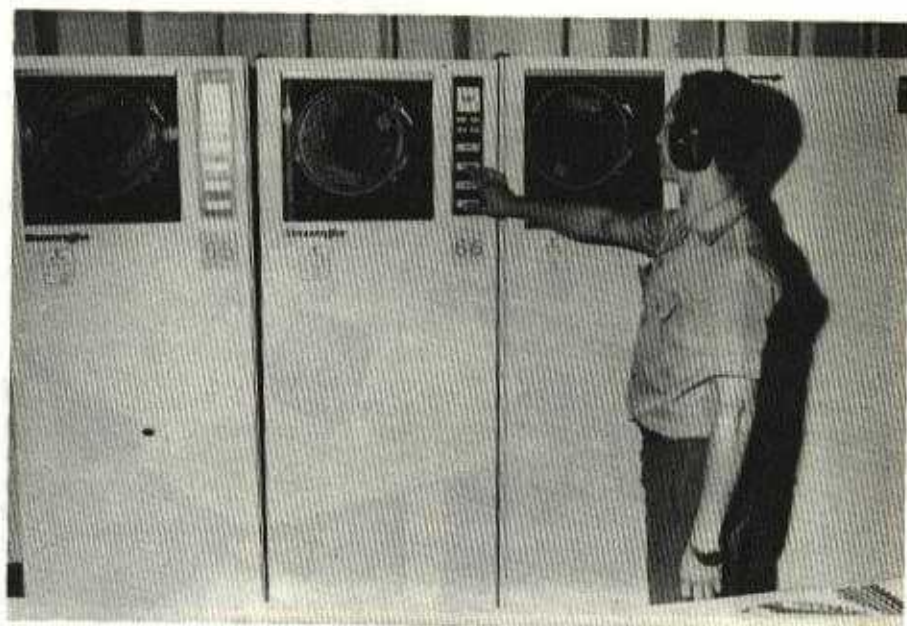
As organizações militares do Departamento de Ensino e Pesqui-

sa estão formando profissionais da área de Informática em todos os níveis, da digitação até o Mestrado, não tendo problema algum em atender às necessidades de formação de recursos humanos no Exército.

O SIPRODEP e o CICT estão em acelerada expansão. São projetos de alto gabarito colocando mais uma vez o Exército em posição de destaque no cenário científico-tecnológico nacional. Há planos diretores perfeitamente detalhados, os equipamentos instalados e por instalar são suficientes e adequados e os recursos financeiros atuais são satisfatórios. O único elo vulnerável do Sistema, que de resto não é característico apenas do SIPRODEP, é o pequeno número de militares com suficiente capacitação técnica.



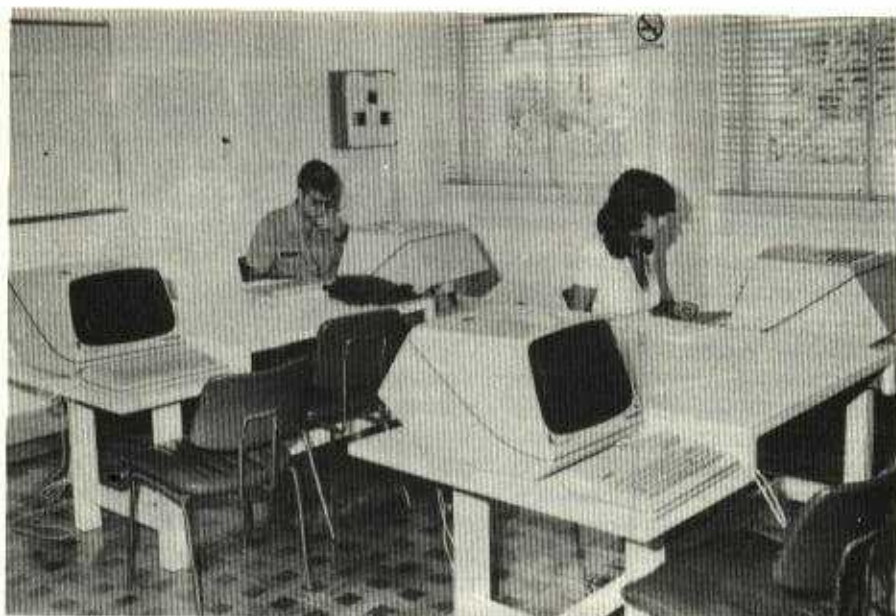
Vista Geral da Sala de Operação (Unidade Operacional 01)



Fitas Magnéticas (Unidade Operacional 01)



Discos Magnéticos (Unidade Operacional 01)



Sala de Time-Sharing (Unidade Operacional 01)



Console de Operação (Unidade Operacional 01)

Bibliografia

BRAINERD, Walther S. e LANDWEBER, Laurence H. — *Theory of Computation*. John Wiley & Sons. New York, 1974.

DEAVOURS, C. A. e REEDS, James — *The enigma: Historical perspectives*. Cryptologia 1 — páginas 381-391. Albion, 1979.

WIRTH, Niklaus — *Programação Sistemática*. Editora Campus. Rio de Janeiro, 1978.

SHANNON, Claude E. — *A Mathematical Theory of Communication*. Bell System Technical Journal 27 — páginas 379-423, 623-656, 1948.

HAMMING, Richard W. — *Error Detecting and Error Coding Codes*. Bell System Technical Journal 29 — páginas 147-160, 1950.

HAMMING, Richard W. — *Coding and Information Theory*. Prentice Hall, Inc. — Englewood Cliffs, New Jersey, 1980.

NORA, Simon e MINC, Alain — *L'informatization de la société*. Relatório do Inspetor Geral das Finanças ao Presidente da República Francesa. Paris, 1978.

MARTIN, James — *Computer networks and distributed processing: software, techniques, architecture*. Prentice-Hall, Inc. — Englewood Cliffs, New Jersey, 1981.



Ten Cel Inhaúma Neves Ferraz foi declarado Aspirante a Oficial da Arma de Engenharia em 1961. Em 1967 formou-se Engenheiro de Construção no Instituto Militar de Engenharia. É licenciado em Matemática pela Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestre em Ciências em Engenharia Mecânica pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá, Mestre em Engenharia de Sistemas (Informática) pelo Instituto Militar de Engenharia e está em tese de doutoramento pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica. É Oficial do Quadro de Engenheiros Militares estando comissionado como Professor do Instituto Militar de Engenharia. Atualmente leciona Estruturas de Informação e chefia o Centro de Processamento de Dados do Instituto Militar de Engenharia.



O EXÉRCITO E O ENSINO SUPERIOR MILITAR NO BRASIL

Eurico Antônio C. M. Sales Grade

INTRODUÇÃO

A entrada da baía de Guanabara destacam-se, pelo lado sul, os morros Cara de Cão e Pão de Açúcar, este um dos cartões de visita da "cidade maravilhosa" que é a antiga capital do Brasil.

Terá sido no Cara de Cão que se estabeleceram os primeiros portugueses, cerca de 1501, e foi aí que mais tarde Estácio de Sá lançou os fundamentos da povoação de S. Sebastião do Rio de Janeiro. É hoje área militar. Um grupo de arti-

lharia de costa sedia-se em antigo forte por nós construído, em instalações muito bem conservadas e restauradas. Prolongando-se em direção ao Pão de Açúcar até beijar a pequena praia da Urca o Forte de S. João abriga igualmente as modernas instalações da Escola Superior de Guerra e da Escola de Educação Física do Exército.

Do outro lado do Pão de Açúcar, a umas centenas de metros em linha reta, mas a cerca de 2 km utilizando qualquer via de acesso terrestre — pois a ligação faz-se através do bairro da Urca, uma das zo-

N. D. — O Autor frequentou o 2º Ano do Curso de Comando e Estado-Maior da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército do Brasil, no período de 02 Fev 81 a 11 Dez 81, com a menção "MUITO BEM". O Exército Brasileiro conferiu-lhe o prêmio "Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, "pela dedicação ao estudo e destacado desempenho". No julgamento pelo ECEME das monografias do ano letivo de 1981, a que elaborou sobre o tema "O Exército Português Após a Revolução de 25 de Abril" foi considerada "o melhor trabalho apresentado.



Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

nas mais belas, sossegadas e aprazíveis do Rio, e assim escolhida para residência por algumas celebridades, como, por exemplo, Roberto Carlos — encontra-se a Praia Vermelha.

Local, outrora, de uma praça fortificada dos tempos coloniais, de que ainda restam muralhas, ameias e canhões e sede, em tempos mais recentes, de um quartel tristemente célebre — palco da sangrenta revolta dos sargentos, nos anos trinta — é na Praia Vermelha que se encontram, em edifícios de construção recente, três dos mais importantes estabeleci-

mentos de ensino superior militar: a Escola de Guerra Naval (equivalente ao nosso Instituto Superior Naval de Guerra), o Instituto Militar de Engenharia e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, ou ECEME, como é vulgarmente conhecida.

Desde os últimos anos da década de 60 que oficiais portugueses têm freqüentado na ECEME o Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM), com breve interrupção entre 75 e 77, à semelhança de oficiais de outros países europeus, da América do Norte, Central e do

Sul e até do Extremo-Oriente (Coreia do Sul).

Um bom curso é importante para a carreira do oficial brasileiro. Não só seria beneficiado em termos de futura colocação, como se lhe abrem perspectivas favoráveis no acesso a oficial general: é este o último curso curricular e elevada classificação é, não diríamos decisiva, mas certamente indispensável para ganhar as almeçadas estrelas.

O português cursa apenas o 2º e último ano do CCEM. Oficialmente considerado como ONA, "oficial de nação amiga", goza dos privilégios que a Escola proporciona aos estrangeiros e no dia-a-dia é tratado como compatriota pelos professores e companheiros de turma. Não é propriamente "mais um", mas é "aquele" que veio do lado de lá do Atlântico, tal como pelo menos um antepassado — mais ou menos remoto — da maioria. É rodeado de atenções e de um carinho especial que o fazem sentir-se entre os seus e, mais tarde, recordar com muita saudade o brevíssimo ano de curso.

Durante esse ano há oportunidade de conhecer um pouco o Brasil (ou um pouco dos diversos Brasis de um único Brasil?) e o seu Exército.

Pareceu-nos ter interesse transmitir algo do que pudemos observar durante a permanência no país irmão, especialmente no que respeita ao Exército e particularmente ao curso que frequentamos. É o que nos propomos fazer em dois artigos da "Revista Militar".

Neste primeiro, procuraremos traçar uma panorâmica das Forças

Terrestres brasileiras, necessariamente breve, e do seu esquema de ensino no que respeita a oficiais.

Em próximo artigo abordaremos a posição da ECEME e particularizaremos o Curso de Comando e Estado-Maior.

O EXÉRCITO BRASILEIRO

Um pouco de história

Formalmente legalizado em 1824, o Exército brasileiro teve como primeira missão constitucional, atribuída pela Carta de 25 de Março de 1824, "sustentar a independência e a integridade do Império, defendendo-o contra os inimigos externos e internos".

Porém, o seu verdadeiro nascimento ocorreu quase dois séculos antes, tendo por berço as martirizadas terras do Nordeste: Guararapes, finais do segundo quartel do século XVII. Aí vamos encontrar, lado a lado, brancos, índios e pretos, de armas na mão, lutando bravamente contra o invasor holandês. Coragem, espírito de sacrifício e harmoniosas relações pluriraciais são características que já se destacam e que se têm mantido, ao longo dos tempos na tradição do Exército brasileiro. Nesses tempos, a contribuição da Metrópole, além do envio de unidades de tropa regular, era patente na organização militar, na engenharia e na cartografia. Ainda hoje ela é recordada e elogiada, nomeadamente quando se referem as fortificações edificadas em locais tão distantes, inóspitos e de difícil acesso como são o Forte Príncipe da Beira, as

fortificações do Amazonas ou a Fortaleza de S. José de Macapá. Durante a minha estadia foram numerosas as vezes em que camaradas brasileiros louvaram, espontânea e sinceramente, não só as obras deixadas pelos nossos antepassados, como também o conceito estratégico que presidiu à sua implantação.

Entre as variadíssimas ocasiões em que o Exército prestou assinaláveis serviços à Pátria poderemos destacar a sua ação durante as lutas civis (1831-48), nas guerras com o Paraguai (1864-70) e a influência decisiva que teve, tanto na implantação da República, como posteriormente para que ela se firmasse (1893-95).

A presença da Missão Militar Francesa (1920-38) corresponde a um período de reformulação da doutrina, de reorganização estrutural e de formação de quadros.

Depois, é a segunda guerra mundial e a honrosa presença da Força Expedicionária Brasileira, sob o comando de Mascarenhas de Moraes, nos campos de batalha da Itália, gerando novo fluxo renovador

com conseqüências na doutrina, na organização e no equipamento do Exército.

A revolução de 31 de Março de 1964 tem no Exército a sua mola inspiradora, talvez por ele ser uma das instituições mais características e representativas do povo brasileiro, procurando refletir a alma da nacionalidade e as suas aspirações mais autênticas.

Hoje, a Constituição Federal define o Exército como "instituição nacional, permanente e regular, organizada com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei, destinada a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem".

Organização

O Exército é superiormente dirigido pelo Ministro do Exército, subordinado diretamente ao Presidente da República (e Comandante Supremo das Forças Armadas).

Organiza-se, esquematicamente, da seguinte forma:



A atuação do Exército caracteriza-se por três tipos de atividades:

— *atividades-fim*, representadas pelo cumprimento das diferentes missões de caráter operacional, sempre que seja necessária a sua ação;

— *atividades-meio*, visando prepará-lo e dotá-lo de uma organiza-

ção para o cumprimento das suas finalidades;

— *atividades-complementares*, através das quais colabora nas tarefas ligadas ao desenvolvimento nacional.

As *atividades-fim* são exercidas pelas *Forças Terrestres*, atualmente estruturadas em 4 Exércitos e 2 Comandos Militares de Área.



Administrativamente, as FT são apoiadas por Regiões Militares, englobando um ou mais Estados da Federação, as quais, por sua vez, se subordinam a um Exército ou Comando Militar.

O I Exército tem o QG no Rio de Janeiro e compreende duas Regiões Militares; o mesmo número têm os II e III Exércitos, com sede em S. Paulo e Porto Alegre, respectivamente. O IV Exército tem o comando no Recife, abrange três Regiões Militares e ainda o território de Fernando de Noronha. O Comando Militar da Amazônia, com o QG em Manaus, é o de maior área e tem duas Regiões Militares, enquanto o do Planalto apenas tem uma, sendo a sua sede na capital federal.

Tem sido muito ampla, diríamos mesmo gigantesca, a ação do Exército no apoio ao desenvolvimento nacional, a qual tem tradições que antecedem em muito a data da independência.

"O Exército não construía apenas os quartéis, as casas de pólvora e as fortalezas. Também eram obra dos seus engenheiros as estradas, os palácios, as igrejas, os charizes, os aquedutos, como, de um modo geral, as edificações imprescindíveis à implantação das cidades"¹.

A ação do Exército faz-se sentir em vários campos sendo, talvez, hoje os mais beneficiados os da construção de estradas e linhas de caminho de ferro. É uma verdadeira atividade pioneira — excelente

continuadora da dos bravos que séculos atrás rasgaram o continente, penetrando do mar em direção ao desconhecido — e indispensável ao progresso das regiões interiores, nomeadamente da Amazônia.

Também nas tarefas de colonização de áreas fronteiriças, na cartografia, na formação de especialistas em educação física e até no surto de desenvolvimento industrial se faz sentir a ação do Exército.

Quanto às atividades-meio, referir-nos-emos mais adiante quando abordarmos a problemática do ensino militar.

São cinco as Armas: Infantaria, Artilharia, Cavalaria, Engenharia² e Comunicações.

Já nos serviços vamos encontrar diferenças relativamente ao nosso Exército: Intendência, Saúde, Veterinária e Assistência Religiosa.

Integram ainda o Exército:

— O quadro de Engenheiros militares², aos quais compete a execução de diferentes atividades de ensino e pesquisa científico-tecnológica e de obtenção e produção dos meios materiais indispensáveis ao equipamento;

— O quadro de Material Bélico, destinado à realização de atividades ligadas ao abastecimento e manutenção de viaturas, de armamento e de munições;

— O magistério do Exército, que se encarrega dos diferentes níveis de ensino nas Escolas Militares;

2. Os oficiais de engenharia saídos da AMAN são saperadores. O engenheiro militar é o que conclui com aproveitamento o curso do IME.

1. "O Exército Brasileiro", general Lyra Tavares.

— Os quadros de oficiais de administração e de oficiais especialistas, formados por capitães e subalternos oriundos, por sua vez, do quadro de subtenentes e sargentos.

Estão atualmente em serviço efetivo mais de 180 mil homens — enquanto que a Marinha e a Aeronáutica possuem, cada uma, cerca de 50 mil — dos quais 132 mil são praças, 35.500 são subtenentes e sargentos e pouco mais de 15 mil são oficiais.

Os oficiais são:

— 11 generais de Exército (das Armas)

— 37 generais de Divisão (32 das Armas, 3 Engenheiros, 1 médico e 1 de intendência)

— 83 generais de Brigada

— 9600 outros oficiais dos quadros permanentes

— 3000 do quadro auxiliar de oficiais

— 2500 oficiais da Reserva (o equivalente aos oficiais do complemento do nosso Exército).

O serviço militar obrigatório cumpre-se aos 18 anos e dura 12 meses.

Cerca de metade das praças ao serviço estão em SMO, enquanto as outras constituem o que se chama o "núcleo base", que é um misto dos nossos sistemas de readmitidos e contratados, compreendendo os especialistas de mais demorada ou mais cara formação e ainda os conscritos que se destacaram e pretenderam continuar nas fileiras.

Por aquilo que me foi dado apreciar, é grande a preocupação com a instrução, quer individual,

quer de unidades constituídas, mantendo-se quase permanentemente em atividades fora dos quartéis parte importante do efetivo.

O Estado-Maior do Exército tem composição e funcionamento bastante diferentes do seu homónimo português. Divide-se em cinco subchefias, articuladas em seções. A primeira, a subchefia Executiva, encarrega-se daquilo que poderíamos chamar o dia-a-dia da Organização, exigindo planeamento e execução a curto prazo. As suas cinco seções são: "Pessoal", "Informações", "Ensino e Instrução", "Logística" e "Assuntos Cívicos e Operações Psicológicas".

A designação de segunda subchefia define-a: "Planeamento Operacional". Tem três seções: "Operações", "Apoio Administrativo" e "Mobilização".

As outras três subchefias tratam dos outros assuntos, como planeamento estrutural, doutrina e pesquisa, etc.

O ENSINO MILITAR: A CARREIRA DO OFICIAL

A cúpula do ensino militar centraliza-se no Departamento de Ensino e Pesquisa, um dos órgãos de direção setorial do Ministério. A ele se subordinam cinco Direções:

— de Formação e Aperfeiçoamento

— de Especialização e Extensão

— de Pesquisa e Ensino Técnico

— de Ensino Preparatório e Assistencial

— de Assuntos Especiais e de Educação Física e Desportos.

É na Direção de Formação e Aperfeiçoamento que vamos encontrar a linha formativa dos futuros chefes militares: Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) + Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) + Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Dela também dependem os Centros de Preparação de Oficiais da Reserva e a Escola de Sargentos das Armas (equivalente à nossa Escola de Sargentos do Exército, mas destinada apenas aos "combatentes").

Das outras Direções, consoante as finalidades, dependem as outras Escolas, como a Escola de Saúde do Exército e a Escola Veterinária — as quais, embora fundamentalmente vocacionadas para a especialização, também têm por missão o formar os oficiais médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários de que o Exército necessita — os Colégios Militares, a Escola Preparatória de Cadetes, a Escola de Educação Física, as Escolas de Instrução Especializada, etc.

A Escola Preparatória de Cadetes, localizada na bela cidade de Campinas, a cerca de 100 km de S. Paulo, tem por principal finalidade preparar o futuro aluno da AMAN. O curso é de 3 anos — correspondentes aos últimos do liceu — incluindo, além da parte cultural, instrução militar. O aluno nada paga, recebe fardamento e um pequeno soldo. Concluído o curso, se quiser concorrer à AMAN, o que sucede à maioria, é dispensado das provas culturais do exame de admissão.

A AMAN tem por missão formar oficiais subalternos e iniciar a preparação do capitão e do instrutor.

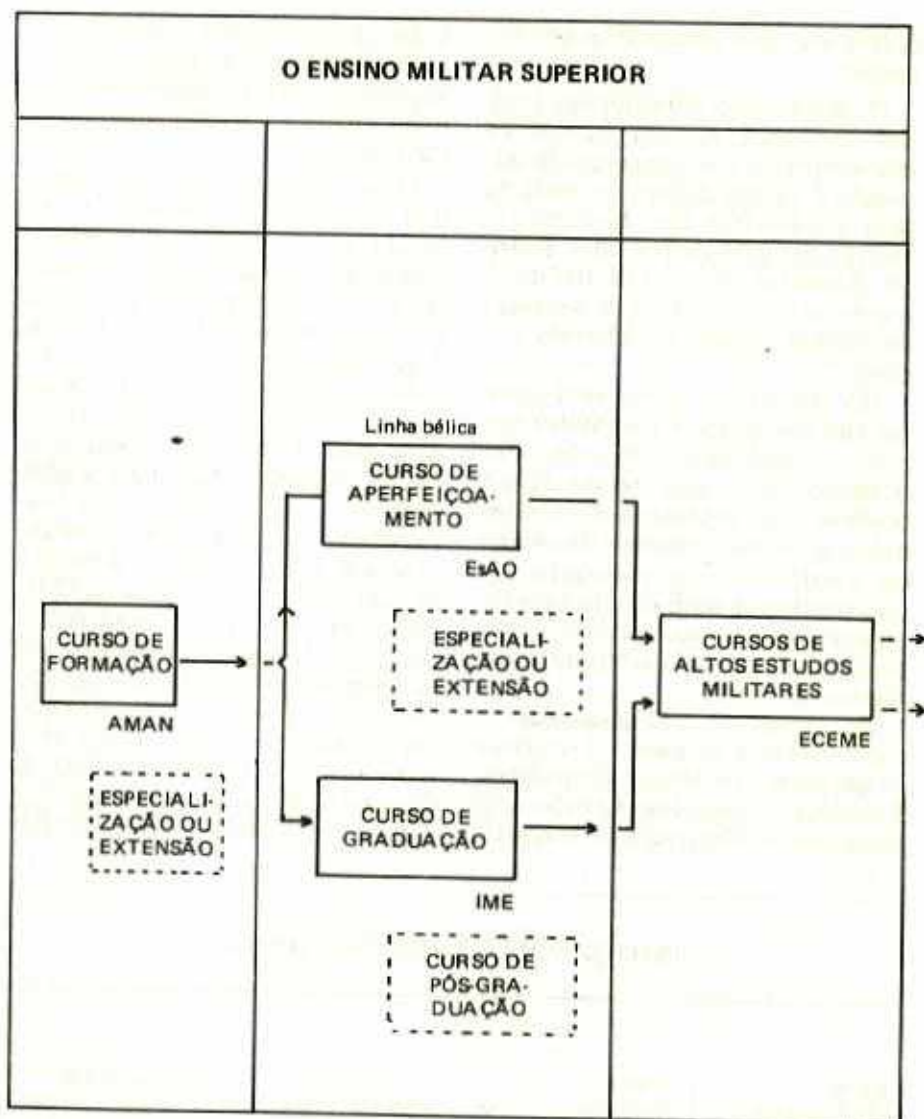
Além dos cadetes, podem concorrer os jovens com o curso científico completo (12º ano de escolaridade), os quais são submetidos a rigorosos exames médicos, psicológicos, de provas físicas e culturais. Os candidatos são em número elevadíssimo.

Os cursos são de quatro anos, dois comuns (curso básico) e dois da respectiva Arma ou Serviço. Da AMAN saem os quadros permanentes das cinco Armas, do Material Bélico e de Intendência.

Gostaria de destacar a importância que se dá à preparação científica do instrutor: a AMAN não se preocupa em iniciar a formação de generais ou oficiais superiores; para isso haverá, em tempo oportuno, a frequência de outras Escolas. Mas ensinar a ser instrutor é considerado fundamental. E não será na instrução que o oficial aplicará a maior parte do seu tempo, especialmente no início da carreira?

Nesse dealbar da carreira, o jovem oficial frequenta cursos de especialização ou de extensão (operações na selva, educação física, equitação, técnicos de material, artilharia antiaérea, artilharia de costa, guerra química, estudos de pessoal, etc.).

Passados alguns anos da sua promoção a capitão defronta-se com a grande opção da carreira: ou segue a linha científico-técnica ou a linha bélica.



A linha científico-técnica destina-se a formar os engenheiros que o Exército necessita: armamento, comunicações, eletrotécnicos, químicos, civis, geógrafos, mecânicos.

Ao Instituto Militar de Engenharia (IME) podem concorrer não só os oficiais do Exército oriundos de quaisquer cursos da Academia Militar, como também

praças ou civis nacionais e estrangeiros.

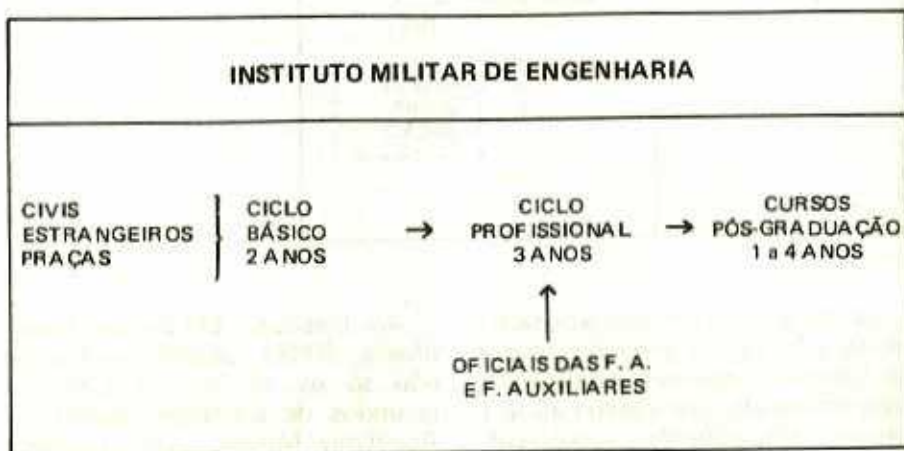
O Instituto é considerado uma das melhores escolas superiores das Américas e o concurso de admissão é muito disputado, pois os seus engenheiros têm fácil aceitação no mercado de trabalho. Entre os discentes contam-se habitualmente oficiais das Forças Armadas de outros países da América Latina.

No tempo do curso, os finalistas são obrigados a apresentar um projeto, por especialização, em trabalho de grupo, tendo como objetivo um problema de caráter nacional e de interesse industrial ou científico. É o momento em que os oficiais do Exército deixam de pertencer ao seu quadro de origem para ingressarem no de engenheiros militares.

Os cursos de pós-graduação — para militares ou civis — incluem a Engenharia Nuclear, Engenharia Eletrônica, Química, Ciência dos Materiais e Matemática Aplicada.

Visam a melhoria da formação técnico-científica, a preparação e aperfeiçoamento de professores de nível superior e o desenvolvimento da investigação.

O aperfeiçoamento dos oficiais que optam pela *linha bélica* é realizado na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), situada na Vila Militar, em um dos extremos da cidade do Rio de Janeiro. Tive oportunidade de visitar a Escola e além da noção de eficiência e de sentido de profissionalismo que ressalta de todas as suas atividades, também me impressionou bastante — e ainda a tenho bem presente! — a diferença de temperatura que se sentia. Nessa manhã, ao sairmos (os ONA) da ECEME, junto ao mar, o termômetro rondava os 30 graus e corria uma brisa bem agradável; na EsAO estavam mais de 40 graus e não se sentia a mais leve aragem... É a zona mais quente do Rio, afastada do Oceano e da baía, perto do atual campo de futebol do popular Bo-



tafogo, nascido no bairro do mesmo nome, a escassas centenas de metros da ECEME.

Os cursos da EsAO duram um ano letivo, o qual vai de Fevereiro a Dezembro, são freqüentados por capitães das Armas, de Intendência e médicos e têm uma parte comum e outra específica de cada quatro. Transmitem a bagagem necessária para o exercício de cargos e funções de estado-maior e de comando e chefia de pequenas unidades e de órgãos de serviços.

A nomeação para os cursos faz-se segundo as "turmas" de saída da AMAN (ou Escola de Saúde do Exército, no caso dos médicos).

Aprovado na EsAO o oficial reúne as condições mínimas para se habilitar às promoções até coronel e para poder concorrer ao instituto de mais elevado grau de ensino militar: a Escola de Comando e Estado-Maior.

A ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

A ECEME foi criada por decreto de 2 de outubro de 1905. Até à 2ª GM o ensino foi profundamente influenciado pela orientação da Missão Militar Francesa (1920-1938), patente nos métodos de raciocínio e na técnica de planejamento. Posteriormente passou a seguir-se a metodologia norte-americana.

Desde 1940 a Escola está instalada em histórico recanto da zona sul da Guanabara, a praia Vermelha, zona predominantemente militar profundamente encaixada entre três morros.

De um lado, os da Urca e do Pão de Açúcar, no sopé dos quais estão a ECEME e o Edifício Praia Vermelha, de 14 andares, constituído por três blocos de apartamentos, administrado pela 1ª Região Militar e onde habitam muitos dos alunos da ECEME e do Instituto Militar de Engenharia (IME).

Em frente, junto ao morro Babilônia que separa a praia Vermelha da de Copacabana, há o IME e a Escola de Guerra Naval (equivalente ao nosso Instituto Superior Naval de Guerra). Entre ambos, a estação do teleférico para o Pão de Açúcar.

Junto à praia fica o Círculo Militar, ocupando parte de antigo forte português, que nos anos 20 abrigou uma das mais conhecidas e elegantes boîtes do Rio e agora está transformado em centro de convívio de militares. Tem uma direção eleita anualmente e constituída por alunos do 2º ano da ECEME. Incrementa atividades desportivas — há três campos de voleibol, modalidade extremamente popular no Brasil e um pequeno ginásio — atividades culturais — promovendo reuniões e colóquios e organizando periodicamente cursos de extensão cultural destinados às famílias dos militares — atividades educativas e recreativas. O restaurante espraia-se pela esplanada do forte, sobranceira à praia, donde se pode apreciar os navios que demandam o porto, tendo como pano de fundo a costa norte, para lá da vizinha cidade de Niterói.

Missão

Como dissemos anteriormente, a ECEME está na dependência da Direção de Formação e Aperfeiçoamento do Departamento de Ensino e Pesquisa do Ministério.

Tem por missão:

— preparar:

- os oficiais das Armas, para o comando de GU e escalões superiores do Exército, para o exercício de funções privativas de oficial general e para cargos de estado-maior de GU e altos órgãos de administração do Exército;

- os oficiais engenheiros militares, para as funções inerentes a oficial general engenheiro e para as de assessoria de altos órgãos da administração ou de atividades pertinentes à mobilização industrial e ainda de direção de estabelecimentos militares;

- os oficiais dos serviços, para o exercício de funções privativas de oficial general dos serviços e de funções de EM peculiares ao serviço das GU e dos escalões superiores do Exército;

— contribuir para:

- o desenvolvimento e atualização da doutrina militar;

- a atualização de conhecimentos dos oficiais que já possuem o curso de EM;

- a orientação e preparação dos candidatos à matrícula na Escola.

A análise da missão permite detectar algumas diferenças relativamente ao nosso ensino superior militar:

— por um só curso preparam-se os futuros oficiais gerais e os

membros dos EM das grandes unidades;

— embora contendo uma parte comum, o curso das Armas é diferente do dos Serviços e do de Engenharia militar.

Se quanto à primeira diferença podemos encontrar aspectos positivos e outros negativos, estando o saldo muito dependente da orientação que fôr dada ao curso, já quanto à segunda julgamos mais adequada a sistemática brasileira: em caso algum o oficial general médico ou de administração militar necessitará possuir o mesmo grau de conhecimentos táticos que o das Armas; também o oficial dos serviços não estará a ser convenientemente aproveitado quando se lhe ministram os mesmos conhecimentos de EM que ao infante, cavaleiro ou artilheiro.

Organização

O comandante da Escola (general de brigada) e o subcomandante (coronel) são, respectivamente, o diretor e o subdiretor de ensino.

Na sua dependência há:

— órgãos de assessoramento, coordenação e controle:

— conselho de ensino

— estado-maior pessoal do comandante

— divisão de ensino

— divisão de doutrina

— órgãos de apoio:

— divisão de alunos

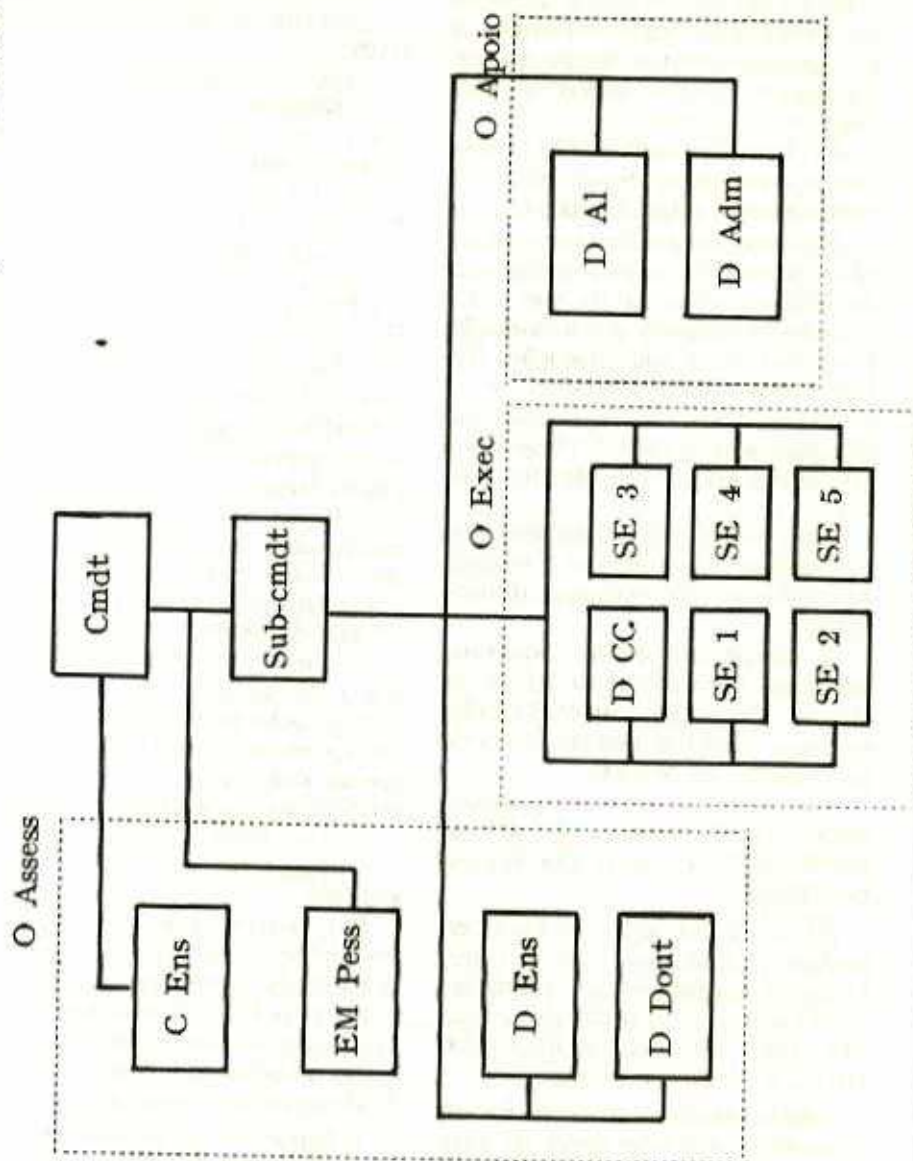
— divisão administrativa

— órgãos de execução do ensino:

— divisão de cursos complementares

— seções de ensino

ORGANIZAÇÃO DA ECEME



O *Conselho de Ensino*, composto pelos diretor e subdiretor de ensino, chefes de divisão e de seção de ensino é o órgão consultivo e de assessoramento direto do comandante. Reúne todos os dias úteis.

As *divisões e seções* são chefiadas por coronéis, dependendo diretamente do subcomandante.

A *divisão de ensino* apoia as seções de ensino quanto a técnicas de ensino e emprego de meios auxiliares, estudando a sua evolução e verificando a sua aplicação. Verifica toda a documentação de ensino, prepara estágios de atualização pedagógica para professores e estabelece os programas dos cursos.

A *divisão de doutrina* elabora os manuais e regulamentos e esclarece as dúvidas de natureza doutrinária.

A *divisão de alunos* funciona fundamentalmente para apoiar os alunos, não só em aspectos escolares mas também nos da sua vida profissional ou privada.

A *divisão de cursos complementares* trata de tudo o que se relaciona com os cursos por correspondência.

As *cinco seções de ensino* respeitam a segurança interna (um), tática de brigada (dois), operações de divisão e de exército de campanha (três), logística (quatro) e extensão profissional (cinco).

Para o funcionamento da Escola o quadro orgânico prevê 93 professores, além do pessoal de apoio (incluindo várias psicólogas) e administrativo.

Os cursos

Na ECEME são ministrados:

- cursos de altos estudos militares
- cursos complementares
- estágios.

Os *cursos de altos estudos* são a razão da existência da ECEME e, como tal, diretamente relacionados com a sua missão. São:

— Curso de comando e estado-maior para oficiais combatentes (CECM), com a duração de 2 anos; é o curso base da Escola;

— Curso de chefia e estado-maior de serviço para oficiais de intendência; também de 2 anos, sendo grande parte das aulas dadas em comum com o CCEM;

— Curso de direção e estado-maior para engenheiros militares; dura 1 ano, com grande parte das aulas em comum com o 1.º ou o 2.º ano do CCEM;

— Curso de chefia e estado-maior de serviço para oficiais médicos; dado em moldes semelhantes ao do dos engenheiros, foi suspenso em 1982, passando desde então a ser por correspondência.

Os *cursos complementares* são:

— Curso de preparação para a ECEME:

Por correspondência, dura 1 ano letivo. Destina-se a orientar a preparação dos candidatos à matrícula na ECEME e a selecioná-los tendo em vista o subsequente concurso de admissão. Não tem número de vagas estabelecido.

— Curso de atualização dos diplomados pela ECEME:

Por correspondência, durante 1 ano letivo. Visa atualizar os conhe-

cimentos dos diplomados pela ECEME, permitindo-lhes o acompanhamento da evolução da doutrina e a oportunidade de exercitar a solução de problemas táticos. É freqüentado — em regime de voluntariado — por cada oficial, de 5 em 5 anos.

Os *estágios* são:

— Estágio preparatório para comandantes de organizações militares:

Por correspondência, com a duração de 4 meses, freqüentado por oficiais selecionados pelo gabinete do Ministro. Destina-se a transmitir conhecimentos sobre as normas e procedimentos administrativos necessários ao exercício do comando.

— Estágio de atualização pedagógica:

Para professores da ECEME, com a duração de 2 semanas, imediatamente antes do início das aulas.

Para 1981, os concorrentes à ECEME eram várias centenas. Foram aceites ao concurso de admissão cerca de quatrocentos, para entrarem aproximadamente 100.

A seleção dos candidatos abrange:

— exame psicológico (bateria de testes)

— exame de aptidão física

— o já referido concurso de admissão, que consta de provas escritas de história, de geografia, de movimentos revolucionários e de idiomas estrangeiros. São dispensados deste concurso o primeiro classificado do curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e

também o segundo em cursos de mais de 20 alunos.

No ano letivo de 81 houve 120 alunos no 1º ano do CCEM (sendo 14 estrangeiros) e 130 no 2º ano (13 estrangeiros e 117 nacionais, dos quais 108 no curso das armas e 9 no de intendência).

O curso de atualização foi freqüentado por 250 oficiais dos cursos diplomados pela ECEME em 1961, 66, 71 e 76.

O CURSO DE COMANDO E ESTADO-MAIOR

O Curso tem um cariz essencialmente tático. No 1º ano trabalham-se as brigadas e no 2º a divisão, o exército de campanha e as forças terrestres do TO (na organização-tipo não é considerado o corpo de exército).

Vamos referir-nos especialmente ao 2º ano, que é o que tem sido freqüentado pelos oficiais portugueses.

As aulas

O regime normal de trabalho comporta 30 horas semanais para as atividades de classe e 20 horas para o estudo no domicílio ou seja, dez horas diárias, se não considerarmos o sábado e domingo que se pretende sejam dedicados, por norma, à família ou ao lazer.

O estudo no domicílio assume aspectos diversos, desde a preparação de cartas ou a revisão de matérias atrasadas até ao estudo de regulamentos e manuais — que passam a considerar-se como sabidos — ou a resposta a questioná-

rios, ou ainda a elaboração de documentos para posterior discussão em salas.

As aulas começam às 7.30 prolongando-se até às 12.30. Pelo menos em dois dias há aulas de tarde, destinadas à aprendizagem de idiomas estrangeiros (espanhol, francês, inglês e alemão) e à prática de desportos.

O trabalho em grupo é muito utilizado. Os grupos não têm constituição fixa, sendo estabelecidos pela Seção Técnica, procurando-se a maior variação possível. Após discussão interna para a obtenção de um consenso, segue-se o debate entre grupos — por vezes acalorado, mas sempre com a presença do característico bom humor brasileiro — e a síntese ou solução por parte do instrutor.

Os instrutores têm conhecimentos acima da média — são, naturalmente, rigorosamente selecionados — e embora tragam a lição perfeitamente definida e esquematiza, segundo os clássicos métodos americanos, conseguem dar vivacidade ao ensino, prendendo facilmente a atenção dos instruendos, não só pelo caráter prático das aulas, mas também — e principalmente — pela sua boa disposição e fluência no falar.

Para os dois anos, a distribuição percentual das horas de aula é a seguinte:

— Serviço de estado-maior	5%
— Segurança interna	13%
— Operações militares	65%
• Operações e informações	54%
• Apoio administrativo	25%
• Apoio de combate	21%
— Extensão profissional (estra-	

tégia, história, mobilização, administração) 9%

— Extensão cultural (política, economia, direito e psicologia) 8%

É exigência curricular a apresentação de uma monografia. O instrutor propõe quatro temas que sejam de interesse para a formação profissional; os oficiais das nações amigas (ONA) fazem-no relativamente a aspectos do seu país, militares ou outros. A escola escolhe um, o qual terá que ser entregue escrito até cinco meses antes do final do curso. Alguns são selecionados para apresentação sob a forma de conferência, seguida de período de debate.

Os alunos

É tradicionalmente fácil o relacionamento entre militares. O cidadão brasileiro é aberto e afável. Não admira, pois, que o ambiente na ECEME seja extremamente agradável — embora por vezes se note a tensão provocada pelo forte desejo de obter boa classificação — e os ONA se adaptem e enquadrem rapidamente no meio.

Nove ONA transitaram do 1º para o 2º ano: italiano, francês, argentino, sul-coreano, hondurenho, boliviano, paraguaio e dois venezuelanos. Quatro só foram frequentar o 2º ano: colombiano, chileno, alemão federal e português. Estes quatro e ainda o italiano e o argentino já possuíam o curso de estado-maior dos seus países.

O entendimento entre ONA foi notável, assim como os companheiros brasileiros. Foram estabe-

lecidas algumas sólidas relações de amizade, que certamente perduraram, e igualmente se estendiam aos instrutores. Recordo, por exemplo, o "xerife",¹ meu companheiro de carteira, sempre pronto para me dar os "macetes"² que tanto me facilitaram a vida, e companheiro também das horas de folga, tão depressa convidando para um bom espetáculo, ou para uma roda de amigos, ou para o acompanharmos no seu ambiente familiar. Lembro o ONA, parceiro sempre pronto para as partidas de tênis — mesmo às horas mais soalheiras, em que os próprios brasileiros debandavam dos courts do Clube Militar — ou para as sessões de sauna, que depois se prolongavam pela noite, em casa de uns ou de outros, em amenas cavaqueiras sobre as experiências militares de cada um, sobre os nossos países ou sobre o que se passava à nossa volta.

Recordo ainda as excursões de saiveiro às ilhas tropicais, professores, alunos e seus familiares em alegre confraternização, bebendo a caipirinha,³ cantando ou mergulhando nas cálidas águas.

Recordo, por fim, os animados fins de tarde na esplanada do Círculo Militar, procurando esquecer as "amargas horas" imediatamente anteriores ocupadas em exigentes e extensos exames, batendo-nos com espetaculares churrascos con-

feccionados pelos gaúchos do curso. No final, já com a Lua mirando-se gaiatamente nas águas frontais, apareciam sempre um violão e vários cantadores ao desafio. O fado também não faltava, na interpretação de um carioca ou um nordestino, reconhecida que era por todos a completa negação do português para o canto...

As visitas e viagens de estudo

Durante o 2º ano foram efetuadas mais de uma dezena de visitas, de um ou dois dias, a organizações ou locais de interesse militar ou geral: estabelecimentos de ensino militar e unidade dos três ramos; Fundação Getúlio Vargas; Universidade Gama Filho; Centro Técnico da Aeronáutica e EMBRAER (empresa brasileira de construção aeronáutica); Ferrovia do Aço. Todas muito interessantes, destacando-se as duas últimas, em que nos foi possibilitado ver e admirar o desenvolvimento tecnológico de que já são possuidores os nossos irmãos brasileiros.

Foram, porém, as viagens o que mais nos impressionou. A primeira foi centrada em S. Paulo, monstro de cimento e asfalto, nascida em 1553 quando Anchieta e Nóbrega resolveram criar uma pequena escola para ensino do catecismo aos indígenas. 20 milhões de pessoas vivem e trabalham na Grande S. Paulo. O choque é profundo para quem já se habituara ao Rio, toda beleza natural, com a sua gente de ar despreocupado e pachorrento. Aqui, pelo contrário, é o gênio humano a transformar a natureza, é

1. Designação tradicional do chefe de curso.

2. Indicações de caráter prático. Por exemplo: as perguntas que determinado professor sempre fazia; ou as matérias que não eram objeto de exame.

3. Bebida feita com cachaça, açúcar, limão e gelo.

o andar apressado e preocupado do cidadão parecendo que tem sempre algo a fazer, e com urgência. Um Brasil diferente! Visitamos instalações fabris militares e civis, institutos científicos, os Quartéis Gerais do II Exército e da Polícia Militar e ainda a Escola Preparatória de Cadetes, na bela cidade de Campinas, a cerca de 100 km de S. Paulo.

Espetacular (o termo fica certamente aquém da realidade) foi a viagem efetuada pelos ONA ao Centro, Amazonas e Nordeste. 7.800 km em catorze dias fizeram-nos conhecer mais alguns Brasis e aumentaram, em muito, o respeito e admiração que já tínhamos pelos nossos antepassados, além de nos alegrar e tranquilizar quanto ao futuro deste país a que estivemos e estamos tão intimamente ligados.

Um primeiro salto a Brasília, o sonho transformado em realidade, cidade nascida no deserto, funcional mas fria. Ninguém pode ficar indiferente perante ela: ou a adora, ou a detesta. Daí até Manaus, dois mil quilômetros sobre floresta e rio, rio e floresta. Capital do estado do Amazonas, após um período de nítido declínio, conhece novamente um surto de progresso provocado pela criação da zona franca e de desenvolvido polo industrial. O Centro de Instrução de Guerra na Selva é unidade modelar, onde se preparam com grande realismo e sentido prático os militares brasileiros e de outras nacionalidades para operações na selva. É impressionante o passeio, por barco, à confluência dos rios Negro e Solimões, seguindo durante

algumas milhas as águas negras de um e barrentas do outro, lado a lado, sem se misturarem, até que por fim a integração se faz e o Amazonas se sobrepõe aos dois e inicia sua caminhada galopante para o Atlântico.

Foi Belém, capital do Pará, porta de entrada da Amazônia a nossa paragem seguinte. Em 1616 Francisco Caldeira erigiu o forte do Presépio. Hoje, 800 mil almas desfrutam de verão permanente, com uma temperatura média de 26 graus, em cidade onde o moderno se casa, sem ferir, com o antigo de marcada influência lusitana.

Pouco mais de mil quilômetros andados chegamos a Fortaleza. Capital do Ceará, novecentos mil habitantes. Um forte holandês na sua origem. Cidade limpa, alegre e relativamente próspera, custa-nos a acreditar que estamos no Nordeste, no tão falado Nordeste brasileiro. Ficamos com a nossa opinião sobre ele, não coincidente — em alguns pontos fundamentais — com a que a comunicação social de uma maneira geral difunde.

O porto está atafalhado de jangadas, de frágeis e rústicas embarcações de meia dúzia de troncos e uma vela triangular que abastecem os restaurantes, a preços verdadeiramente convidativos, de numerosas variedades de peixes e mariscos. Como nota interessante, o Secretário do Turismo do Ceará é um português.

O maior centro urbano do Nordeste é o Recife, nascido de uma colônia de pescadores, que deve o seu nome a uma linha de recifes que se desenha ao longo da costa e

protege a entrada do porto. Hoje com um milhão e duzentos mil habitantes está largamente industrializada, mas as suas praias verdadeiramente de sonho continuam a constituir a maior atração para os visitantes. Paredes meias com o Recife, beijando o mar, está Olinda, onde o passado português não foi cilindrado pelo moderno urbanismo. Mais para o interior, mas bem perto, pudemos visitar os campos de Guararapes, com a capela erigida em preito de gratidão e o seu singelo monumento, recordando a derrota definitiva do invasor holandês face ao português luso e ao português das terras de Santa Cruz.

Salvador, capital da Bahia e até 1763 capital do Brasil, foi a nossa última etapa. Será que podemos imaginar uma mistura das cidades do Porto e de Luanda? Foi assim que vimos Salvador. Ruas e ruas, casas e igrejas que nos faziam sentir no nosso Norte. O clima, as gentes, o linguajar transportavam-nos para Angola.

Contraste permanente do antigo e do moderno. Praias magníficas e um polo industrial em franco desenvolvimento. Museus e centros turísticos. O catolicismo e os "orixás".

Por fim o regresso ao Rio, sobrevoando as plataformas de pesquisa petrolífera, mais outra riqueza que deixou de ser uma esperança para se transformar em feliz realidade.

Quase no final do ano o curso desdobrou-se em vários grupos para visita a áreas específicas.

Coube-nos o Sul: onze dias de viagem pelos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná, além de breves estadias na Argentina e Paraguai. Um outro Brasil fomos encontrar. Muito mais forte colonização européia, especialmente de italianos e alemães, ausência quase total de descendentes de africanos. A agricultura a imperar. A figura típica do gaúcho a sobressair.

Tanto haveria a referir! Limitamo-nos a destacar o majestoso espetáculo das cataratas de Foz do Iguaçu, junto às fronteiras com a Argentina e com o Paraguai, com as águas tombando de mais de oitenta metros, entre escarpas e arvoredos, quase a perder de vista e a importância e magnitude da barreira de Itaipu, sobre o rio Paraná.

Alongamo-nos sobre as viagens, mas dissemos muito menos do que gostaríamos. Foram dias extremamente positivos que nos deram — aos ONA — uma visão sobre o que é o Brasil, que não nos poderia ter sido transmitida por mais horas de aula que tivéssemos. Quer da parte militar, quer nos aspectos políticos, sociais, económicos e culturais, as visitas, as conferências, os debates e — porque não? — o diálogo com as gentes, permitiram-nos ficar com um conhecimento razoavelmente aprofundado do que é a realidade brasileira.

As classificações

A nota final do curso provém de dois grupos de notas:

- avaliação do desempenho
- verificações.

A avaliação do desempenho é a

quantificação de vários aspectos (ou qualidades) militares, referida exclusivamente às atividades que o aluno desenvolveu durante o período em que frequentou o curso.

Vale cerca de 23% da nota final.

As verificações, que somam aproximadamente 77% do total, constituem o conjunto de provas a que o aluno é submetido.

As mais importantes, as verificações correntes (VC), são trabalhos individuais escritos, realizados normalmente após a conclusão do estudo de um grupo de assuntos, em datas marcadas logo no início do ano. Cada VC tem 3 a 4 horas de duração e efetuam-se várias em curto período. Sucedeu-nos, por exemplo, ter cinco provas em três dias consecutivos. É desgastante e provoca uma certa tensão. Saliente-se que as VC são efetuadas sem a presença do instrutor, em sistema de total confiança na honestidade do aluno; as provas são entregues corrigidas, ficando na posse do próprio.

No final do curso há quatro classificações possíveis:

- insuficiente (0 a 3,99 valores)
- regular (4 a 5,99)
- bem (6 a 7,99)
- muito bem (8 a 10 valores).

É rara a atribuição do "insuficiente". A maioria das classificações é de "bem".

O "muito bem" é concedido a muito poucos alunos. Por exemplo, em 1981, dos 120 finalistas do curso das armas, apenas quatro o obtiveram. É, assim, natural e compreensível que seja dada bastante importância a este fato no prosseguimento da carreira do ofi-

cial brasileiro e que todos — brasileiros ou ONA — se sintam extremamente honrados com tal distinção.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

A Escola Superior de Guerra (ESG), foi criada na década de 50, tendo como base um núcleo dos mais brilhantes ex-instrutores da ECEME, sendo considerada filha espiritual desta.

Os cursos que ministra não são de carreira. Alguns oficiais superiores do Exército, com o curso da ECEME ou do IME, são nomeados pelo Ministro para, conjuntamente com oficiais dos outros Ramos das FA e com civis categorizados, aperfeiçoarem os conhecimentos de alto nível necessários ao estudo dos problemas de segurança nacional, no chamado Curso Superior de Guerra.

Há ainda um outro curso destinado a preparar, em estudos de conjunto, os oficiais de EM dos três Ramos para os órgãos e comissões conjuntas.

Passaram pela ESG, como professores, alguns dos mais distintos oficiais brasileiros. Conta-se que, em período anterior a 1964, determinado Ministro da Guerra resolveu retirar dos comandos de tropa todos os militares que considerava como opositores ao regime. Vários foram colocados na ESG, onde tiveram tempo de pensar, refletir e planejar todas as operações da tomada do Poder e de meditar sobre a filosofia do Estado brasileiro. Lá estavam, entre outros, o ge-

neral Golbery — após a revolução chefe da Casa Militar e conselheiro de vários presidentes da República — e o general Geisel, um desses presidentes.

CONCLUSÃO

Qualquer Exército vale o que valerem os seus homens. Os mais brilhantes projetos, as armas mais eficientes, os mais aperfeiçoados mecanismos de pouco servirão se não se dispuser de pessoal capacitado física, técnica e moralmente. Daí o cuidado e atenção com que o Exército brasileiro encara a formação, a seleção e o aperfeiçoamento dos seus homens.

A ECEME, escola de generais, é o espelho dessa preocupação. Os seus padrões de eficiência são conhecidos e admirados não só no âmbito nacional, mas também no estrangeiro.

Para o oficial português é duplamente remuneradora a sua presença no Curso. Por um lado, aumenta os seus conhecimentos militares, dando também algo em troca, muito para além da mera presença simbólica de mais um oficial de

nação amiga — conceito, aliás, que, insiste-se, não corresponde à realidade: o português é tratado sentimentalmente como se brasileiro fosse, sem perder nenhum dos privilégios dos ONA. Por outro lado, tem oportunidade de conhecer este imenso e maravilhoso território que os seus antepassados descobriram, povoaram, desbravaram e ajudaram a desenvolver. Orgulha-se do seu país e sente uma profunda alegria por antever um brilhante futuro à Nação-Continente sua irmã, ciente de que o homem — sempre o motor! — em que continua a correr muito sangue lusitano, saberá explorar todas as suas potencialidades, entendendo e cumprindo a frase que é também divisa de um dos seus Estados mais importantes: "PRO BRASILIA FIANT EXIMIA" — pelo Brasil façam-se grandes coisas.

Bibliografia

- "O Exército brasileiro", General Lyra Tavares, 1967.
- "O seu Exército", Assessoria de Relações Públicas do M.E. — Brasil.
- "Brasil", José Azevedo, 1979.
- Documentação diversa da ECEME.



O Coronel de Artilharia Eurico Antonio de C.M. Sales Grade, do Exército Português, tem o seguinte Registro de Serviço, entre outros: Curso de Radar de Artilharia Anti-aérea, Comandante de Companhia de Artilharia em Angola, Curso de Estado-Maior no Instituto de Altos Estudos Militares, Chefe de Estado-Maior do Comando Chefe das Forças Armadas em Timor, Comandante do Regimento de Artilharia de Beja, Professor do Instituto de Altos Estudos Militares desde 1978, Curso de Comando e Estado-Maior na ECEME, Brasil, onde lhe foi atribuído o Prémio "Escola de Comando e Estado-Maior".

Efetou vistas de trabalho a Espanha, Marrocos, Luxemburgo, Bélgica, República Federal da Alemanha, Indonésia e República da China (Formosa).



REFORMULAÇÕES DO SFH NO 1º SEMESTRE DE 1982

Informe Especial

12. Processamento dos dados do FGTS — Em março deste ano foi instituído um programa de assistência técnica à rede arrecadadora do FGTS, que consiste: 1. na cessão, aos bancos que o desejarem, do sistema de processamento de dados específicos do FGTS, desenvolvido pelo BNH em convênio com o Banco do Nordeste do Brasil; 2. na preparação de pessoal especializado em processamento de dados; e 3. na orientação e acompanhamento da implantação do sistema cedido (IP nº 4/82, de 8 de maio de 1982).

13. Propesc — O BNH firmou, no dia 12 de março, um convênio com a Confederação Nacional dos Pescadores (CNP), com a intervenção da Superintendência do

Desenvolvimento da Pesca (Sudepe), com a finalidade de viabilizar a execução do Programa Econômico-Social das Colônias de Pescadores (Propesc), elaborado pela CNP. Através do Promorar e dos programas do Planhap, o BNH participa do Propesc através de obras de construção, ampliação e melhoria de habitações; obras de saneamento e urbanização de áreas passíveis de intervenção local; regularização da posse da terra; obras de infraestrutura em geral; aquisição de terrenos destinados à produção de novas habitações; construção de equipamentos comunitários como posto de saúde, posto policial e escolas; obras de aterro, terraplenagem e proteção de encostas; infraestrutura especial de apoio às atividades da pesca artesanal, co-

mo câmara frigorífica, oficina para reparos de barcos e box para guarda de material; remanejamento da população residente em habitações subnormais, localizadas em áreas em que se torne impraticável a intervenção direta no local; indenização das habitações a serem eventualmente removidas; e serviços de planejamento, administração e fiscalização de obras (CVE — 0003/82, de 12 de março de 1982/DD n.º 858, de 08 de março de 1982).

14. Caderno de Encargos — Para baratear o custo das habitações destinadas às populações de baixa renda, o BNH lançou, no mês de março, o Caderno de Encargos — espécie de manual de padronização de materiais de construção. O Caderno tem a finalidade de orientar o construtor sobre o tipo de material e de procedimento de execução que deverá utilizar na construção de casas populares financiadas pelo SFH, para famílias de até cinco salários mínimos. Contém normas sobre concretagem, cobertura, revestimento, pavimentação e redes de abastecimento de água e energia elétrica (R/BNH n.º 138/82, de 10 de março de 1982).

15. Desburocratização de serviços — Com o objetivo de tornar mais eficientes os serviços prestados pelo BNH, em todos os níveis, foi criado o Grupo de Desburocratização de Operações e Serviços, cuja principal tarefa consiste na racionalização e simplificação dos

procedimentos do Banco e seus agentes. O Grupo deve identificar os diversos casos encaminhados ao BNH pelo Ministério Extraordinário da Desburocratização, pelas entidades representativas do empresariado e pelo público em geral, examinando caso a caso e encaminhando aos setores específicos para melhor análise, e apreciar sugestões para a competente resposta. O Grupo é presidido pelo Chefe da Assessoria Técnica da Presidência do Banco (ASTEC) (IP n.º 6/82, de 16 de março de 1982).

16. Benefício fiscal — Os limites de devolução de parte das prestações pagas ao SFH (benefício fiscal instituído pelo Decreto-lei n.º 1.358/74) foram modificados pelo Decreto-lei n.º 1.930, de 18 de março de 1982. Para o exercício de 1982, o limite máximo foi fixado em Cr\$ 10.200,00 e o mínimo em Cr\$ 8.472,00 (Decreto-lei n.º 1.930, de 18 de março de 1982).

17. Taxas de juros do Finansa, CURA e FINC — Foram alteradas as taxas de juros cobráveis em empréstimos concedidos pelo BNH aos governos estaduais e municipais através do Programa de Financiamento para Saneamento (Finansa), do Programa de Complementação Urbana (CURA) e do Programa de Financiamento para Urbanização de Conjuntos Habitacionais (FINC). Ficaram estabelecidas as seguintes taxas de juros para os três programas: 2,5% para Rondônia, Acre, Roraima, e Ama-

pá: 3,5% para o Pará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe; 4% para o Amazonas, Ceará, Alagoas, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás; 5,5% para Pernambuco e Bahia; 6,5% para Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Distrito Federal; 7,5% para o Rio Grande do Sul; 9% para o Rio de Janeiro e 10,5% para São Paulo. Revoga a RD nº 41/75, de 1º de agosto de 1975 (R/BNH nº 139/82, de 19 de abril de 1982).

18. Extinção do FIPLAN — Foi extinto o Programa de Financiamento para Planejamento Urbano (FIPLAN). Este programa estava sendo utilizado somente para projetos (pré-investimentos), vinculados ao Programa de Complementação Urbana (CURA) ou ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Pólos Econômicos (PRODEPO), sendo inexpressivo o volume de recursos por ele aplicado (Decisão de Diretoria 886ª — Reunião Ordinária — 3 de maio de 1982).

19. Imóveis novos com mais de 180 dias de habite-se — O BNH autorizou as entidades do SBPE a financiarem a primeira aquisição de imóveis habitacionais novos, que tivessem mais de 180 dias de habite-se. A autorização foi válida até o dia 31 de agosto deste ano. Para executar essas operações era necessário que o imóvel não tivesse sido ocupado, nem alienado antes. Exigiu-se, também, que o preço de venda não fosse superior a 40 UPC

por metro quadrado de área construída (R/BNH nº 140/82, de 5 de maio de 1982).

20. Tabela Price até 2700 UPC — A partir de 6 de maio deste ano, foi permitido o uso da Tabela Price para financiamentos de até 2.700 UPC, através do SFH. Anteriormente, este limite estava fixado para os financiamentos de até 2.250 UPC. Revoga a R/BNH nº 73/80, de 26 de maio de 1980 (R/BNH nº 141/82, de 06 de maio de 1982).

21. Taxas e deságios — As taxas cobráveis ao mutuário final, inclusive aquelas incidentes nos casos de substituição de devedor hipotecário (transferência de financiamento), foram modificadas. A Taxa de Cobrança e Administração (TCA) foi fixada em até 0,20 UPC para os financiamentos de até 1.350 UPC e em 0,26 UPC para os demais financiamentos, incorporada às prestações mensais e corrigida na mesma forma do plano de reajustamento destas. Anteriormente, a TCA era de 0,20 UPC para todos os valores de financiamento. Esta taxa é cobrada do novo mutuário nas transferências. O deságio, cobrado do vendedor do imóvel, nas operações de aquisição de cédulas hipotecárias de valor acima de 3.500 até 5.000 UPC foi fixado em 6,4% sobre o valor de cada cédula. Anteriormente, esta taxa decrescia de 6,4% em 3.500 UPC, para 4,8%, em 5.000 UPC. Os deságios, nas operações de aquisição de cédulas hi-

potecárias de valores iguais ou inferiores a 3.500 UPC, não foram alterados. Em casos de transferência de financiamento, em que ocorrem complementação do saldo devedor do financiamento obtido pelo primeiro mutuário, a Taxa de inscrição e Expedição, pagável em dinheiro ou incorporável ao valor do financiamento, à opção do novo mutuário, passou a ser o resultado da soma das seguintes parcelas: a) até 3% do saldo devedor apurado imediatamente antes da operação de transferência, limitado a 15 UPC; e b) até 5% do financiamento adicional que o novo mutuário assuma junto ao agente financeiro. Anteriormente não podia ser cobrada a taxa sobre o valor complementar. A taxa cobrada de quem está transferindo o financiamento (alienante) foi mantida em 2% do valor do saldo devedor, apurado imediatamente antes da realização da operação. Revoga a R/BNH nº 16/79, de 29 de outubro de 1979 (R/BNH nº 143/82, de 06 de maio de 1982).

22. Imóveis usados — A partir de 1º de junho, o BNH autorizou os agentes financeiros do SBPE a aplicarem, através de compra de cédulas hipotecárias, uma parcela maior de recursos próprios em imóveis usados (com mais de 180 dias de habite-se), cujos valores unitários não sejam superiores a 3.500 UPC. O limite destas aplicações passou a ser 35% das aplicações imobiliárias próprias de valor

unitário de até 1.350 UPC; 32% das de valores superiores a 1.350 UPC e de até 1.800 UPC; 29% das de valores superiores a 1.800 UPC e de até 2.250 UPC; 25% das de valores superiores a 2.250 UPC e de até 2.700 UPC. Anteriormente, o limite de cada agente nessas operações era de 25% do saldo das aplicações imobiliárias de valor unitário de até 2.700 UPC. As aplicações imobiliárias próprias mencionadas são todas as operações de empréstimo e financiamento habitacionais realizadas pelos agentes do SBPE, exceto as originárias de empréstimos do BNH para repasse. Revoga a R/BNH nº 117/81, de 4 de agosto de 1981 (R/BNH nº 144/82, de 10 de maio de 1982).

23. Modelo de Indução — Foi criada uma nova faixa de estímulo aos agentes financeiros do SBPE. Quando realizadas com recursos próprios, as operações de valor unitário de até 1.350 UPC passaram a gerar limite de 40% para aplicações nas faixas especiais. As outras faixas foram mantidas. Assim, tal quantia pode ser acrescida de 30% do montante de aplicações imobiliárias próprias de valor unitário acima de 1.350 até 1.800 UPC. Pode ser acrescida, ainda, de 15% do montante de aplicações imobiliárias próprias de valor unitário acima de 1.800 UPC até 2.250 UPC e de 8% do montante de aplicações imobiliárias próprias de valor unitário acima de 2.250 até 2.700 UPC.



INFORMAÇÕES

PISTOLA SIG SAUER P-226

Fabricada por Sauer, sociedade alemã filiada à Sigé, a pistola P-226 é a herdeira de uma família bem conhecida. Robusta, compacta e segura, é arma de dupla ação e de grande capacidade de carregador (15 tiros). Utilizando os últimos recursos da tecnologia de armas leves, sua construção foi cuidadosamente projetada. É equipada de elementos automáticos de segurança e seu emprego não necessita de nenhum aprendiza-

do especial. A desmontagem é fácil e rápida. No entanto, os reparos e a troca de peças embutidas exigem conhecimentos de armaria. Seu funcionamento com toda espécie de cartuchos de 9 mm é particularmente vantajoso.

A Sig está pronta a estudar uma forma de colaboração industrial com a França, principalmente com a Manurhin (que fabrica os fuzis de assalto SG 540, 542 e 543), o que permitirá o emprego de uma nova arma que responderá às maiores exigências do Exército francês.



NORUEGA COMPRA MÍSSEIS BOFORS

O Exército da Noruega assinou contrato com o Departamento de Material Militar da Bofors AB, Suécia, para fornecimento do sistema de mísseis anti-aéreos RBS 70 comandados por raios laser. O sistema RBS tem sido produzido em série pela Bofors desde 1976 e tem passado por um desenvolvimento contínuo durante todo esse período.

O sistema atualmente vendido no mercado tem três versões. A versão encomendada pelo Exército da Noruega foi a versão portátil.

Além dessa versão, existe uma versão móvel, chamada ARMAD, para veículos com rodas de lagarta, os quais são equipados com uma unidade de radar. Uma outra versão, VLM, é montada sobre o chassi de um Land-Rover e foi experimentada em 1982. Tanto os mísseis ARMAD como os VLM foram testados com êxito em 1982, no campo de provas da Bofors, contra alvos aéreos e com mísseis de combate. Na foto, soldado norueguês treinando com sistema RBS 70 com simulador. O simulador é parte importante do sistema e permite uma instrução rápida e básica por preço econômico.



2 MIL MÍSSEIS EXOCET JÁ FORAM ENCOMENDADOS

Fabricados pela AEROSPATIALE, da FRANÇA, mais de dois mil exemplares dos mísseis da família EXOCET já foram encomendados até agora por 27 países. Fabricado a uma cadência de 18 unidades por mês, o EXOCET existe em três versões diferentes: MM 38, o primeiro deles, desenvolvido para ser lançado de bordo

de navios (mar-mar); AM 39, versão ar-mar, é lançado de distâncias que variam de 50 a 70 quilômetros do alvo, dependendo da altitude em que se encontrar o seu lançador. É o modelo que foi instalado nos aviões de combate SUPER ETENDARD, em aviões de patrulha, como o ATLANTIC GERAÇÃO 2 ou em helicópteros da classe SUPER FRELON ou o AS 332 SUPER PUMA. O terceiro modelo é o MM 40, nova versão mar-mar do MM 38, mas com grande poder de penetração graças à sua capacidade de poder ser disparado em salvas.



LIVROS

NAPOLEÃO, O RETRATO DO HOMEM.
Gaston Bonheur, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1982, 144 págs.



Este livro de Gaston Bonheur, muito bem traduzido para o português, constitui uma valiosa dívida da Biblioteca do Exército aos seus muitos milhares de leitores, civis ou militares. Nele está Napoleão, visto principalmente como criatura humana, ao longo das narrações sobre o que ele foi e o que ele fez,

de glorioso e de fecundo, para ainda estar bem presente ao mundo, já passados mais de dois séculos.

Aqui está a sua vida, posta em síntese, neste livro escrito para comemorar o seu bicentenário, tanto no gênio de homem de guerra, que se tornou legenda nos campos de batalha do mundo do seu tempo, como no espírito do estadista que reconstruiu, em bases novas, a sociedade civil desmoronada pelo cataclismo da grande Revolução.

O Autor conseguiu abranger a sua personalidade e traçar-lhe a síntese, sem nada omitir nem mutilar, nos seus traços característicos, de modo a descobrir nela, principalmente, a essência da grande criatura humana que a animava, desde o cadete de Brienne, humilde, concentrado, cioso dos seus deveres e convicções, avesso às pompas da aristocracia, até o General, seguro e dominador, mas constante na assistência e no estímulo aos seus comandados, nas horas exatas em que lhe cumpria apoiá-los.

E aqui estão contados, também, do jovem tenente à Majestade Imperial, alguns romances de amor de Napoleão, a sua correspondência mais íntima, as confissões do amante ciu-

mento e os segredos de bastidores referidos nos depoimentos dos camareiros da Corte.

As glórias de Napoleão atravessaram, como um meteoro, os tempos e os mundos. E continuam presentes ao nosso tempo, em vasta bibliografia de todas as línguas, em que figuram escritores dos mais consagrados. Tudo já se escreveu sobre a sua vida, em livros que montam, segundo Gaston Bonheur, a cerca de 400 mil volumes, escritos com base em pesquisas aprofundadas, em depoimentos autênticos, quadros famosos e numerosos livros de memórias, inclusive as do próprio Imperador dos Franceses.

Ele nos está sempre presente, através do imenso acervo de documentos, cuidadosamente conservados, mantidos nas bibliotecas, nos arquivos e, em particular, no "Hotel des Invalides", aberto à visitação pública, e, em particular, no "Hotel des Invalides", aberto à visitação pública, onde se repete, todos os anos, o espetáculo de som e luz, com a cena histórica da visita de Napoleão à grande Casa construída para o apoio e o tratamento dos feridos de guerra.

A grande exposição feita no Grand Palais (junho-dezembro de 1969), em Paris, sob o alto patrocínio do Presidente da República Francesa, para comemorar o bicentenário do seu nascimento, com a contribuição, por empréstimos, de Museus, Bibliotecas, Serviços de Arquivos, Colecionadores, franceses e estrangeiros, da mais alta categoria, a começar pela Rainha Elizabeth II, foi uma impressionante demonstração do quanto existe no mundo, em obras de arte, recordações pessoais e documentos, sobre a vida e a figura do grande Imperador.

Sabe-se tudo sobre ele, graças ao imenso acervo de documentos e iconografias que o retratam e o relembram, há mais de dois séculos, por todo o mundo. Mas, observa Gaston Bo-

nheur, autor do presente livro, temos o sentimento de que, sobre o homem que ele foi, quase nada sabemos.

Essa é a tarefa mais difícil, a desafiar o pesquisador interessado em deslindar-lhe, porque se trata de analisá-lo por ângulos mais recônditos: a alma, o coração, o sentido subjetivo ou implícito de muito do que ele disse, ou escreveu para ser dito, como quem fala para o exterior, ou para a História, com a premonição de que está destinado a nela ficar, para sempre, como gênio do seu tempo.

As palavras e os gestos, para o público, são medidos, como os de quem procura construir a sua imagem como quer que ela seja captada para ficar. O pesquisador que intente auscultar-lhe a natureza humana, terá, pois, que seguir o caminho mais difícil de colher elementos esparsos sobre a sua vida pessoal mais autêntica, como quem deseja observar e conhecer um artista bem longe do palco em que ele representa, na sua casa, na sua vida pessoal, quando ele é, verdadeiramente, ele mesmo.

Foi isso o que procurou fazer Gaston Bonheur neste seu livro, penetrando, mais a fundo, na vida de Napoleão, de Brienne a Santa Helena, sem deixar de inseri-lo no quadro mais amplo da trajetória gloriosa da personalidade que mais alto pairou no cenário do mundo moderno, influindo, até mesmo, nos destinos do Brasil.

Foi com a invasão de Portugal pelas forças de Napoleão que a Corte de Lisboa veio para o Rio, criando aqui uma civilização predominantemente francesa, a começar pela atual Escola de Belas-Artes, com a grande figura de Joaquim Lebreton, que foi exaltado jacobino, ao tempo de Napoleão, e os outros ilustres artistas franceses da sua equipe.

Depois da prisão, do exílio e da morte, a auréola de Napoleão cresceu ainda mais na admiração do mundo, a começar do reinado de Luís Felipe, quando os mais notáveis escrito-

res e poetas decantaram o seu gênio e as suas glórias, como Vigny, Musset e Lamartine. Até na Rússia e na Inglaterra, a despeito das políticas, o seu nome foi exaltado com respeito e admiração.

Ele se tornou também notável, como estadista, na organização de nova França, pelas instituições que criou, sobretudo o Código Civil, que tomou o seu nome, e em cuja elaboração teve o assessoramento de três juristas eminentes, aos quais soube ouvir e prestigiar, com a sua constante presença.

Inspirados pela Revolução, ainda hoje os seus princípios presidem a legislação civil da Europa.

No Brasil, a figura de Napoleão sempre foi tema de admiração e de estudo, pelo que este livro, pelos aspectos ainda inéditos com que a reapresenta, como criatura humana, vai despertar grande interesse nos leitores da Biblioteca do Exército. Depois de morrer no exílio, ele também cresceu na admiração dos brasileiros, sendo tema de exaltação nas letras nacionais e de inspiração dos nossos maiores poetas da época. Castro Alves lhe dedicou versos imortais, e Domingos de Magalhães o celebrou no seu "Napoleão" (Suspiros Poéticos), que assim termina:

"Jamais, jamais mortal subiu tão alto!
Ele foi o primeiro sobre a terra,
Só, ele brilha sobranceiro a tudo,
Como sobre a coluna de Vendôme
Sua estátua de bronze ao céu se eleva;
Acima dele, Deus — Deus tão somente;
Da liberdade foi o mensageiro;
Sua espada, cometa dos tiranos,
Foi o sol que guiou a humanidade.
Nós, um bem lhe devemos, que gozamos;
E a geração futura, agradecida,
Napoleão dirá, cheia de assombro".

General A. de Lyra Tavares



REGISTROS

"A MULHER BRASILEIRA NOS HOSPITAIS DE CAMPANHA DA 2ª GUERRA MUNDIAL"

*(Palestra do General Carlos de Meira Mattos
no II Congresso de Oficiais Enfermeiras da
FEB, Brasília, 08/09/1982)*

O melhor relato histórico é aquele que traz o calor do testemunho da proximidade, do momento intensamente vivido. Por isto, queremos iniciar nossa palestra, repetindo as palavras de nosso inesquecível Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes, escritas naquele seu estilo resumido e preciso, em seu livro "A FEB pelo seu Comandante". Assim se expressa o nosso grande Comandante:

"Coube à nossa Enfermeira, além de sua missão profissional, representar as virtudes da mulher brasileira, entre homens e mulheres de várias nacionalidades, no convívio cotidiano dos hospitais americanos.

As nossas compatriotas acorreram ao chamado da Pátria, prestaram excelentes serviços à FEB durante a sua permanência em território italiano, enfrentando e vencendo obstáculos numerosos.

Ainda no Brasil, sofreram a maledicência impatriótica de alguns. Na Itália, viveram e serviram em hospitais americanos, onde além das dificuldades advindas das diferenças de idiomas e hábitos, suportaram, por algum tempo a inferioridade hierárquica e pecuniária

em relação às suas colegas americanas, com quem conviviam.

Não obstante os óbices encontrados, as Enfermeiras incorporadas à FEB atenderam com abnegação e proficiência aos nossos feridos e doentes, dando veemente e nobilitante testemunho do valor da mulher brasileira."

A figura da Enfermeira de guerra cresceu no Brasil com o exemplo admirável de Ana Nery por ocasião da Guerra do Paraguai.

Passaram-se mais de 60 anos e a Nação Brasileira foi, novamente agredida pelas armas. Vários navios mercantes nacionais e milhares de brasileiros, em prática de navegação costeira e pacífica, foram vítimas de ataques traiçoeiros de submarinos alemães e italianos, sem que nenhum ato de hostilidade de nossa parte os justificasse. Foi o governo brasileiro compelido a tomar a decisão suprema — declarar guerra à Alemanha e Itália.

Em dezembro de 1943 é criado o "Quadro de Enfermeiras da Reserva do Exército". Organizava-se, então, a Força Expedicionária Brasileira e o 1º Grupo de Caças da FAB para, juntamente com a Marinha de Guerra, dar-se uma resposta pelas armas a tão cruel e criminosa agressão. País de longa tradição pacifista, mas firmes nas convicções democráticas de seu povo, enfileirava-se o Brasil àqueles que se dispuseram a repelir militarmente a agressão do nazi-fascismo.

O ambiente era de preparação para a guerra contra as forças alemãs e italianas. Todos

sabiam que iríamos lutar além-mar, em outro continente. Não se sabia ainda aonde, se na Europa ou na África.

Abriu-se o voluntariado para as Enfermeiras que deveriam acompanhar os nossos combatentes. Um grupo de mulheres brasileiras atendeu na primeira hora. Vieram estas jovens a constituir o núcleo do Quadro de Enfermeiras, em organização. Estas foram as abnegadas heroínas que enfrentando todas as dificuldades da época e muitas vezes um ambiente de incompreensão no próprio lar e na sociedade, revelaram a coragem de uma atitude patriótica em momento de perigo para a Nação. Apresentaram-se voluntárias para a guerra, dispostas a acompanhar a sorte de nossos combatentes que iriam cruzar os mares e lutar em outro Continente contra o mundialmente temível inimigo que nos atacara em nossas águas territoriais.

Deste grupo de 67 Enfermeiras que esteve no Front da Itália, distribuídas pelos hospitais de campanha e serviço de evacuação aérea, a primeira turma de cerca de 50 teve eu a ventura de conhecê-las de perto, uma a uma, pois no Curso de Adaptação para a Enfermeira Militar, realizado no Rio de Janeiro, fui encarregado da instrução militar (ordem unida, regulamentos, normas de disciplina e de convivência entre militares). Esta missão, pequena em minha primeira avaliação, na época de preparação para a FEB, pois eu a acumulava com várias outras, cedo se transformou em um dos mais altos galardões de minha carreira, face ao comportamento impecável e nobilitante de nossa Enfermeira nas missões que soube desempenhar junto às nossas tropas no Teatro de Operações do Mediterrâneo.

A Missão da Enfermeira Brasileira em Campanha na 2ª Guerra Mundial

Nossas Enfermeiras no Teatro de Operações do Mediterrâneo foram distribuídas pelas seções brasileiras anexas aos Hospitais de Campanha norte-americanos, particularmente aqueles localizados no eixo de operações da FEB. Receberam Enfermeiras brasileiras os seguintes hospitais: "Field Hospital", instalado inicialmente em Valdibura, o mais avançado no nosso eixo de progressão, próximo ao front, montado inteiramente sob Barracas de Lona, o "16th Evacuation Hospital", inicialmente em Pistoia, também sob Barracas, a 30 quilômetros do front, que recebia diretamente

das frentes de combate os feridos brasileiros. O primeiro desses hospitais, o "Field" atendia os feridos mais graves que não suportariam um transporte mais prolongado, o segundo o "Evacuation" aqueles de emergência média; o "7th Station Hospital", instalado inicialmente em Livorno utilizando edifícios e barracas, hospital de maiores recursos e que recebia feridos dos dois hospitais avançados já citados, para tratamento mais longo ou especializado; os "45th, 182th e 300th General Hospital", situados em Nápoles, em edifícios requisitados e adaptados, últimos do escalão de campanha e destinados a tratamentos longos, altamente especializados; recuperações e preparo de feridos para retorno a seus países; as 6 Enfermeiras da FAB foram destacadas junto ao "Air Transport Command" e se dedicaram ao atendimento e acompanhamento dos feridos brasileiros evacuados por via aérea; na Seção da Cruz Vermelha norte-americana que funcionava junto ao "7th Station Hospital", destinada a dar assistência moral aos convalescentes contou também com a presença de uma Enfermeira brasileira.

Nesses diferentes hospitais, principalmente nos mais avançados, "Field" e "Evacuation", nossas Enfermeiras viram chegar e tiveram sob seus cuidados, parte de nossos 500 mortos que ainda puderam ser evacuados com vida, além de todos 2.000 feridos e acidentados em combate. Nos dois hospitais avançados para onde foram evacuados diretamente os feridos do front o quadro presenciado pelas Enfermeiras era dos mais chocantes e traumatizantes — cabeças dilaceradas, pulmões perfurados, intestinos expostos, pés, mãos, pernas e braços arrancados, muitos em estado de choque. Todos os nossos pracinhas, em todos os escalões da rede hospitalar de campanha, precisavam de nossas Enfermeiras para se salvarem. Dependiam de sua competência técnica, de sua atenção permanente, de seu desvelo quase maternal. Tinha a nossa Enfermeira de ser mais do que uma profissional. Naquele ambiente de guerra, na nostalgia da Pátria distante, a dependência de nossos feridos era quase total. Teve ela que ser a irmã, a mãe, o anjo da guarda daquele compatriota muitas vezes humilde agricultor ou comerciante do interior do Brasil, que dela dependia para quase tudo: alimentar-se, movimentar-se, ler suas cartas, escrever suas cartas, mantê-lo animado, otimista, de moral alto, favorecendo assim a sua cura.

A escritora e jornalista Maria Eugenia Celso, em artigo no Jornal do Brasil, em 1944, em bela página resumiu a missão que naquela hora estava sendo cumprida por nossas Enfermeiras:

"Levastes no carinho de vossas mãos, na doçura de vossa presença, na competência técnica de vossos cuidados, na coragem de vossa cooperação, no devotamento de vosso patriotismo, os anseios de todas aquelas que não puderam seguir com eles, de todas essas que aqui ficaram, os olhos postos em vós com reconhecimento e confiança, a alma posta em Deus com a esperança da proteção e a certeza da vitória. Companheiras daqueles que pela honra do Brasil se estão batendo e ao nome do Brasil que assim estais honrando, e ao nome da humanidade que assim estais engrandecendo.

Tudo que poderíamos fazer por este amado soldado, empenhado na mais brava das campanhas e na mais alta das solidariedades, temos a certeza que neste momento o fazeis. São os nossos filhos que entregamos à bondade do vosso amparo e à eficiência do vosso socorro.

Uma bênção perene vos acompanha, ENFERMEIRAS DO BRASIL. Um eflúvio de gratidão de longe nos envolve pela tarefa que assumistes e pelos serviços que prestais."

Conclusões

São passados 37 anos do fim da 2ª Guerra Mundial, do glorioso retorno à Pátria de nossos heróis da FEB e do 1º Grupo de Caças.

Durante este período tivemos, nós brasileiras, a ventura de viver em paz dentro de um mundo atormentado por muitos conflitos sangrentos. Este espaço de tempo nos permitiu repensar sobre nossas vidas. Neste momento reflexão retrospectiva procuramos responder, cada um de nós, o que fizemos de bom e digno que justificasse nossa existência. Você, En-

fermeiras da FEB e do 1º Grupo de Caças, podem incorporar como poucas pessoas, na sua consciência existencial, o mais alto galardão de serviços prestados à Pátria em guerra. Vocês foram coragem e decisão na hora de se apresentar como voluntárias e partiram. Vocês foram formidáveis no esforço de se adaptar ao ambiente predominantemente norte-americano dos hospitais de campanha e ali se impuseram como profissionais competentes, extremamente dedicadas. Vocês sofreram com estoicismo as agruras da vida desconfortável dos acampamentos, sujeitos a inundações e outros incidentes como a explosão de minas deixadas no local pelo inimigo e não detectadas com antecedência. Vocês foram mais do que Enfermeiras, foram os anjos da guarda de nossos pracinhas (cerca de 2.500 entre mortos e feridos, sem contar outros 2.000 baixados por enfermidades), que nos Hospitais de Campanha, tudo receberam de seus desvelos, cuidados e carinho. Vocês foram a força moral cujo exemplo serviu de reconforto e vontade de recuperação aos nossos feridos. Finalmente, Vocês deixam à geração presente e às gerações futuras o legado de um exemplo de como deve e sabe se comportar a mulher brasileira quando a Pátria está em perigo.

Carlos de Meira Mattos

A DEFESA NACIONAL — A Diretoria da "A Defesa Nacional" solicita a todos os seus Assinantes que possuam exemplares da Revista relativos aos anos de 1924, 1927 e 1928; meses de agosto de 1922; janeiro, novembro e dezembro de 1923; outubro e novembro de 1930; agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 1932 e janeiro e fevereiro de 1950, que doem tais exemplares a fim de que possa completar a Coleção existente em sua Sede. Agradece qualquer comunicação que poderá ser feita pelos telefones 283-3030 e 283-3473.



BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

AS MELHORES OBRAS DOS MELHORES AUTORES

A BIBLIX PUBLICOU EM SEU EDITORIAL DE 82,
COM GRANDE SUCESSO, AS SEGUINTE OBRAS:



**NOVAS DIMENSÕES DA
HISTÓRIA MILITAR**
Volume 2
Russell F. Weigley



**AMAZÔNIA — Natureza,
Homem e Tempo**
Leandro Tocantins



QUEBRA-CANELA
General Raul da Cruz Lima Junior



NAPOLEÃO — O Retrato do Homem
Gaston Bonheur
Toda em papel Couchet, ricamente ilustrada a cores.



ATÉ BERLIM
Volume 1
General James M. Gavin



**FREI ORLANDO — O Capelão
que não voltou**
Tenente Gentil Palhares



ATÉ BERLIM
Volume 2
General James M. Gavin



**REFLEXÕES SOBRE A ECONOMIA
BRASILEIRA**
Dalton Daemon



**OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA
NA GUERRA DO PARAGUAI**
Volume 2 — Tomo I
General Paulo de Queiroz Duarte



DELINEAMENTOS DA ESTRATÉGIA
Volume 1
Vice-Almirante
João Carlos Gonçalves Caminha

COMO JÁ ERA PREVISTO O SUCESSO ALCANÇADO EM 82, A BIBLIX IMPRIMIU ALGUMAS COLEÇÕES DO EDITORIAL, ALÉM DO NÚMERO NECESSÁRIO PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ASSINANTES, E COLOCA ESSAS COLEÇÕES A DISPOSIÇÃO DO PÚBLICO EM GERAL, ATENDENDO PEDIDO PELO REEMBOLSO POSTAL. PARA TANTO BASTA PREENCHER O PEDIDO NA PÁGINA AO LADO E REMETER PARA:

APROVEITE Ainda existem em pequena quantidade, coleções de 80 e 81 pelo mesmo preço do Editorial 82

Biblioteca do Exército
Palácio Duque de Caxias — Pç. Duque de Caxias,
3º andar, Ala Marcílio Dias
CEP 20455 — Rio de Janeiro (RJ) — Tel. (021) 283-3

**Seguindo a nossa linha de sucessos editoriais,
apresentamos a PROGRAMAÇÃO 83**

OBRAS JÁ SELECIONADAS

DELINEAMENTOS DA ESTRATÉGIA — Vol. 2

Vice-Almirante João Carlos Gonçalves Caminha

DELINEAMENTOS DA ESTRATÉGIA — Vol. 3

Vice-Almirante João Carlos Gonçalves Caminha

OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA NA GUERRA DO PARAGUAI

Vol. 2 — Tomo II

General Paulo de Queiroz Duarte

O MITO DA CAVERNA — Sua atualidade

Professor Jorge Boaventura

A HISTÓRIA DO 4º G A C

Coronel Oswaldo Pereira Gomes

OBRAS EM APRECIÇÃO PARA SELEÇÃO DE MAIS CINCO "BEST-SELLERS"

MASCARENHAS DE MORAES E SUA ÉPOCA

General Carlos de Meira Mattos

A ESPADA E A PENA

Sir Liddell Hart

A HISTÓRIA DA BIBLIOTECA DO EXÉRCITO — Suas duas vidas

General Umberto Peregrino

A ESPIÃO

Virgil Gheorghiu

A ERA DA INCERTEZA

John Kenneth Galbraith

O INCRÍVEL PADRE LANDELL DE MOURA

Ernani Fornari

A ANTÁRTIDA — Nos confins dos três mares

Aristides Pinto Coelho

A GUERRA DE CANUDOS

Macedo Soares

A ARTE DE SER CHEFE

Gaston Courtois

UM PROFESSOR NA GUERRA

Sir David Hunt

EU QUERIA TANTO AINDA VIVER

Rutina U. (Ruta)

AS GUERRAS ÁRABES-ISRAELENSES — Guerra e Paz no Oriente-Médio

General Chaim Herzog

Assinatura 83
Cr\$ 3.600,00

Você receberá 10 livros
anualmente no seu endereço
em qualquer ponto do País



**BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
EDITORA**

Pedido de assinatura

Assinaturas

☐ 80 ☐ 81 ☐ 82

Valor de cada assinatura

Cr\$ 3.000,00

Você somente pagará a(s) assinatura(s) solicitada(s) quando recebê-la(s) pelo Reembolso Postal.

Assinatura 83

Cr\$ 3.600,00

Remeta nominalmente à
Biblioteca do Exército

NOME

ENDEREÇO

ENDEREÇO PARA REMESSA

CEP

ASSINATURA

☐
☐
☐

— Vale postal — Agência 520641 Correio QG I Ex

— Cheque nominal n.º _____ Banco _____

— Ordem de pagamento — Banco do Brasil — Ag. Tiradentes

Conta 396 00



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
PEDIDO DE ASSINATURA

Nome (em letra de imprensa)

Identidade

Posto, graduação ou profissão

Endereço (rua, número e bairro)

Cidade

Estado

CEP

Assinatura de 1983: Cr\$ 2.000,00

— PAGAMENTO:

Em cheque



Emitido em nome de "A DEFESA NACIONAL", podendo ser da praça de origem do assinante.

Em vale postal



A favor de "A DEFESA NACIONAL", pagável na Agência Postal Telegráfica "QUARTEL-GENERAL" — Rio de Janeiro.

A DEFESA NACIONAL

Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, 25
20455 — Rio de Janeiro — RJ

Tel.: 283-3030



Assinatura do NE

Os militares, particularmente da reserva, que desejarem fazer uma assinatura semestral do "Noticiário do Exército", deverão enviar o pedido para:

Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias — Quartel-General do Exército — Setor de garagens — SMU — CEP 70.630 — Brasília—DF — Tel.: (061) 225-0260 Ramal 2939.

O valor da assinatura semestral será de Cr\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos cruzeiros) e a quantia deverá ser remetida através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para a Agência QGEx — BSB, por Vale Postal, em nome do Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias.

O pedido deverá conter os seguintes dados: Nome completo, Endereço, Bairro, Cidade, Estado, CEP e número do Vale Postal.

O NE será remetido diariamente.

Cimento, base de desenvolvimento.



A ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S/A. é uma empresa do Grupo Industrial João Santos, tendo como finalidade principal a produção de Cimento, da marca NASSAU.

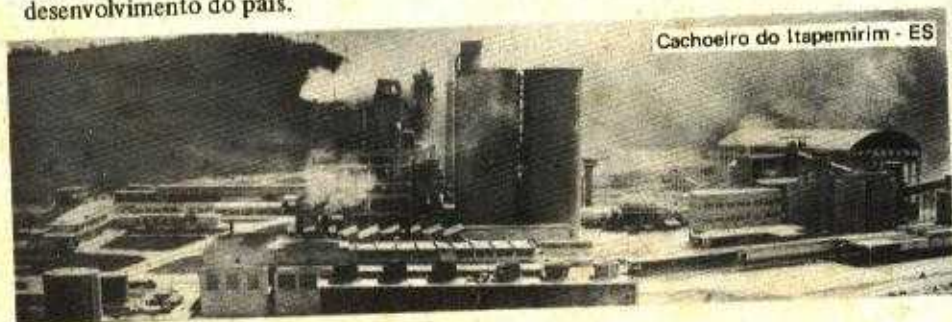
Esta empresa possui duas Fábricas, uma em Cachoeiro de Itapemirim—ES e a outra em Capão Bonito—SP., com capacidade de produção conjunta de 6.000 toneladas/dia de cimento NASSAU. A Fábrica de Cachoeiro de Itapemirim é uma das pioneiras no Brasil. Seu moderno laboratório foi o primeiro no Brasil a se equipar com espectômetro de Raio—X. Esta fábrica no decorrer do 1º semestre de 1979 transformou os 2 fornos de produção por via úmida para a via seca, a fim de obter uma sensível redução no consumo de óleo combustível, derivado do petróleo.

As duas unidades contam com os mais eficientes e modernos sistemas anti-polluição e Quadros Eletrônicos de Comando Centralizado, para todas as etapas do processo.

A Empresa proporciona 1.600 empregos diretos e possui serviços social, médico, dentário e Escola de 1º Grau para os dependentes dos funcionários.

Suas Fábricas comercializam o Cimento NASSAU em todos os Estados das regiões Leste e Sul do país, bem como no Estado da Bahia.

Como se apresenta, sua produção é de grande relevância, garantindo parte do abastecimento de cimento, um produto básico para o setor da construção civil e o desenvolvimento do país.



GRUPO INDUSTRIAL JOÃO SANTOS

ITABIRA Agro-Industrial S.A. — Cachoeiro do Itapemirim — ES
ITABIRA Agro-Industrial S.A. — Capão Bonito — SP